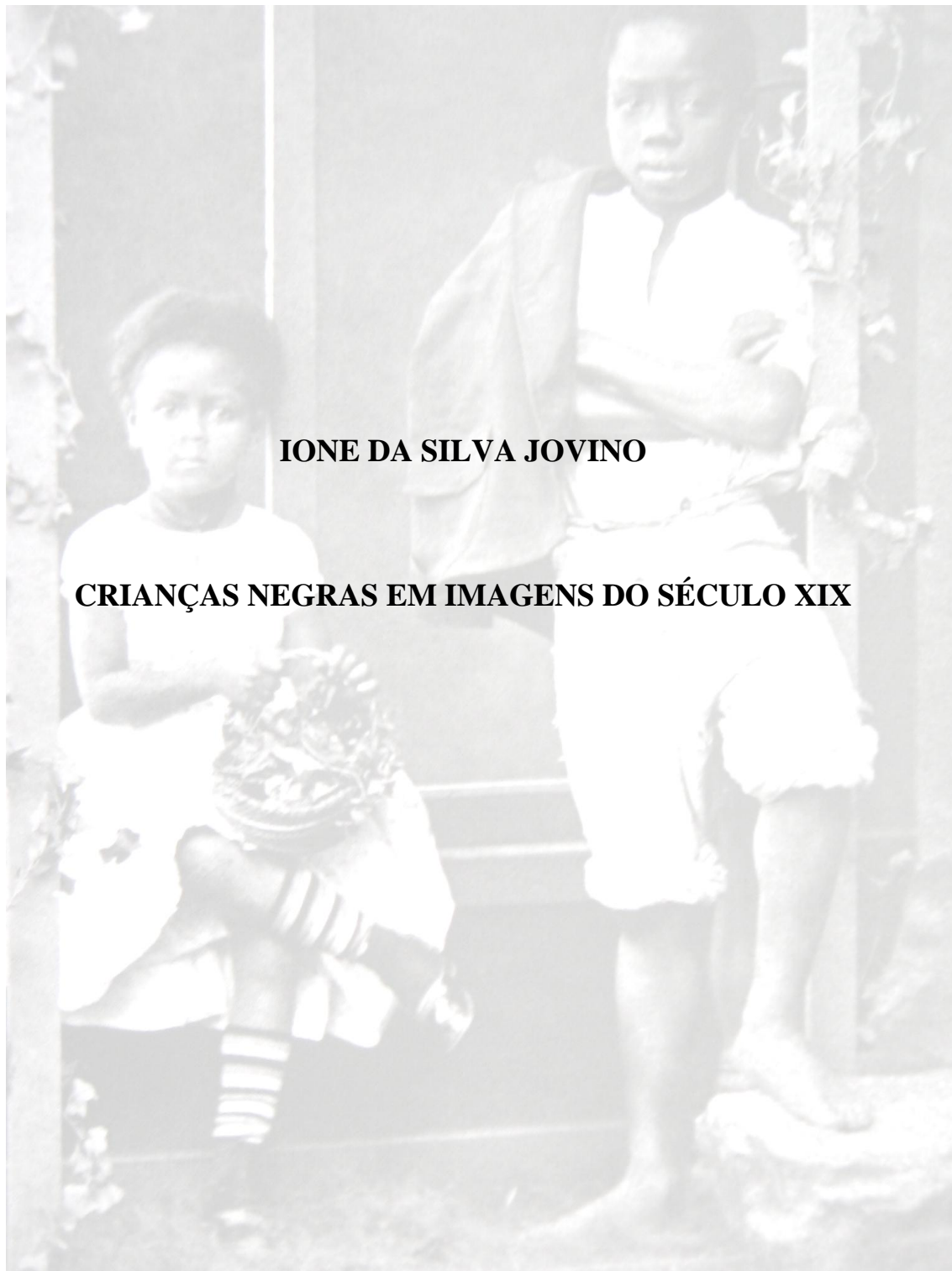


crianças Negras em Imagens do Século XIX



Jone da Silva Jovino

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



IONE DA SILVA JOVINO

CRIANÇAS NEGRAS EM IMAGENS DO SÉCULO XIX

**SÃO CARLOS
2010**

CRIANÇAS NEGRAS EM IMAGENS DO SÉCULO XIX

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Ione da Silva Jovino

CRIANÇAS NEGRAS EM IMAGENS DO SÉCULO XIX

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação, Área de concentração Metodologia de Ensino.

Orientação: Profa. Dra. Anete Abramowicz

**SÃO CARLOS
2010**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

J86cn

Jovino, Ione da Silva.

Crianças negras em imagens do século XIX / Ione da
Silva Jovino. -- São Carlos : UFSCar, 2010.
131 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,
2010.

1. Educação infantil. 2. Crianças negras. 3. Infância. 4.
Século XIX. I. Título.

CDD: 372 (20ª)

FOLHA DE APROVAÇÃO

IONE DA SILVA JOVINO

CRIANÇAS NEGRAS EM IMAGENS DO SÉCULO XIX

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de doutora em Educação, Área de concentração Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 01 de setembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

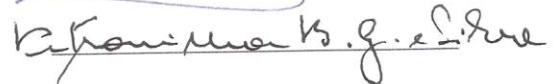
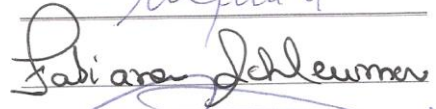
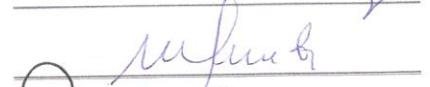
Profª Drª Anete Abramowicz

Profª Drª Maria Teresa Santos Cunha

Profª Drª Fabiana Schleumer

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério

Profª Drª Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva



RESUMO

A pesquisa foi formulada com base na necessidade de visibilizar a presença da criança negra no século XIX, buscando configurar a infância a partir desse recorte. Pretende mostrar de que maneira as crianças negras “são dadas a ver” por meio de imagens produzidas no século XIX, cujo *corpus* foi selecionado entre gravuras de Jean-Baptiste Debret e retratos de Militão Augusto de Azevedo.

Para discutirmos os modos como crianças negras são representadas nas imagens buscou-se estabelecer uma “discussão” com a história das crianças e da infância no Brasil, bem como destacar a importância da imagem para a compreensão da construção histórica da infância dos negros brasileiros.

Partindo de uma proposta foucaultiana de análise, pela qual se buscou não o que as imagens escondiam, mas o que revelavam das modalidades e possibilidades de existência das crianças e infâncias negras no século XIX, observou-se a literatura sobre escravidão, para buscar nela a infância escrava que aparecia nas famosas pranchas de Debret. Realizou-se também um exercício de encontrar outras imagens, que mostrassem outros aspectos da infância negra. Esse esforço resultou na seleção dos retratos produzidos por Militão, uma galeria dos sem fama, que dava a ver crianças negras bem diferentes das primeiras imagens, pertencentes a famílias ou comunidades que recorreram ao recurso tecnológico da fotografia para guardar suas memórias e de seus grupos, por meio da perpetuação das imagens das crianças.

As conclusões encaminharam para a visibilização de um sentimento de infância negra, evidenciado pelos sinais de modos específicos de cuidar das crianças, preservados e recriados pelas negras e negros no contexto escravista brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: criança, infância, negros, iconografia, século XIX.

ABSTRACT

Abstract

This research was based on the need of understanding the presence of black children in the 19th century and as a consequence understand childhood from this perspective. It intended to show how black children could be seen through images produced in the 19th century, which were selected from a corpus of engravings by Jean-Baptiste Debret and portraits by Militão Augusto de Azevedo.

To discuss how the black children were represented in the images we tried to establish a relation between the history of children and childhood in Brazil, as well as to point out the importance of the image to the comprehension of the historical construction of the Brazilian black childhood framework.

The analysis was based on a Foucaultian perspective, in which we aimed at focusing not on what the images hid, but at what these images showed as possibilities for these children and for black childhood as a whole in the 19th century.

In addition, we analyzed the literature concerning slavery to understand childhood slavery presented in the famous works of Debret. We also searched other images that revealed different aspects of black childhood. This effort allowed the selection of portraits made by Militão, a gallery of unknown people, which showed black children quite differently from the first images, they were part of families or communities that used photography to keep their memories and of their groups so that they could perpetuate the images of these children.

The analysis allowed the visualization of a feeling of black childhood, demonstrated by the signs of how children were taken care of which were preserved and recreated by black adults in the Brazilian slavery context.

KEY WORDS: child, childhood, black people, iconography, nineteenth century

Crianças Negras

(...)

*Para cantar a angústia das crianças!
Não das crianças de cor de ouro e rosa,
Mas dessas que o vergel das esperanças
Viram secar, na idade luminosa.*

*Das crianças que vêm da negra noite,
Dum leite de venenos e de treva,
Dentre os dantescos círculos do açoite,
Filhas malditas da desgraça de Eva.*

*E que ouvem pelos séculos afora
O carrilhão da morte que regela,
A ironia das aves rindo a aurora
E a boca aberta em uivos da procela.*

*Das crianças vergôntes dos escravos
Desamparadas, sobre o caos, à toa
E a cujo pranto, de mil peitos bravos,
A harpa das emoções palpita e soa.*

*Ó bronze feito carne e nervos, dentro
Do peito, como em jaulas soberanas,
Ó coração! és o supremo centro
Das avalanches das paixões humanas.*

*Como um clarim a gargalhada vibra,
Vibra também eternamente o pranto
E dentre o riso e o pranto te equilibras
De forma tal que a tudo dás encanto.*

*És tu que à piedade vens descendo
Como quem desce do alto das estrelas
E a púrpura do amor vais estendendo
Sobre as crianças, para protegê-las.*

*És tu que cresces como o oceano, e cresces
Até encher a curva dos espaços
E que lá, coração, lá resplandeces
E todo te abres em maternos braços.*

*Te abres em largos braços protetores,
Em braços de carinho que as amparam,
A elas, crianças, tenebrosas flores,
Tórridas urzes que petrificaram.*

*As pequeninas, tristes criaturas
Ei-las, caminham por desertos vagos,
Sob o aguilhão de todas as torturas,
Na sede atroz de todos os afagos.*

*Vai, coração! na imensa cordilheira
Da Dor, florindo como um loiro fruto
Partindo toda a horrível gargalheira
Da chorosa falange cor do luto.*

*As crianças negras, vermes da matéria,
Colhidas do suplício a estranha rede,
Arranca-as do presídio da miséria
E com teu sangue mata-lhes a sede!*

(Cruz e Souza)

Dedicatória

Dedico este trabalho a
Anete Abramowiz, novamente, pela confiança
Salomão, por sua parte nele

Agradecimentos

Agradeço, enormemente

a Anete Abramowiz pela orientação, (im) paciência e confiança;

a Rubia e Salomão que possibilitaram a existência da pesquisa com sua colaboração;

aos professores Valter e Fabiana pela colaboração na banca de qualificação;

a todas as minhas amigas e amigos, pela caminhada;

a toda a minha família, pela torcida, pelas alegrias, por tudo;

a Aimée e Alexandre Daudi, meus amados, presentes de Oxum, pondo ouro nos meus dias;

a João, esposo amado, meu presente de Oxóssi, a caçar vida e frescor alegrando meus viver.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Criança, infância e raça: trabalhando com de imagens..... p. 01

CAPÍTULO I

Imagens, criança, infância e raça: construindo instrumentos, delimitando campos

Alguns pressupostos teórico-metodológicos p. 07

As imagens como fonte de pesquisa p. 11

Negro e iconografia no século XIX..... p. 20

História da Infância: constituição do campo e delimitação das fontes p. 32

CAPÍTULO II

Imagens, criança, infância e raça: visitando a literatura

Crianças, infâncias e raça no século XIX..... p. 38

Visões de infância: relatos e literaturas como fontes e inspiração..... p. 67

CAPÍTULO III

Galeria dos infames: retratos de crianças negras em São Paulo..... p. 87

Parte final

Sentimento da infância negra p. 111

Referências Bibliográficas p. 124

APRESENTAÇÃO

Criança, infância e raça: o trabalhando com imagens

A proposta de pesquisa, primeiramente, inseriu-se em um projeto, iniciado no ano de 2005, intitulado “Imagens de crianças e infâncias”¹. Tratava-se de uma pesquisa com foco central de investigação na descrição e análise de imagens de crianças e infâncias a partir de diferentes acervos históricos, com recortes de raça, gênero, faixa etária e classes sociais. Tinha como objetivo a formação do Núcleo de Imagens de Criança e Infância, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, cujas pesquisas pretendem contribuir para o entendimento da história da criança e da infância no Brasil.

No mesmo ano, em virtude de envio de proposta de pesquisa ao “IV Concurso de Dotações para pesquisa Negro e Educação”² um recorte foi feito, tendo como meta inicial verificar a maneira como eram representadas crianças negras em materiais iconográficos do século XIX. Da participação no concurso³, resultou a publicação de um artigo intitulado “Imagens de criança e infância negras na iconografia do século XIX”.

O referido recorte passou a ser o enfoque da atual pesquisa, em virtude da inexistência de trabalhos nesse sentido, conforme se pode constatar a partir do levantamento bibliográfico, desde os trabalhos de Mott (1979) e Mattoso (1988) poucas pesquisas enfocaram a criança e a infância negra no século XIX. Além disso, a maior parte da bibliografia sobre negros na escravidão narram histórias de adultos, como se não existissem crianças, ou fossem apenas apêndices, mas para a minha surpresa, encontrei muitas fontes iconográficas em que as crianças eram dadas a ver nas mais diversas situações.

¹ Proposta apresentada e aprovada pelo CNPq (Edital Universal 19/2004) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, sob a coordenação da Prof. Dra. Anete Abramowicz. Foi desenvolvida com a colaboração de diversas pesquisadoras durante os anos de 2005 e 2007.

² Concurso coordenado pela Ação Educativa e pela ANPED com financiamento da Fundação Ford, com pesquisas realizadas entre os anos de 2005 e 2007, teve artigos decorrentes dos relatórios finais publicados em OLIVEIRA, I. et al. *Negro e Educação 4: linguagens, resistências e políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa, Rio de Janeiro: ANPED, Brasília: INEP, 2007.

³ A parte da pesquisa realizada para o *IV Concurso de Dotações para Pesquisa Negro e Educação* foi desenvolvida com a assistência de Rubia Carla do Prado, consultoria do Prof. Dr. Salomão Jovino da Silva e orientação da Profa. Dra. Anete Abramowicz.

A bibliografia sobre imagens de negros no século XIX apontava, de forma contundente, as influências que as teorias desenvolvidas a partir das pesquisas nas áreas da biologia e da antropologia, durante o século XVIII, exerceram sobre o estabelecimento das teorias raciais do século seguinte, quando quase ninguém mais duvidava do absurdo do sistema escravista, mas, também, quando se considerava uma verdade absoluta a superioridade da raça branca e, conseqüentemente, a inferioridade das demais.

Santos (2003) trata de obter a compreensão das reflexões dos pensadores brasileiros nos períodos imediatamente anteriores e posteriores à abolição, demonstrando como o tratamento dado à questão do escravo e do negro liberto, no Brasil, estava totalmente vinculada aos conceitos elaborados pelos pensadores europeus e como isso contribuiu para que se formasse uma determinada imagem do negro, representada pela filosofia natural, ética e política como um ser diferente. Tal diferença entendida como inferioridade e posta como impulsionadora de práticas e políticas de inferiorização, também se mostra presente nos discursos imagéticos sobre negros e negras.

A autora aponta ainda como o “ser negro” foi produzido no campo das ideias a partir das necessidades políticas que fizeram com que os conceitos elaborados em diferentes áreas do conhecimento justificassem e reinventassem, a cada momento, o lugar do negro na sociedade.

Sendo assim, essas ideologias inventaram o “ser negro” fazendo com que se considerasse impossível pensá-lo fora das teias de idéias tecidas ao redor de sua natural inferioridade ou de seu exotismo. Por isso, essa invenção, totalmente datada, apresenta-se como ontologia de um ser que sempre, sem começo nem fim, foi inferior, foi sombra e negatividade (SANTOS, 2003 p. 17).

Foi possível perceber como a questão das imagens atravessava a produção discursiva sobre os negros e quão isso é importante nas leituras e visões que temos sobre o passado da sociedade brasileira. Santos (2003) salienta que a imagem do Brasil como país mestiço, só pôde ser construída a partir da edificação de uma imagem negativa para os negros. Simultaneamente, foi-se construindo um ideário de submissão e dominação pautado na idéia da inferioridade, no desejo do branqueamento ou da mestiçagem. E a imagem do negro foi privada, gradativamente, de todos os signos de beleza estética, moral, material.

Para discutir os modos como crianças negras são representadas nas imagens esta pesquisa, na fronteira entre alguns campos de conhecimento, pretende, a partir das imagens

selecionadas, estabelecer uma “discussão” com a história das crianças e da infância no Brasil, bem como destacar a importância da imagem para a compreensão da construção histórica da infância dos negros brasileiros.

Ao começar a desenvolver a pesquisa, notou-se que havia um número relativo de trabalhos sobre fotografia no século XIX, bem como alguns específicos sobre imagens de negros. A partir deles, chamou atenção certo silenciamento sobre a presença das crianças negras nas imagens. Desde a revisão de literatura, pudemos perceber que seu espaço estava no “entre” dos trabalhos mais gerais sobre criança e infância, em especial nos que faziam referências aos relatos ou imagens produzidas pelos viajantes.

Para a configuração do corpus das imagens, houve um empenho para conhecer alguns acervos na cidade de São Paulo, bem como bibliografia específica sobre imagens de negros no século XIX. Dos acervos inicialmente consultados, nos fixamos naqueles do Instituto Moreira Sales (IMS)⁴ e Museu Paulista (MP)⁵.

Embora tenha verificado existência de um acervo grandioso tanto no MP quanto no IMS, um o pequeno número de fotografias de crianças negras foi encontrado no IMS. Assim a atenção foi centrada nos acervos do MP, especialmente na coleção de fotos de Militão Augusto de Azevedo. Segundo Kossoy (2002, p.68) os álbuns de retratos de Militão constituem “um tipo de documentação raro na história da fotografia no Brasil”. Esse acervo, com seis volumes, conta com aproximadamente 12.500 retratos colados e numerados consecutivamente com a finalidade de estabelecer o correspondente número do negativo e a respectiva identificação. Toda a coleção de Militão foi examinada, resultando na seleção de aproximadamente 50 retratos com pessoas negras das quais cerca de 27 com crianças e jovens negros.

⁴ O IMS “foi fundado em 1990 pelo embaixador e banqueiro Walther Moreira Salles (1912-2001), (...) tem por finalidade exclusiva a promoção e o desenvolvimento de programas culturais. Seu acervo reúne cerca de 550 mil fotografias. Entre as coleções desse conjunto, que são mantidas por meio das mais modernas técnicas de restauração e conservação, destacam-se as de Marc Ferrez, Marcel Gautherot, José Medeiros, José Ramos Tinhorão, Humberto Franceschi, Pixinguinha, Decio de Almeida Prado e Ana Cristina Cesar” Disponível em: <<http://ims.uol.com.br/Sobre-o-IMS/D2>>, acesso em junho de 2010.

⁵ O MP “foi inaugurado em 7 de setembro de 1895 como museu de História Natural e marco representativo da Independência, da História do Brasil e Paulista. Seu primeiro núcleo de acervo foi a coleção do Coronel Joaquim Sertório, que constituía um museu particular em São Paulo. Atualmente, o Museu Paulista possui um acervo de mais de 125.000 unidades, entre objetos, iconografia e documentação textual, do século 17 até meados do século 20”. Disponível em: <http://www.mp.usp.br/historia.html>, acesso em junho de 2010.

Uma estratégia para o entendimento das imagens foi sua análise com base no contexto da escravidão. Assim, as fotografias de Militão comporiam o panorama da segunda metade do século XIX, mais especificamente dos anos de 1860 a 1885. A partir daí, foi necessária a inclusão de outras imagens do início do século XIX, as quais foram selecionadas entre as gravuras de Jean-Baptiste Debret, produzidas entre 1816 e 1834, com base em três obras que constam das referências bibliográficas. As imagens de Debret foram consideradas pela importância e pela ampla reprodução delas, seja em aberturas de novelas televisivas, ilustrações de livros didáticos ou em outras produções acadêmicas e artísticas, pela constante referência a elas em estudos sobre o negro no século XIX e, principalmente, pelo fato de a representação das crianças ser quase despercebida nas suas análises.

Tais imagens fixaram uma forma hegemônica de projeção da escravidão, ou seja, quando imagetivamente pensamos escravidão, a concebemos quase sempre aprisionados por elas. Sendo assim, uma das contribuições deste trabalho é, ao mesmo tempo, visibilizar maneiras pelas quais as crianças negras são dadas a ver por meio dessas imagens e empenhar esforço por “fazer fugir” a maneira iconográfica pela qual as crianças negras são representadas na escravidão.

Esse processo de desconstrução- reconstrução somente é possível na medida em que se ampara em metodologias e recursos advindos de áreas como semiótica, a antropologia visual, a história cultural, dentre outras. A interface entre diversas áreas tornou possível o desafio de uma educadora compreender no tempo, diacrônica, sincronicamente essas imagens como narrativas da História de uma infância negra no século XIX.

Chamo as imagens de construções narrativas, representação gráfica, que como a literatura não é literal, todavia como um conjunto constrói uma linguagem visual sobre as figuras dos negros e das crianças tanto das que são recorrentes, quanto das que não são vistas. Lima (2007, p.133) aponta que as cenas pintadas por Debret “são, na realidade, imagens literárias que muito devem à sua formação artística, responsável por sua habilidade em observar, registrar e compor”.

Fotografias e gravuras não são vistas aqui como imagens homogêneas e nem do mesmo tipo. Elas usam suportes técnicos e tem possibilidades de reprodução muito

diferentes⁶. Porém, alguns aspectos da fotografia como dados de comunicação do real que a pintura e a gravura não teriam, podem aqui ser unidos pela preocupação de Debret com a “elaboração de um discurso histórico sobre o Brasil e com a fidelidade de seu testemunho/relato para com a verdade dos fatos que apresenta”, conforme assevera Lima (2007, p.128).

Observa-se que fotografia é também uma representação – passa por escolhas, processos que decidem o resultado, houve preocupação com estes aspectos e a abordagem aconteceu a partir de aspectos de continuidade e descontinuidade das imagens: foco no mundo dos adultos, espaço do entre, universo aristocrático, imponência das posses dos senhores de escravos, demonstração de poder, mostrar a quem quiser ver uma imagem de poder econômico. Uma coisa eram as imagens do fazendeiro, das classes abastadas, ricos fotografando seus escravos, outra coisa a fotografia dos escravizados, livres e libertos. Procurei dialogar com as marcas de uma interpretação pela passividade, de que os fotografados não tinham ações diante da criação da cena representada, desvinculando-me dessa perspectiva, a partir do levantamento daquilo que as imagens davam a ver.

O texto está estruturado em três capítulos. No primeiro, “Imagens, criança, infância e raça: construindo instrumentos, delimitando campos”, apresento alguns referenciais teórico-metodológicos utilizados nas análises das imagens, bem como os que as referências que situam as imagens como fontes de pesquisa. Também mostro breve revisão bibliográfica sobre negro e iconografia no século XIX e finalizo expondo a constituição da História da Infância como campo de pesquisa e as fontes mais utilizadas nesse campo.

O segundo capítulo “Imagens, criança, infância e raça: visitando a literatura”, encerra as visões de crianças e infâncias negras produzidas no contexto escravista, principalmente na primeira metade do século XIX, tendo como base as gravuras de Debret e a historiografia da escravidão e da infância. Juntam-se a isso as representações de criança e infância negras dadas a ver por textos literários como trechos de romances, cartas, contos e também os textos da chamada literatura de viagem.

⁶ No caso das gravuras de Debret, por exemplo, a litografia, meio de reprodução, ocasionava várias alterações na imagem quando de sua impressão. “ Geralmente, o que ocorria durante esse processo era a definição de outra imagem, muitas vezes fruto da interferência do próprio artista, mas também do trabalho de artífices que se habilitavam para tal. O trabalho de transferência da imagem, fosse ela desenho ou aquarela, para a litogravura implicava opções estéticas que eram, de certa forma, determinadas pela intenção da publicação” (LIMA, 2007 p. 147).

No terceiro capítulo, “Galeria dos infames: retratos de crianças negras em São Paulo”, trago os retratos de crianças produzidos por Militão e procuro estabelecer relações entre eles e as outras imagens já apresentadas nos capítulos anteriores, buscando semelhanças e diferenças.

Nas considerações finais “Sentimento de Infância Negra”, retomo a bibliografia consultada e reflito sobre o ato de olhar as imagens separadas e em conjunto. Penso no exercício de uma educadora olhando as imagens como texto, como objeto de significação e comunicação, como algo que é dado a ver e como arte para, finalmente, descrever como observo o papel exercido pelas imagens analisadas. Finalmente, indico a existência de um sentimento de infância negra, impresso num jeito negro-africano-brasileiro de cuidar de das crianças.

CAPÍTULO I

Imagens, criança, infância e raça: construindo instrumentos, delimitando campos

Alguns pressupostos teórico-metodológicos

O estudo sobre imagens de crianças negras no século XIX tem como objetivo analisar fontes iconográficas, considerando-as a partir de suas potencialidades como fontes históricas e documentais, classificando e estabelecendo ligações entre as mesmas e as práticas e saberes dos contextos em que foram produzidas. Tal relação busca garantir, conforme Gouvêa (2006), a historicidade da análise para não criar um vazio entre a mesma e o contexto histórico em que foram produzidas as obras.

É o que faz, por exemplo, Schwarcz (2001) ao tomar a produção pictórica que girou em torno da personagem de D. Pedro II e tratá-la como uma coleção de documentos. A autora analisa as construções simbólicas da figura de pública de D. Pedro II em suas associações com o fortalecimento político do Estado. Segundo a autora, a descoberta de ampla iconografia relativa ao imperador levou a refletir, entre outras coisas, sobre o diálogo que essa produção travou com a realidade na qual se inseriu (Schwarcz 2001, p.114).

Cabe ressaltar que a pesquisa proposta parte do reconhecimento da existência de um sentimento sobre a infância, que segundo Ariès (1981) corresponde à consciência da particularidade infantil, e da noção da raça como categorias analíticas importantes e busca configurar discursos sobre as crianças negras por meio das imagens, com base em estudos sobre imagens de negros no século XIX e outros sobre o contexto histórico no qual foram produzidas as imagens.

Lembrando que o período estudado compreende um recorte do século XIX no qual a escravatura era realidade, cabe destacar que embora compreendamos as construções não só semânticas, mas, por exemplo, de status e condição social que encerram os diferentes termos usados para designar aqueles que estamos denominando genericamente como negros, optamos apenas por essa designação, considerando que são os também chamados de crioulos, africanos, mulatos, pretos, pardos, cabras, dentre outras formas, quer fossem

escravizados, livres ou libertos. Quando se fizer necessária, alguma distinção será feita na forma de nomeação.

A idéia de raça e o modo como foi construída no século XIX, especialmente a partir do olhar europeu, é oportunamente lembrada por Santos:

A construção da idéia de raça no século XIX estruturou, por meio de rígidos princípios, uma acentuada diferença entre brancos e negros. Observa-se que o imaginário europeu está repleto de concepções racistas difundidas em larga escala. Tanto nas ciências quanto nas artes, a imagem do negro que é veiculada leva a crer em sua inferioridade inata e irremediável (SANTOS, 2002, p.59-60).

Embora tenhamos optado pela designação genérica, faz-se necessária alguma consideração sobre a complexidade das relações de cor e mobilidade social presentes no escravismo praticado no Brasil Imperial. A diferença no tratamento de cada segmento da população podia ser vista nos diferentes espaços sociais, entre os quais, tribunais e prisões, onde escravizados, livres e libertos, assim como os homens ricos, apareciam em proporções muito diferentes em relação a esses outros.

Luz (2008) reitera que, nessa ordem, os homens livres eram qualificados diferentemente, constituindo uma elite de “homens bons” e, posteriormente à emancipação política, de “cidadãos ativos”. O recurso à mobilidade espacial era comum a “ricos” e “pobres”, mesmo considerando-se as expressivas diferenças que a posse de alguns escravos ou outros bens móveis podia representar nas oportunidades abertas de reinserção social. Mas, esse processo era bem mais complexo do que parece, uma vez que, segundo Castro (1995, p. 28-29): “os processos de empobrecimento e a obtenção de alforrias geravam continuamente novos livres à procura de laços, e a inserção social destas pessoas se fez, entretanto, profundamente marcada por uma hierarquização racial, que separava, até mesmo na prática religiosa, pretos, brancos e pardos”.

Portanto, não se tratava de uma sociedade onde o reconhecimento dos indivíduos se dava simplesmente por uma distinção binária entre brancos livres e negros escravos, mas sim por um conjunto de representações e de papéis dos diversos tipos sociais que existiam.

Nesse jogo de representações, o signo da “cor” aparecia como um qualificativo determinante de maior ou menor mobilidade nos diferentes espaços. Mas afinal, o que designava cada qualificativo especificamente, e em que medida isso influenciava na trajetória e nas vivências da população negra, fosse ela livre ou escrava?

Observe-se, por exemplo, o termo pardo. O estudo feito por Castro (1995) sobre negros libertos e sua luta por reinserção social no sudeste brasileiro, na segunda metade do século XIX, aponta que o termo não era utilizado generalizadamente apenas como referência à cor da pele mais clara do mestiço, para a qual se usava preferencialmente mulato. A designação de pardo era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não-branco. Assim, todo escravo descendente de brancos tornava-se pardo, bem como toda pessoa nascida livre possuidora de marca de sua ascendência africana.

Conforme Luz (2008), a cor da pele, a textura do cabelo e outros sinais físicos visíveis determinavam a categoria racial em que a pessoa era posta por seus observadores. A reação do observador podia ser também influenciada pela aparente riqueza ou provável *status* social da pessoa observada. As origens podiam ainda ser tidas por relevantes, uma vez que mestiços em ascensão social podiam se dar ao trabalho de esconder seus antecedentes fenotípicos. Baseado em Skidmore (1989), o autor ainda afirma que tal comportamento podia sugerir que um mulato, cujos traços fenotípicos tinham permitido o desejo de ascensão social, era ainda suficientemente inseguro para temer que a sua vivência na sociedade pudesse ficar ameaçada por uma redefinição de status com base nas raízes familiares.

Luz (2008) ainda considera sobre os significantes crioulo e preto, demonstrando que os mesmos eram reservados aos escravos e aos forros recentes. A designação crioulo era exclusiva de escravos e forros nascidos no Brasil e o significante preto, até a primeira metade do século XVIII, era referido preferencialmente aos africanos. A designação de negro era mais rara e, sem dúvida, guardava um componente racial quando aparecia qualificando a população livre, o que servia para reforçar a liberdade como um atributo específico dos brancos e a escravidão, dos negros. Nesta forma de enunciação, os pardos tornavam-se necessariamente exceções controladas. Dessa forma a representação social que separava homens bons e escravos dos “outros”, tendia, assim, a se superpor, pelo menos em termos ideais, a uma hierarquia racial que reservava aos pardos livres esta inserção intermediária. Desta forma, “o qualificativo ‘pardo’ sintetizava, como nenhum outro, a conjunção entre classificação racial e social no mundo escravista. Para tornarem-se simplesmente ‘pardos’, os homens livres descendentes de africanos dependiam de um

reconhecimento social de sua condição de livres, construído com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam” (CASTRO, 1995, p.30).

Embora saibamos que a definição do estatuto social dos negros a partir dessas cores específicas não possa servir como regra para as diferentes realidades regionais do Brasil escravista do século XIX, Luz (2008) indica que devemos atentar para tal classificação, uma vez que ela confirma, em certa medida, a amplitude dos modos de relação mesmo entre o conjunto da população negra. Ainda que a prática nem sempre correspondesse à representação, a cor da pele tendia a ser, por si só, um primeiro signo de *status* e condição social. Limitavam-se, assim, não só as possibilidades de mobilidade social, mas também de mobilidade espacial dos forros e de seus descendentes, que permaneciam ameaçados pela possibilidade de reescravização.

O trabalho aqui apresentado procura contribuir para o campo história da infância no Brasil, uma vez que busca a construção de discursos e práticas sobre e para as crianças negras com a intenção de auxiliar na compreensão da sua singularidade e de suas formas de inserção social, de existência.

Nesta pesquisa, a análise do material iconográfico dar-se-á a partir de pesquisas que vem sendo realizadas no interior da história da infância e da criança. Como a análise também propõe o recorte racial, cabe dizer que tal análise também será realizada com base em bibliografia constante do que tem sido chamado de “estudos sobre o negro”. Essa literatura pode ser, conforme Silva (2005), entendida como um vasto território temático, cuja extensão vai desde os estudos etnológicos e folclóricos da segunda metade do século XIX até os trabalhos e publicações mais recentes. Dos estudos sobre o negro, foram priorizados os estudos sobre escravidão.

O levantamento bibliográfico partiu do reconhecimento da progressiva ampliação dos estudos e publicações sobre a temática, em campos de estudo variados. A bibliografia de análise foi elencada, conforme limitações da pesquisa, dentre aquela que permitiu a identificação e análise dos materiais propostos como fonte de investigação.

Tal levantamento se constituiu, primeiramente, a partir da busca feita em periódicos e anais de congressos na área de educação, cujos trabalhos tivessem sido apresentados em grupos de trabalho ou seminários temáticos em história da educação, sociologia da educação e relações raciais e educação. Para os periódicos, livros e capítulos de livros

também se privilegiou a busca nas mesmas áreas. Foram priorizados insistentemente textos que tratassem de criança, infância ou fotografia no século XIX com recorte racial. Num segundo momento, procurou-se em periódicos e outras publicações na área de história, os estudos sobre escravidão.

Segundo Veyne (1998), o que é “feito” (objeto) se explica pelo que foi o “fazer” em cada momento da história. O “fazer” é a prática e não se explica pelo que é feito. O objeto não é preexistente, as práticas determinam, produzem o objeto. Sendo assim, cada prática engendra o objeto que lhe corresponde.

A partir da análise, em primeira instância, da bibliografia específica sobre negros na iconografia do século XIX, nos perguntamos: que práticas presentes na sociedade brasileira do século XIX produziram a invisibilidade das crianças negras? Ou que formas de existência das crianças negras essas práticas permitiam? E ainda hoje, quando da análise das fotos de pessoas negras adultas, nas quais crianças negras estão presentes, que práticas continuam determinando a não visibilidade daquelas que não estão ocultas?

Ainda que presentes nas imagens, porque o silêncio sobre as crianças era tão grande? Investigar aquilo que se mantém ao mesmo tempo não-oculto e não-visível é parte de uma proposta foucaultiana de análise, na qual segundo Deleuze (1992) se pressupõe a constituição de uma “superfície de inscrição” a partir da qual a experimentação possa fazer visível o que não estava oculto. Experimentar as já muitas vezes vistas imagens, incluindo algumas nem tão vistas assim, à luz do estudo das práticas que determinaram a construção dos discursos sobre a população negra, assim intentamos criar nossa superfície de inscrição.

Com base na bibliografia, o que se buscou aqui não foi mostrar o que essas práticas escondiam, mas o que elas podiam revelar das modalidades de existência das crianças negras e das experiências da infância vividas por elas no contexto do Brasil oitocentista.

As imagens como fonte de pesquisa

Leite (2001) aponta que a utilização, nas ciências humanas, de textos visuais em relação aos textos verbais, ocorre de maneiras muito diferentes. Ela observa que:

Nos estudos de tradição européia e acadêmica, o texto verbal foi consagrado e tornou-se, mesmo com a derrocada dos estudos humanistas pelos cientificistas, a forma prioritária de expressão ocidental e moderna. Os textos visuais, associados

com maior frequência ao contexto artístico e social, ficaram relegados à condição de ilustração dispensável ou superlativa. Muitas vezes são deixados de lado, pela ambigüidade e pelos obstáculos de suas leituras. (LEITE 2001, p. 39)

Nesta pesquisa, concordando com Leite (2001), a proposição é da construção e da leitura da iconografia como fonte, capaz de contribuir para uma compreensão das questões a serem estudadas.

Falar da fotografia como meio de registro histórico não é algo fácil em virtude do caráter mais científico, mais filosófico, mais verdadeiro atribuído, por muito tempo, à escrita. Kossoy (2001) salienta que existe certo preconceito quanto a utilização da fotografia como instrumento de pesquisa por várias razões das quais ele ressalta duas.

A primeira é de ordem cultural, pois temos um aprisionamento multissecular à tradição escrita como forma de transmissão do saber. A segunda razão, decorrente da primeira, diz respeito à expressão. As fotografias trazem informações registradas visualmente. O autor fala na dificuldade que o pesquisador encontra para vencer a resistência em aceitar, analisar e interpretar a informação quando esta não é transmitida segundo um sistema codificado de signos em conformidade com os cânones tradicionais da comunicação escrita (Kossoy 2001, p. 36).

Quando se fala em fotos, podemos ter a impressão de que a partir delas podemos resgatar parte da história de uma determinada época, todavia isso não é fácil. Somente as fotografias não são capazes de nos revelar a história, é necessário que o pesquisador utilize outras fontes que possam complementar aquilo que as imagens podem revelar. Barthes (1984) e Kossoy (2001) afirmam que a fotografia ou mesmo um conjunto de fotografias não reconstituem ou não rememoram o passado. Ela atesta a existência de algo, ela congela alguns fragmentos de um instante de vida de pessoas, das coisas, etc.

Há também outra questão, levantada pelos autores citados acima, em se propor a iconografia como documento para análise. Independentemente da época em que foram produzidas, as imagens podem permitir múltiplas leituras efetuadas por quem as observa. Sobre este aspecto, Burke pondera que:

A história da recepção de imagens, da mesma forma que a dos textos, enfraquece a noção de senso comum, de má compreensão, mostrando que diferentes interpretações do mesmo objeto, ou ainda do mesmo acontecimento, são normais e não aberrações, e que é difícil encontrar boas razões para descrever uma interpretação como “certa” e outras como “erradas” (BURKE, 2004 p.229).

O autor também ressalta que o maior problema ao se trabalhar com fotografias é saber se e até que ponto é possível confiar nas imagens. Chamando a atenção para o que Roland Barthes chamou de “efeito de realidade”, Burke salienta que é preciso estar atento ao contexto político e social das fotografias e ao fato de que há uma seleção de quais aspectos do mundo real são retratados. Para ele, o essencial é fazer a crítica das fontes, pois sua utilidade adviria do modo como se pode interrogá-las, embora afirme que “imagens são irremediavelmente mudas”. O uso crescente de fotografias e outras imagens como fontes históricas pode enriquecer muito nosso conhecimento e nossa compreensão do passado, desde que possamos desenvolver técnicas de “crítica da fonte” semelhantes às que foram desenvolvidas há muito tempo para avaliar depoimentos escritos (BURKE, 2001 p. 14).

Na abordagem sobre o papel cultural da fotografia, Kossoy afirma que este seria o seu “poderio de informação e desinformação, sua capacidade de emocionar, denunciar e manipular” (2000, p.3). Para o autor, a fotografia, instrumento ambíguo de conhecimento, tem sua importância cultural residente nas intenções, usos e finalidades que permeiam sua produção e trajetória ao longo da história. Sobre as influências da evolução tecnológica e os usos e funções sociais da fotografia, ele observa que:

Com as inovações tecnológicas surgidas no princípio dos anos 50 do século 19 – o negativo (à base de colódio sobre placas de vidro) e as cópias fotográficas (sobre papel albuminado) – o retrato de estúdio assistiria a um notável desenvolvimento. A partir da década de 1860, milhares de fotógrafos em todo o mundo prosperaram e milhões de retratos das diferentes classes sociais tiveram suas imagens perpetuadas. A fotografia tornava-se enfim, acessível às multidões: democratizava-se a imagem do homem. Apenas um exemplo para que se perceba como a evolução tecnológica pode propiciar novas possibilidades estéticas que acabam influenciando a prática fotográfica e dando um sentido maior à própria função social da fotografia (KOSSOY, 2000, p.3).

Kossoy (2004) aponta que os estudos sobre a fotografia crescem gradativamente desde a década de 1990 e investigações sobre seus diferentes aspectos em São Paulo e no Brasil têm sido registrados por muitas pesquisas e em diversas áreas. Para situar “alguns marcos conhecidos da fotografia em São Paulo”, o autor “se detém, basicamente, na análise de determinados *usos* e *aplicações* da fotografia, buscando situá-los e compreendê-los no tecido histórico-social e cultural” (KOSSOY, 2004 p. 387).

Segundo o autor, foi na Vila de São Carlos (depois Campinas) que as primeiras experiências com materiais fotossensíveis tiveram lugar nas Américas. Desse modo, a história da fotografia no Brasil, passa necessariamente por São Paulo. Na referida vila, um francês fez as primeiras experiências que levaram à descoberta independente de um processo fotográfico entre os anos de 1833 e 1839. Porém, as primeiras atividades profissionais de fotografia na cidade de São Paulo são registradas a partir dos primeiros anos de 1850, época em que anúncios dos primeiros daguerreotipistas foram publicados em jornais (KOSSOY, 2004 p. 392).

Para Kossoy, a fotografia teve papel decisivo na construção do imaginário urbano e social de São Paulo. Ao final do século XIX era preciso apagar as marcas da cidade provinciana, identificada com o atraso e apresentá-la com uma nova feição, européia. Uma nova configuração da paisagem urbana foi propiciada pelos benefícios das estradas de ferro. Os trens que desciam a serra levando o “ouro verde” para o porto de Santos subiam-na de volta carregando os mais sofisticados produtos importados para a construção e decoração das mansões burguesas da *Belle Époque* paulistana.

Mauad (1997) observa que a segunda metade do século XIX foi “dominada pela preeminência do retrato”:

A pose é o ponto alto da *mise-em-scène* fotográfica oitocentista, pois nela combinam-se a competência do fotógrafo em controlar a tecnologia fotográfica, a idéia de performance, ligada ao fato de o cliente assumir uma máscara social, e a possibilidade de uma forma de expressão adequada aos tempos do telégrafo e do trem a vapor (MAUAD, 1997 p.191).

Para Kossoy (2004), foi a partir de 1860 que o retrato fotográfico já em papel, graças ao formato *carte de visite*, tornou-se um produto mais acessível em termos de preço. Com o interesse de uma classe média que crescia e se interessava pelo produto, estabeleceu-se assim acirrada concorrência entre os estúdios já fixados em São Paulo. Foi nessa época que Militão Augusto de Azevedo começou a desenvolver sua atividade de fotógrafo na cidade. Parece certo ter sido no estúdio Carneio & Smith, original do Rio de Janeiro, que gozando de certo prestígio na capital do Império, abriu filial em São Paulo (na Rua do Príncipe, atual Quintino Bocaiúva), que Militão deu seus primeiros passos na fotografia (KOSSOY, 2004 p. 394). A evolução da relação entre o fotógrafo, sua atividade e a cidade de São Paulo é assim descrita pelo autor:

A cidade de São Paulo, que pouco representava no panorama econômico nacional torna-se, a partir da década de 1870, o centro dos negócios ligados à produção e comercialização do café. A partir de 1875, Militão estabelece estúdio próprio na rua da Imperatriz (atual rua XV de Novembro), sob o nome de Photographia Americana. O fotógrafo tem na cidade, que se modifica rapidamente, uma clientela abrangente, diversificada e ansiosa de representação; uma clientela que atravessa os diferentes estratos sociais: do imperador ao escravo, do militar ao funcionário público, do lavrador ao comerciante urbano, as senhoritas de alta classe à corista imperial, além de padres, políticos, estudantes e mortos, todos foram registrados pela sua objetiva, compondo um dos mais significativos inventários visuais da sociedade brasileira que se tem notícia (KOSSOY, 2004 p. 394-395).

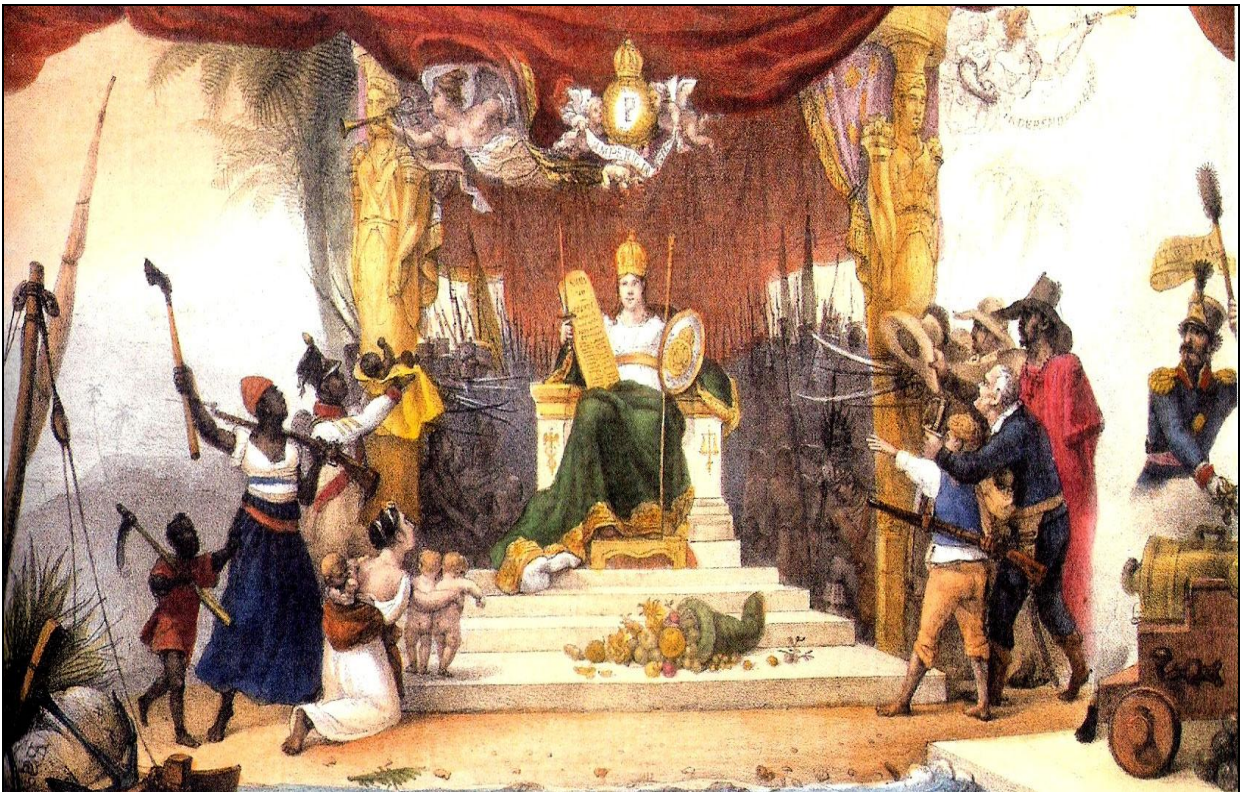
No Brasil do século XIX, fotografia e fotógrafos do Império, participaram das exposições universais e receberam prêmios, sendo que as exposições se configuraram como o espaço de excelência para a sua divulgação. Neste contexto, foram produzidas fotos de escravizados dentro e fora dos ateliês. Elas anunciavam e enunciavam “variada coleção de costumes e tipos de pretos, cousa muito própria para quem se retira para a Europa” (anúncio do fotógrafo Christiano Jr. no *Almanak Laemmert* de 1866, apud MAUAD, 1997 p. 204). Entre mulheres paramentadas e homens de terno ou casaca, sempre descalços, a escravidão era delineada, quase sempre, “pela estética do exótico”.



1. Quitandeiras, Marc Ferrez, 1865, IMS

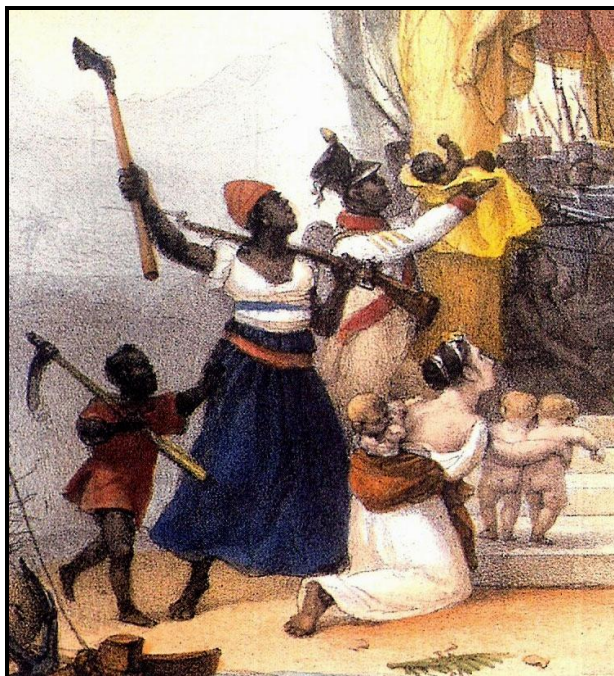
Schwarcz (2001) aponta duas questões importantes na representação iconográfica do Império: uma é a imagem do negro como suplicante, em eterno agradecimento pela dádiva do Império, mostrado como inovador; segundo a autora essa será marca registrada. A outra, construída ao mesmo tempo, mostra a mudança na representação imperadores D. Pedro I e II ao longo do Império. Na medida em que se queria mudar ou fixar alguma imagem, construir uma nova visão, iluminar ou obscurecer algum ponto da política imperial, toda a iconografia sobre os imperadores também acompanhava a mudança. Nesse contexto, salienta a autora, a cena muda ou emudecida do Império é a escravidão.

Em 1823 Debret⁷ foi responsabilizado pela elaboração de uma grande alegoria, especialmente idealizada como representação do novo Império.



2. Pano de Boca, Debret, 1823, reprodução.

⁷ Jean Baptiste Debret integrou a Missão artística francesa que chegou ao Brasil, Rio de Janeiro, em 1816 que oficializa fundação da Academia Real de Ciências, Artes e Ofícios. Debret retornou a França em 1834, onde preparou até 1839 a publicação de *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. (Straumann, 2001 p.9-10).



3. Detalhe Pano de Boca, Debret, 1823, reprodução.

A gravura acima foi Pano de boca⁸ de uma apresentação teatral que celebrava a coroação de D. Pedro I como primeiro imperador do Brasil e trazia mesclada uma série de elementos fundamentais descritos por Schwarcz:

Tendo passado pela inspeção e pela aprovação do imperador e de José Bonifácio, a pintura sintetizava e celebrizava a originalidade local. Ao centro o governo imperial, representado por uma mulher ornada por um fundo verde, trazia, em um dos braços as armas do Império e, no outro, a constituição. Adornando a imagem, as frutas do país, o café e a cana-de-açúcar. Ao lado dos produtos da terra, desfilam suas “gentes” exóticas: uma família negra demonstra sua fidelidade; uma indígena branca ajoelha ao pé do trono. Além disso, como descreve Debret, “paulistas, mineiros e caboclos mostram com atitude respeitosa o primeiro grau de civilização que os aproxima do soberano”. Por fim, as vagas do mar, que se quebravam ao pé do trono, revelavam a posição geográfica e longínqua do Império (SCHWARCZ 2001, p.116).

Entre as armas e frutas que o povo oferece ao Império, negros e índios oferecem suas crianças, simbologia que pode ser interpretada, entre outras coisas, como a própria vida de negros e indígenas sendo entregues ou colocadas à disposição do Império. Para a autora, esta alegoria marca também uma inauguração: a saga de D. Pedro II, que se inicia em 1825, ano que nasce o “órfão da nação”.

⁸ Grande tela lisa ou pintada que separa o palco da platéia; cortina de boca. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001, p.2118).

Porém, a escravidão negra literalmente escurecia a imagem internacional do Império brasileiro. Por exemplo, em 1865 um exército enegrecido na guerra do Paraguai cria uma imagem, aos olhos estrangeiros, de um “Império de macacos”. Schwarcz (2005) relata que senhores convocados para a guerra passaram a ceder os escravos em troca de sua convocação ou de seus filhos, e estes por sua vez receberiam liberdade para prestar tal serviço. Os jornais paraguaios da época teriam noticiado e representado iconograficamente a presença de um exército negro a quem chamavam de macacos. E mais, a própria realeza, teria sido assim representada. A autora encontrou nos referidos jornais figuras da princesa Isabel negra, ou da coroa brasileira rodeada de macacos.

Articulando-se esse contexto às pressões em torno dos limites do abolicionismo legal: lei do sexagenário e posteriormente a do ventre livre; o Império precisou então criar personalidades para a guerra. Coube naquele momento ao Duque de Caxias declarar por vencida a guerra em 1865 e o Conde D’Eu, marido da princesa Isabel, aos vinte e cinco anos foi nomeado chefe da guerra, ou seja, mãos brancas teriam vencido a guerra.

Entre 1866 e 1880, a imagem de D.Pedro II como monarca da guerra e da escravidão vai sendo rompida, criando-se a imagem de monarca cidadão – secularizado pela cultura - cercado pela idéia de civilização, penas e livros; essa imagem foi explorada nas fotografias tiradas do imperador. Ao mesmo tempo em que se enaltecia sua figura de monarca cidadão, criavam-se as figuras tão exploradas pela literatura do romantismo brasileiro, período que vai compreendido entre os anos de 1836 e 1880: nas moedas que circulavam pelo império no período, representavam-se índios como altivos e negros eternamente agradecidos e ajoelhados (SCHWARCZ, 2005).

Nesse contexto, a fotografia pôde encarnar a idéia de civilização e modernidade em torno do Império e do Imperador. O daguerreótipo era a modernidade em si. As fotos de Christiano Jr⁹ de negros escravos são então proibidas de circular no Brasil, por mostrarem o exotismo do mundo do trabalho escravo, ao passo que as de Militão¹⁰ serão cultuadas posteriormente por mostrarem o progresso de São Paulo.

⁹ José Christiano de Freitas Henriques Junior. Trabalhou no Rio de Janeiro entre 1863 e 1876. Suas composições mais famosas são as dos “typos de pretos”, comercializadas no formato de *cartes de visite*. “bem ao gosto da antropologia social e das teses racistas em voga na Europa” naquele momento (Kossoy, 2002 p. 174).

¹⁰ Militão Augusto de Azevedo. Fotografou em São Paulo entre 1862 e 1885. Militão teve “na cidade que se modificava rapidamente, uma clientela abrangente e diversificada que atravessava os diferentes estratos



4.Rua dos Valongueiros (Santos), Militão A. Azevedo, 1862, IMS

Por um lado, encarnação de civilização e modernidade; por outro lado, a fotografia “por sua inerente autoridade de testemunho fidedigno, constituiu instrumento adequado à comprovação científica” (KOSSOY, 2004 p. 415). Seu uso por diferentes ciências reforçou sua força de documento porque permitia o “registro do fato, do delito e da identidade do cidadão criminoso ou suspeito” e ajudou, por exemplo, nos estudos “científicos” sobre as raças, além de contribuir para dar “rosto e caráter” à loucura e violência urbana. Tipos negros e mestiços formavam os corpos destinados aos estudos jurídicos e médicos. Kossoy (2004) afirma que em São Paulo e no Rio a fotografia foi usada para dar suporte técnico e científico aos trabalhos dos médicos higienistas, psiquiatras, investigadores policiais e juristas. A partir de 1880 os arquivos das instituições médicas e policiais de São Paulo demonstraram a relação direta entre o uso da fotografia e a definição do conceito de crime e doença. A fotografia institucional foi usada para a produção e afirmação de discursos sobre uma gama de tipos “exóticos” e “anormais”.

sociais”. Seus álbuns de retratos, registros de controle sua atividade cotidiana, “formam, no seu conjunto, uma verdadeira ‘enciclopédia visual de personagens sociais’ da vida paulistana e brasileira” (Kossoy, 2002 p.68).

Negro e iconografia no século XIX

Um dos objetivos dessa pesquisa é olhar para já vistas imagens sobre o negro no século XIX, tendo como ênfase o recorte etário. Neste sentido, duas obras sobre o assunto foram elencadas. A primeira delas é de Kossoy e Carneiro (2002). Os autores apresentam inicialmente uma problemática já apontada aqui: a dificuldade de se estabelecer a fotografia como fonte histórica e apontam que, em virtude disso, ela tem sido pouco utilizada como tal. O ponto de vista escolhido é o “olhar europeu”:

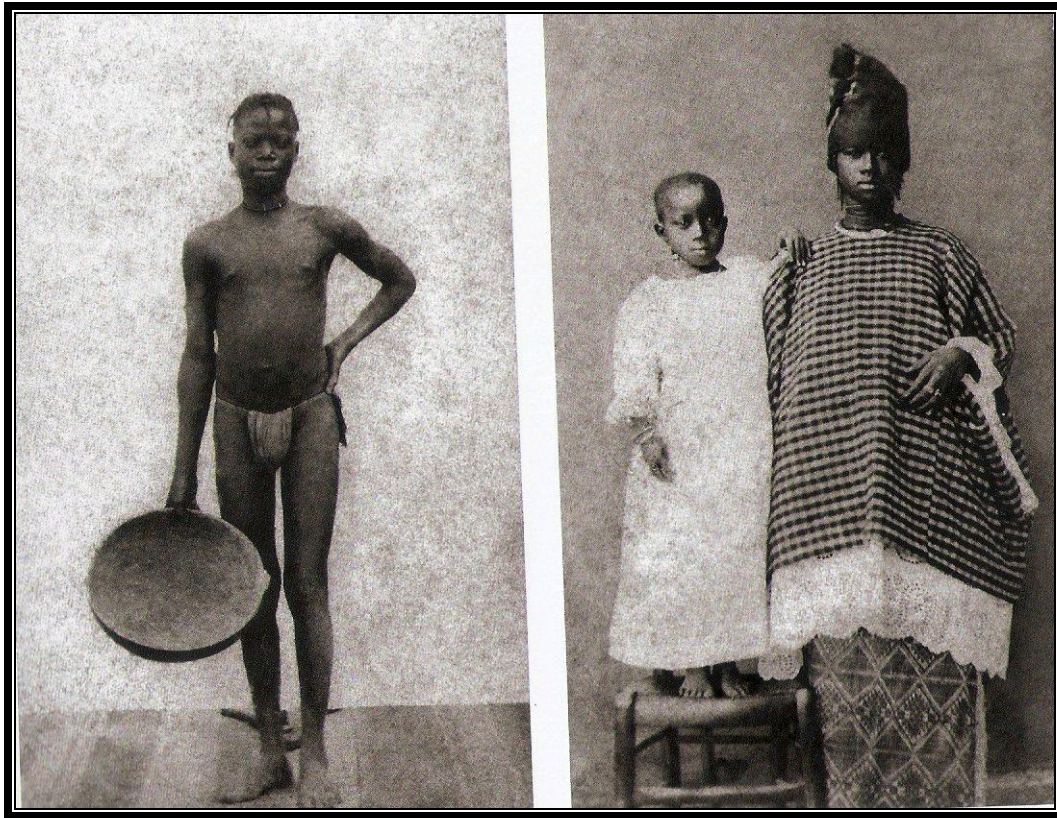
Além do interesse científico pelo desconhecido, o observador deveria também registrar e divulgar as imagens do que foi vivenciado em suas viagens exploratórias. O que de fato importava era registrar as diferenças: dessa forma confirmava sua identidade de homem branco europeu. Nesse sentido, a iconografia teve papel fundamental enquanto veículo de difusão da *imagem do outro*, apresentado como novidade (KOSSOY E CARNEIRO, 2002, p. 19).

Salientam que em 1808, com a chegada da corte portuguesa, os portos do Brasil se abrem ao olhar estrangeiro. Esta é a época da chegada de naturalistas de diferentes nacionalidades, mas sempre homens, brancos e europeus. Estes já traziam consigo imagens pré-concebidas do que iriam registrar, e, portanto, não apresentam imagens neutras.

Um dos registros preferenciais desses viajantes foram as diferenças visíveis que caracterizavam a população de origem africana vivente no Brasil da época:

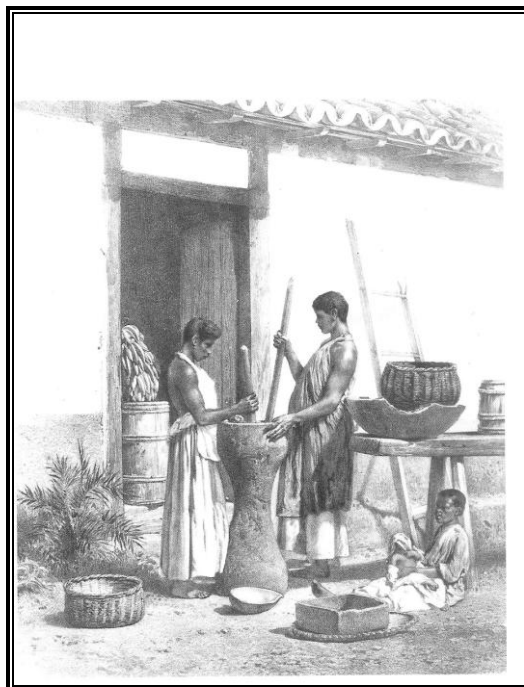
Essas diferenças – que estabeleceriam uma ‘tipologia’ – se prestavam como *categorias de identificação* não apenas para os mercadores interessados em vender os senhores interessados em comprar um ‘bom’ escravo, mas também para os cientistas e artistas. Estes, na condição de observadores e representantes das nações colonizadoras, interpretam – através de seus filtros ideológicos – as diversidades culturais, sem, entretanto, questioná-las (KOSSOY E CARNEIRO, 2002, p. 27).

Os relatos buscavam registrar as diferenças étnicas, por meio dos traços fisionômicos, cor da pele, sinais no rosto e, até mesmo, de caráter e temperamento. Os panos e penteados e as marcas de propriedades ferradas na pele também aparecem nos registros como reveladores de identidade, em especial observado nas mulheres, pelo modo como ornaram o corpo com penteados e panos.



5. Christiano Jr., c.1865, reprodução.

Para os autores, o registro do trabalho escravo, em especial no meio rural, apresentava-se, ao olhar estrangeiro, como prova do atraso do brasileiro no processo de civilização. E mostravam realidades e tipos criados por quem os registrava, oscilando conforme o prisma, entre visões estereotipadas, romantizadas ou mais aproximadas do dia-a-dia do trabalho escravo. Prestavam-se, sobretudo, ao registro do cotidiano das áreas rurais e a monumentalidade do mundo dos engenhos.



6. Victor Frond, Pilagem do Café, c.1869, reprodução

Mas nem só as fazendas foram alvos dos olhares estrangeiros. Também a população negra urbana foi registrada. Mas como o foco era aquilo que “não era espelho”, a vida cotidiana branca ficou fora do foco, não só, mas também porque era para dentro das casas, em especial das mulheres.

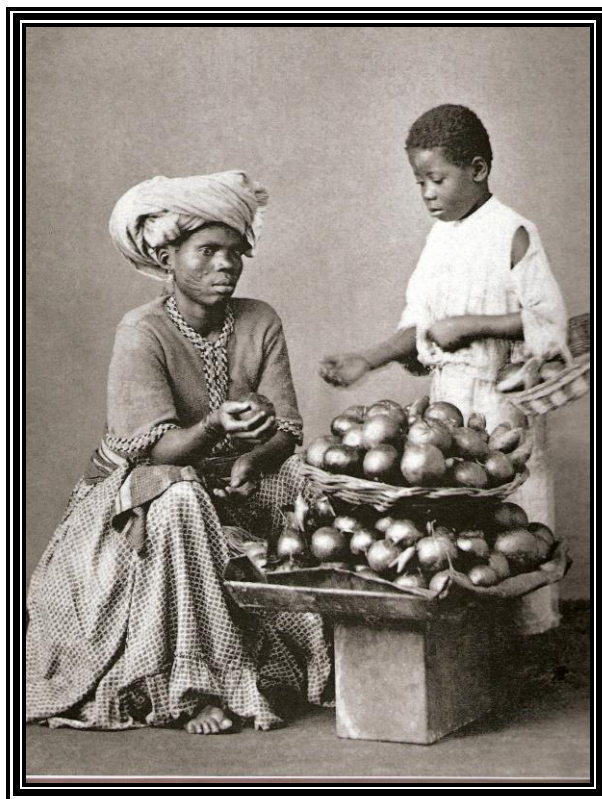
Seus raros passeios se restringiam às idas à missa, as visitas de cerimônia e às eventuais festas, sempre, é claro, acompanhadas do chefe da família. Mulher honrada se resguardava dos olhares dos curiosos, escondendo-se por trás das cortinas das cadeirinhas, hábito que serviu de tema para as imagens e crônicas dos visitantes estrangeiros (KOSSOY E CARNEIRO, 2002, p. 110).

Quando escravos urbanos passaram a servir como modelos preferenciais dos viajantes, passou-se a mostrar a diversidade de ofícios realizados pela população negra nas ruas, em especial das capitais, levando Ave-Lallemant, citada por Kossoy e Carneiro (2002, p. 110) a comentar sobre o que via em Salvador que “tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro”. Ou ainda Luccok, citado por Kossoy e Carneiro (2002, p. 110), a afirmar que “um estrangeiro que acontecesse de atravessar a cidade pelo meio dia quase que poderia supor-se transplantado para o coração da África”.



7. Marc Ferrez, Salvador 1865, Retrato de duas mulheres negras, IMS

A mudança de foco, dos escravos rurais para retratar os escravos urbanos, leva fotógrafos como Christiano Junior a montarem situações, levando o estúdio para rua, por meio de um fundo artificial que serviria de cenário para as fotos. Tal situação peculiar também teria criado o que se chamaria hoje de “modelo fotográfico”. Sendo assim, afirmam Kossoy e Carneiro (2002), a fotografia é resultado de um complexo processo de criação elaborado pelo autor.



8.Christiano Jr., 1865, Reprodução

Neste contexto, entre 1870-1880, negros e negras que até então estavam a serviço do fotógrafo passam a contratar os serviços dos mesmos, segundo os autores, deixando-se retratar conforme o padrão e os moldes de vestimenta vigentes na época. Também os senhores contratam os serviços dos fotógrafos para retratarem seus escravos. Das cenas que demonstram mais frequentemente este fato, encontram-se os registros das amas e babás com as crianças brancas. Tais imagens, retrato da possível afetividade entre os atores, não esconderiam, porém, a subalternização das mulheres e jovens negras.

Nos registros dos viajantes apareceram os cantos, danças e festas das populações negras. Manifestações culturais e religiosas que, muitas vezes, chocavam o olhar estrangeiro. Aquilo que hoje poderia ser lido como forma de resistir à escravidão, ou seja, uma maneira de usando o próprio corpo escravizado, constituírem territórios subjetivos alternativos a partir das próprias linhas de escape a que foram impelidos ou dos territórios de miséria a que foram relegados, parecia aos olhos dos observadores como a mais pura expressão da não civilidade do *outro*.

A partir de 1860, as imagens de negros passaram a servir não só para a exposição do *outro* como diferença, mas também à comercialização. O formato *carte-de-visite* permitiu aos fotógrafos reproduzirem em série as “lembranças” e curiosidades de diferentes países, atendendo ao espírito do colecionismo, hábito que se proliferaria por meio das imagens estereoscópicas e depois pelos cartões-postais. Muitas das imagens produzidas nesse contexto também serviam às teses da antropologia social em voga na Europa, “orientadas no sentido de comprovarem a inferioridade das outras raças” (KOSSOY E CARNEIRO, 2002, p. 194).



9. Vincenzo Pastore¹¹, s.d, IMS

O fato apontado acima é notável ainda no início do século XX, agora retratando o ex-escravo, mas ainda com a mesma aparência e posições de subalternidade. Kossoy e Carneiro (2002) apontam que a exploração comercial persistiu no antigo tema: o negro como modelo de representação. Concluem os autores que:

¹¹ Vincenzo Pastore (1865-1918), era italiano e chegou ao Brasil, provavelmente, na década de 1890. Teve sucesso como retratista, interessou-se também em registrar as ruas da cidade. Fotografou em São Paulo entre 1894-1898 e 1901-1912 (Kossoy, 2002 p. 253). A foto reproduzida é, portanto, de período posterior à escravidão, tirada em estúdio.

Nesta trajetória do negro enquanto modelo de representação, pôde-se constatar que estamos diante de cenas construídas onde o negro se viu embelezado por uns e animalizados por outros; romanceado em meio à paisagem tropical ou abominado por suas manifestações culturais; estigmatizado em seu traje de escravo ou trajado aristocraticamente no cenário do estúdio fotográfico, no momento em que, já liberto, pode optar por um estilo de representação. Comercializado como tipo exótico, viajou para além-mar e tornou-se conhecido do europeu curioso, via cartão-postal (KOSSOY E CARNEIRO, 2002, p. 212).

Sobre a foto de Pastore cabe outro comentário. Ao retomar o exposto por Kossoy (2004) sobre a questão das imagens no começo do século XX, vemos que esse era um período de intensa limpeza dos espaços públicos e também das imagens divulgadas na e sobre a cidade. Algumas imagens são abolidas e não devem mais ser mostradas, uma vez que comprometem a modernidade. Neste sentido, a imagem de Pastore está na contramão do contexto histórico-social-fotográfico da época, posto que retoma e reinventa uma imagem que a nova visão de civilidade e de cidade, baseada no darwinismo social e no evolucionismo, não suporta mais.

Voltando à questão do olhar estrangeiro no século XIX, sobre as imagens do Brasil feitas pelos viajantes, Mauad (1997, p.187) ressalta como as obras (narrativas de viajantes, traços dos desenhistas e imagens fotográficas) criaram uma imagem do país que se decalca na figura do Império. Observa que a imagem do Império que se queria construir teria como marca “iluminar uma parte escurecendo as demais”.

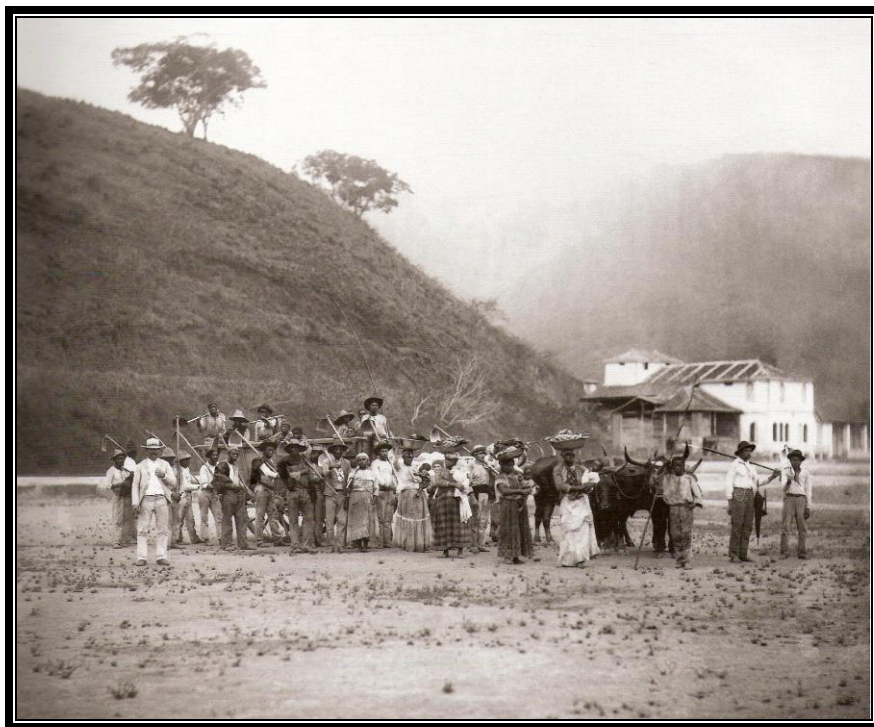
A segunda das obras consultadas, por reunir um grande número e também especificamente imagens sobre negros no século XIX, foi o livro de Ermakoff (2004). Escrito em português e inglês, é dividido em duas partes. Na primeira, composta de quatro capítulos, os temas e títulos são: *Tráfico e comércio de escravos*, *Sonhos de liberdade*, *O cotidiano no olhar dos viajantes* e *Movimento abolicionista*, dá prioridade aos fatos históricos, segundo o autor priorizando o “necessário para que os leitores que não estão familiarizados com o assunto possam interpretar a iconografia apresentada, à luz dos fatos que afetaram em demasia a história de nosso país” (ERMAKOFF, 2004 p.16).

Na segunda parte, chamada *Século XIX: a fotografia brasileira, os negros e os fotógrafos*, quatorze fotógrafos e suas fotografias são apresentados em (sub) capítulos específicos. Já quase ao final, *Outros fotógrafos*, talvez de menor representatividade são apresentados. O último (sub) capítulo, que segundo o autor se constitui um anexo, chamado

Galeria dos Condenados apresenta reproduções de fichas de identificação de prisioneiros da Casa de Correção da Corte, de álbuns montados a partir de 1870. As fichas continham nome, tipo de crime e condenação e a fotografia de cada um dos detentos. O autor selecionou as fichas dos detentos negros. Estes teriam cometido crimes nas décadas de 1850 e 1860. Os álbuns fazem parte da coleção chamada D. Tereza Cristina, doada à Biblioteca Nacional por D. Pedro II após ter sido deposto e exilado. Observa-se nessas fotos, ou do recorte feito pelo autor, pouca presença de mulheres e de jovens.

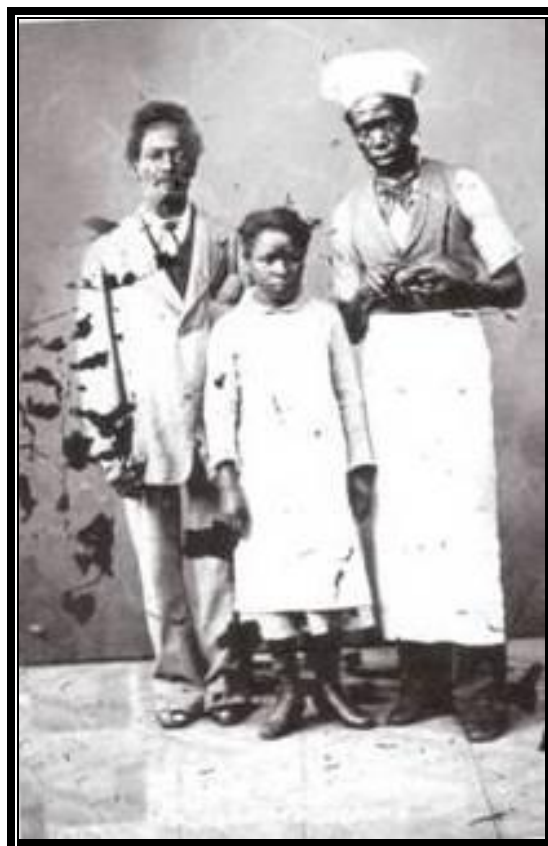
O autor apresenta material fotográfico sobre o negro no Brasil do século XIX que conseguiu reunir em acervos particulares e de instituições brasileiras e internacionais. O autor aponta aspectos levantados por Kossoy e Carneiro (2002), como a exploração da imagem do negro como tipo curioso para venda aos estrangeiros, propiciada pela possibilidade de reprodução em série.

O autor apresenta uma grande quantidade de fotos de Marc Ferrez (1843-1928), premiado fotógrafo brasileiro, nas quais se pode perceber um notável número de crianças negras, em especial nas imagens em que há mulheres negras nas plantações ou terreiros de café.



10. Marc Ferrez, Partida para a colheita do café com carro de boi, c. 1865, reprodução.

Mais comum que a presença das crianças nas imagens, é o silêncio sobre elas nas análises apresentadas. Mesmo quando se apresentam as fotos em que as mulheres negras trazem crianças amarradas às costas ou ao colo, e em algumas cenas, mulheres negras carregam às costas crianças aparentemente brancas. Um caso emblemático dessa situação de invisibilidade da criança está presente na imagem abaixo¹².



11. Alfaiate e cozinheiro – final do século 19, reprodução

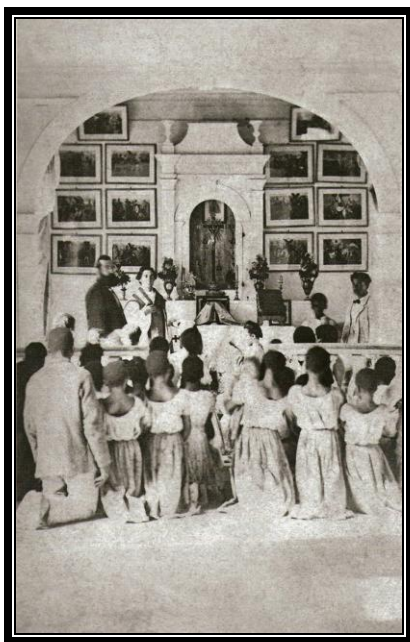
Notemos que a legenda diz: “Alfaiate e cozinheiro – final do século XIX”. Curiosamente o primeiro plano e o centro da foto são ocupados pela menina, que não foi notada por quem fez a legenda. Obviamente podemos considerar que o objetivo pudesse ser destacar as profissões exercidas pelos dois homens, mas ainda assim, quem seria esta menina que se coloca entre e a frente deles? Uma ajudante? Uma aprendiz? Uma filha? Uma afilhada?

¹² Presente em Santos, Irene. (org). *Negro em Preto e Branco. História fotográfica da população negra em Porto Alegre*. Porto Alegre: Do Autor, 2005. p.35 No livro a referência consta como “Ferrari/Museu J.J. Felizardo – Fot. Sioma Breitaman”.

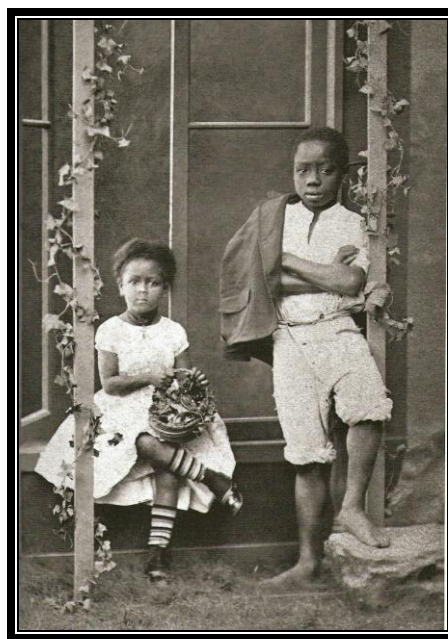
Mas diferentemente de Kossoy e Carneiro (2002), o livro de Ermakoff (2004) traz uma seção denominada “Crianças”, composta por dez das trezentas e uma páginas totais do livro.

O autor aponta nesta parte do texto que a fotografia era privilégio de classes abastadas, o que deixaria pouco espaço para o registro de negros por sua vontade e recursos próprios e muito menos de seus filhos. Porém salienta que o material possível de ser recolhido possibilita inferir certa mobilidade social, dada a diversidade de situações em que as crianças negras aparecem.

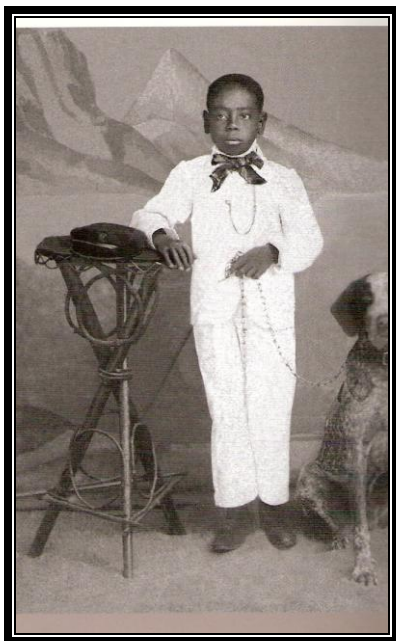
Salienta o autor que as fotos mostram, por exemplo, “crianças negras trajadas de uma maneira que denotava não pertencerem a famílias de escravos. Ou mesmo que o fossem, estariam, aparentemente, beneficiando-se da proximidade com senhores menos rígidos quanto aos papéis que eram impostos aos cativos na estrutura social da época”. Ainda segundo o autor, “o semblante de algumas dessas crianças – sugerindo natural descontração ou orgulho – pode ajudar a corroborar essa hipótese” (Ermakoff, 2004, p.94).



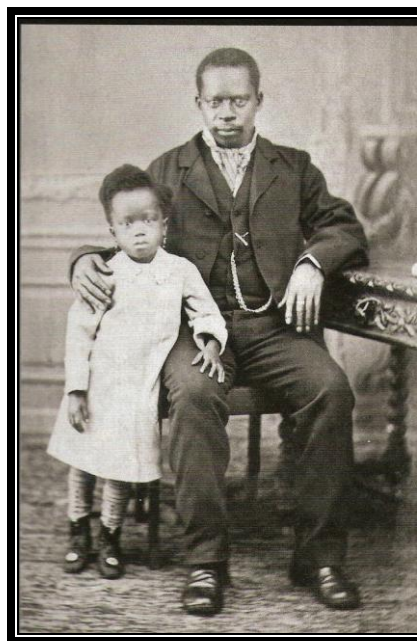
12. Manuel Maria de Paula Ramos, 1870, reprodução



13. Alberto Henschel 1870, Crianças negras, IMS



14. Luiz Tognattti, sd, reprodução



15. Militão, Pai e Filha, sd, reprodução

Entretanto, salienta Ermakoff (2004), alguns registros deixariam claro tratar-se de filhos de escravos. Um deles, segundo o autor, particularmente ilustrativo, seria o que mostra uma criança negra ajoelhada diante da senhora para ser submetida à palmatória. Embora a prática, costumeira da época, fosse adotada também em relação às crianças brancas e a cena, ao que tudo indica tenha sido montada, a forma de suplício era prática real.

Ainda nesta seção, o autor fala das babás e amas de leite, apontando que foram precursoras do que chama de “assimilação” dos negros pelas famílias brancas. Isto se daria pela proximidade e possíveis laços criados pela relação afetiva entre elas e as crianças que amamentavam e/ou cuidavam. Assinala também que esta posição lhes conferia um certo *status* social, ou mostrava uma aparente ascensão na escala social, posto que podiam freqüentar os aposentos mais íntimos de seus senhores e se relacionar com seus herdeiros de maneira mais íntima. Posição que seria também alcançada ou desejada pelas escravas de dentro, ou escravas da habitação, conforme termos da época.



16.Ermakoff, 2004, p.102¹³.

Ermakoff (2004) se apóia bastante nos relatos de viajantes, cujos olhares são importantes para compreender a abordagem dos dois livros apresentados aqui. O olhar estrangeiro, especialmente sobre os negros no século XIX, vai se configurando pela iconografia e pelos diários de campo e de viagem dos que por aqui passaram no período e conformando, fixando discursos e imagens sobre as populações negras cujas reverberações ainda podem ser encontradas em nosso imaginário até os dias de hoje.

¹³ Na sequência, são fotos de: Vilela (1860), Rodolpho Lindermann, Alberto Henschel e não identificado.

História da Infância: constituição do campo delimitação das fontes

Philippe Ariès (1981)¹⁴ é considerado um pioneiro na história da infância, bem como no uso das imagens como evidência. Para Gouvêa (2006), as bases da constituição da história da infância como campo de investigação com identidade própria, ancorada na originalidade do recurso às fontes estão presentes no trabalho de Ariès. Esse campo, não só traria novos sujeitos históricos antes ignorados, como também contribuiria para alargar o âmbito das fontes utilizadas nos estudos históricos, promovendo o resgate de fontes desconsideradas pela história tradicional como a iconografia, lápides, diários etc.

Ariès produziu um estudo clássico no interior da chamada história das mentalidades (para o próprio autor, definida como comparativa e regressiva), o que adensa o debate metodológico para além do campo da infância.

Limitando-nos ao campo da história da infância, grande é a troca de idéias e argumentos em torno das fontes. Para Burke (2004), como as crianças não aparecem com muita frequência nos documentos preservados em arquivos, para escrever sua história foi necessário encontrar outras fontes – testemunhos literários, diários, cartas, literatura de ficção, literatura de viagens, pinturas, fotografias e outras imagens.

Embora Burke (2004) apresente críticas ao trabalho de Ariès, pondera que as principais preocupações deste residiam na escassez de representações de crianças nos primórdios da idade média, bem como pelo fato de elas serem representadas como adultos em miniaturas.

Porém, para Burke (2004), o que ganha corpo nas constatações de Ariès é a crescente separação dos mundos sociais das crianças e dos adultos e a visibilidade dos sinais de infância ou daquilo que o próprio Ariès (1981) chamou de “sentimento da infância”. Para o autor, o sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças. Corresponde à consciência da particularidade infantil, ou seja, o que distingue essencialmente a criança do adulto ou mesmo do jovem.

Rocha e Gouvêa (2010) notam que as críticas ao estudo de Ariès procuraram “sublinhar os equívocos de uma interpretação calcada no pressuposto da existência de um

¹⁴ Refere-se ao estudo publicado em Paris na década de 1960 cujo título original era “L’enfant e et la vie familiale sous l’ancien regime”.

processo histórico universal, conformado a partir das classes abastadas dos países centro-europeus, o qual teria se irradiado para outros contextos sociais” (ROCHA e GOUVÊA, 2010 p.189).

Nesse sentido, para as autoras, é importante observar que já existe um acúmulo de pesquisas desenvolvidas no campo da história da infância e que “tem possibilitado flagrar uma diversidade de processos históricos, evidenciando que a experiência da infância diferencia-se de acordo com categorias sociais definidoras da identidade infantil” (ROCHA e GOUVÊA, 2010 p.189) e que os estudos mais recentes têm contemplado tais categorias.

Gouvêa (2006) traz discussão importante sobre a multiplicidade de vivências das crianças de diferentes pertencimentos sociais, étnicos, religiosos, familiares, de gênero, etc. Aqui poderíamos salientar uma das críticas ao trabalho de Ariès: ter retratado somente a infância de classes abastadas. A autora atenta para o fato de que no contexto histórico da publicação de Ariès não havia tradição substantiva de estudos com fontes relacionadas às vivências dos grupos populares. Não é de se admirar então que os estudos sobre crianças negras focando períodos anteriores ao século XX sejam raros.

Gouvêa (2006) observa ainda que para analisar a diversidade das experiências infantis é necessário também que se amplie a utilização de diferentes fontes. Para a autora, o campo da história da infância hoje lança mão de diversos tipos de registros, dentre os quais destaca a literatura (de ficção ou de viagem), mas salienta que se deve ampliar a busca pelos signos e artefatos produzidos pelas crianças que auxiliem na compreensão da singularidade de tal ator histórico e suas formas de inserção social.

A respeito de criança e infância, é importante salientar que estas são noções construídas que mudam ao longo do tempo e se encontram em permanente reelaboração. Para Heywood (2004, p. 12), “os termos ‘criança’ e ‘infância’ são compreendidos de formas distintas por sociedades diferentes”. A infância tem em si a idéia de tempo, da experiência, da linguagem.

Do ponto de vista da sociologia da infância, a criança e a infância são construções produzidas a partir das práticas sociais e desta forma, tanto a criança quanto a infância não podem ser vistas como únicas e universais, são plurais: infâncias e crianças, e esta pluralidade, do ponto de vista de alguns autores, deve ser entendida enquanto uma multiplicidade que pode ser cartografada. Afasta-se, assim, da visão biológica que vê a

criança como um corpo único, com características universais. Neste caso, temos a passagem de uma visão que pensa a criança para uma visão que vê uma criança. Da criança: única e universal para uma criança: impessoal, singular e múltipla.

Procuramos trabalhar com imagens de crianças e com os indícios de infância, elementos da cultura atribuídos às crianças, levando em conta que os seres humanos transitam por duas linhas não excludentes: a infância como tempo cronológico e a infância como experiência de vida. A idéia de busca de indícios de infância está ligada ao conceito de “sentimento da infância”, conforme definido por Ariès (1981).

Todavia, Ariès trabalhou com uma determinada classe social, o que nos leva a considerar outros autores para justificar a busca de um “sentimento da infância negra”. Por exemplo, para Sarmiento e Pinto (1997) nos estudos sobre crianças e infâncias, os fatores de hetero e homogeneidade devem ser evidenciados. Para os autores, mais que uma distinção conceitual e terminológica, redundância ou sutileza analítica, evidenciar tais fatores é uma necessidade incontornável na definição de um campo de estudos e de investigação.

Ressaltam os autores que, para além das diferenças individuais, o principal fator de heterogeneidade é revelado pelas condições sociais, de classe, étnico-raciais, de gênero e culturais. Todavia, para os autores, a atenção aos fatores de heterogeneidade não podem ocultar os de homogeneidade. Com respeito às diferenças, este aspecto é o que contribui para a construção da infância como categoria social que se define pela idade e por fatores transversais às condições sociais, de classe, étnico-raciais, de gênero e culturais e que permitem pensar infância como categoria social que se distingue de outros grupos e categorias sociais ao mesmo tempo caracterizando-a como minoria.

Para Deleuze e Guattari (1995), maioria é constituída de um padrão, uma constante. “Minoria e maioria não se opõem apenas de uma maneira quantitativa. Maioria implica uma constante, de expressão ou de conteúdo, como um metro padrão em relação ao qual ela é avaliada” (DELEUZE e GUATTARI, 1995 p. 52). Suponhamos que o padrão seja carregado de “adulter”, então a infância, por ser uma determinação diferente, independente do número de crianças ser maior ou menor em relação ao de adultos, seria minoria.

Tal perspectiva da infância, construída a partir dos anos de 1990 no domínio da sociologia da infância, aplica-se aqui para justificar o recorte etário e racial do estudo, que tem como contexto histórico a escravidão no Império Brasileiro.

Tendo a ênfase dos estudos sobre a escravidão no século XIX recaído, principalmente, sobre o universo da economia, alguns escravizados ficaram fora do foco, porque pertenciam a pequenos proprietários, tanto rurais quanto urbanos.

Num primeiro momento da historiografia da escravidão brasileira, as interpretações economicistas obscureceram o conhecimento mais apurado das relações entre os próprios escravizados, assim como destes com os libertos e os brancos pobres. Salvo raríssimas exceções, não houve silêncio nem invisibilidade maior do que aquela que incidiu sobre as mulheres e as crianças escravizadas. Corrobora isso um dos trechos do pioneiro trabalho de Mattoso (1988, p.38), ao comentar a dificuldade do trabalho com as fontes (no caso inventários post-mortem), que não deixam transparecer os aspectos da vida cotidiana, alegando haver um anonimato redutor na escravidão: “o que se pode dizer então das crianças escravas que são duplamente mudas, e duplamente escravas?”

No entanto, nas últimas décadas essa historiografia conheceu mudanças significativas. Conforme Wissenbach (2002) pode-se destacar os enfoques interpretativos que consideram o escravo como agente histórico, visão imprescindível para superar os pontos de vista tradicionais que insistiam na reificação do cativo e também em sua vitimização. Salienta a autora que esta mudança foi importante para a revisão de pressupostos praticamente inquestionáveis até então, como “a crença na anomia das estruturas familiares e sociais existentes entre escravos e libertos; a idéia da despersonalização subjacente à extrema violência do regime, a consideração dos processos de desenraizamento a que foram sujeitos os africanos na diáspora e, conseqüentemente a assertiva do vazio cultural deixado pelas rupturas inerentes à escravização” (WISSENBACH, 2002 p. 1).

Alguns artigos são importantes para a compreensão da mudança de perspectiva apontada por Wissenbach (2002), dentre eles o de Schwartz (2001) que apresenta um estudo bibliográfico sobre a historiografia da escravidão brasileira, identificando autores, obras e debates. O autor destaca também como obras temáticas mais gerais como, por exemplo, *História das Crianças no Brasil* “torna a escravatura parte essencial da história da infância no país” (SCHWARTZ, 2001 p. 56). Embora toda pesquisa tenha seus limites, seria pertinente ressaltar que dos duzentos e sessenta e seis textos listados, citados e comentados por Schwartz (2001) apenas um faça referência à temática da infância.

Voltando para a perspectiva histórica sobre infância, o trabalho de Ariès (1981) nos mostra que aquilo que parecia um fenômeno natural e universal era afinal resultado de uma construção paulatina das sociedades ocidentais modernas e contemporâneas. Segundo Pinto (1997, p.43):

(...) no sentido em que a entendemos hoje em dia, a infância constitui uma realidade que começa a ganhar contornos a partir dos séculos XVI e XVII, embora só praticamente nos últimos 150 anos adquira, de facto, expressão social, não só no plano da enunciação e dos princípios, como também, e sobretudo, no plano da prática social generalizada.

O uso de fontes iconográficas para os trabalhos sobre crianças e infâncias tem sido relevante para a constituição desse campo de estudos que é a história da infância. Especificamente sobre o trabalho com fotografias de crianças, Burke (2004) salienta que ocasionalmente elas têm sido analisadas por historiadores sociais e que tem objetivado acima de tudo documentar a história da infância, ou dito de outra forma, as mudanças nas visões que os adultos têm das crianças, pois a produção material e simbólica é sempre sobre e para a criança e nunca de sua autoria. A especificidade dos estudos sobre infância seria, então, o recolhimento e análise dessas produções.

A despeito das principais críticas que apresenta ao trabalho de Ariès, quais sejam “negligenciar a história das mudanças nas convenções de representação” e “subestimar as funções ou os usos das imagens”, Burke (2004) assegura que ele serviu de estímulo para um conjunto de pesquisas sobre imagens de crianças, levando a uma reinterpretação das evidências de retratos e imagens.

Como exemplo, o autor cita um estudo de crianças no retratismo da família americana entre 1670 e 1810 realizado em 1982, por Karin Calvert. Adotando um enfoque serial, Calvert examinou 334 retratos representando 476 crianças e observando o aumento das representações de brinquedos e outros “sinais de infância”. Sua conclusão seria de que a infância estava começando a ser mais claramente distinguida da idade adulta, bem como mostrada de forma mais positiva.

Conquanto se reconheça a dificuldade de “desencavar materiais-fonte sobre infância no passado”, posto que “as próprias crianças não deixam muitos registros” (HEYWOOD, 2004 p. 14), alguns aspectos da infância se mostram mais fáceis de documentar que outros, como por exemplo, o campo do “bem-estar” das crianças. Contudo, as experiências da

infância no cotidiano são as mais difíceis de serem recriadas, embora os vestígios possam estar em vários locais.

Ao propor um estudo iconológico sobre a criança e a infância negras, busca-se também contribuir para a construção social da infância, tema importante para a educação, afastando-se um pouco do enfoque dado em grande parte dos primeiros trabalhos nesse campo, conforme Heywood (2004, p.13), “de caráter profundamente institucional, descrevendo o surgimento dos sistemas escolares, a legislação sobre o trabalho infantil, (...) os serviços de bem-estar infantil e assim por diante”. Nesse sentido, também se propõe um outro olhar para as já vistas imagens de negros no século XIX, conforme indica a bibliografia selecionada, asseverando a necessidade de um olhar com recorte etário, mostrando que o mesmo não constitui mero anacronismo.

A partir desse contexto propusemos dois recortes: o primeiro trata da criança e da infância e de algumas de suas modalidades de existência produzidas e permitidas pelo regime escravista, com base na bibliografia levantada e nas gravuras de Debret (acrescidas de outras imagens); o segundo visibiliza retratos de crianças negras produzidos por Militão, em São Paulo, entre os anos de 1862 e 1885.

CAPÍTULO II

IMAGENS, CRIANÇAS, INFÂNCIAS E RAÇA: VISITANDO A LITERATURA

Crianças, infâncias e raça no século XIX

Ao que tudo indica um dos primeiros trabalhos que teve como tema a criança negra no século XIX foi o de Mott (1979). Nele a autora analisa cerca de oitenta obras da chamada “literatura de viagens”, cujos autores estiveram no Rio de Janeiro entre 1800 e 1850, destacando “os dados referentes à situação da criança negra, seja como ‘mercadoria’ recém-importada da África, seja como fruto da reprodução da população já escravizada” (MOTT, 1979, p.37).

Nove anos mais tarde, Mattoso (1988) aponta ser o trabalho de Mott (1979) o único que ela conhecia sobre o tema¹⁵. Apoiada em três perguntas chaves: o que se pode dizer das crianças escravas; com que idade e de que forma deixam de ser crianças e passam a ser escravas e o que é a infância para a criança escrava? Mattoso (1988) discute, entre outros aspectos, as condições de nascimento, crescimento, sociabilidade, iniciação ao trabalho e aprendizado das leis da escravidão para os filhos das escravas nas últimas décadas da escravidão baiana.

Após 1850, em função do fim oficial do tráfico, a maioria dos escravizados era composta não de africanos recém-chegados, mas de filhos, netos, bisnetos e tetranetos daqueles vindos principalmente da África centro-ocidental antes da interdição continental imposta pela Inglaterra. A garantia de gerações subsequentes é a única maneira de assegurar o desenvolvimento humano de determinada sociedade. Nesse caso, podemos supor que escravidão e parentesco sejam instituições paradoxais, como propõe Meillassoux (1995).

Nesse contexto, a procriação dos escravizados passou a ter um caráter econômico que antes de 1850 não existia. Não rara era a existência de senhores que mantinham amplo concubinato com mulheres negras e de outros que incentivavam a união entre seus

¹⁵ O texto de Mattoso (1988) foi republicado em Del Priore (1991). Nesta mesma obra também consta o trabalho de Lima e Venâncio que aborda a temática.

escravizados como tentativa de controle da fecundidade das escravizadas por meio do incentivo à procriação, tendo como contrapartida a manumissão.

Não obstante seja possível verificar, ao longo de todo século XIX, altas taxas de mortalidade infantil, como indicam alguns autores, o tratamento dispensado às crianças filhas de escravizados sofreu uma drástica mudança com a proibição definitiva do tráfico. Tal mudança se refere ao fato de que “as peças perdidas” não seriam mais facilmente repostas. Então, passa a haver uma preocupação com a higiene e a saúde das crianças escravizadas, chegando, em casos extremos, à publicação de cartilhas de prescrição de cuidados com os mesmos.

Sobre o que viemos de dizer, alguns aspectos relevantes podem ser destacados a partir do trabalho de Marquese (2004). O autor analisa em um dos capítulos, manuais elaborados no Brasil com prescrições de modos de lidar com a escravaria, comparando os manuais brasileiros e seu contexto de produção com outros contextos e produções nas Américas. Aqui nos deteremos na análise que o autor faz dos manuais prescritivos escritos no Brasil Império, entre os anos de 1820 a 1860.

A conjuntura da elaboração de reflexões e prescrições sobre tratamento escravos no Brasil Império incluía: formação do Estado nacional, expansão da agricultura escravista, tensões em torno do tráfico negreiro, revoltas escravas. Nesse momento, valendo-se das ferramentas conceituais da economia política, os autores do século XIX construíram uma teoria sobre a gestão escravista. Aliás, não só construíram uma teoria sobre a administração dos escravos, mas também falaram como porta-vozes das classes proprietárias de certas regiões do Brasil. Afirma Marquese (2004) que pela primeira vez, os senhores de escravos escreveram e discutiram sobre o assunto.

A autonomização do campo do saber agrônomo no Império do Brasil, após a década de 1830, permitiu que os manuais agrícolas compostos a partir dessa data obtivessem uma circulação considerável entre os proprietários rurais escravistas, para o que certamente contribuiu a fundação de algumas instituições voltadas ao fomento da produção agrícola (MARQUESE, 2004 p. 267).

Para o autor, os manuais agrícolas publicados na primeira metade do século XIX participaram ativamente dos debates sobre a escravidão negra no Império do Brasil. Suas prescrições sobre a gestão escravista acenaram para a necessidade de os fazendeiros se

precaverem contra o aumento dos preços que seguramente ocorreria com o término definitivo do tráfico transatlântico de escravos.

Os autores constituíram uma teoria original sobre o assunto, formulada nos trabalhos agrônômicos de maior fôlego do período, que procuraram dar conta das diversas esferas da administração das propriedades rurais cafeeiras e açucareiras. Alguns deles foram: Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Carlos Augusto Taunay, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck e Antônio Caetano da Fonseca. Marquese (2004) apresenta o conteúdo da teoria oitocentista tal como expressa nos textos dos referidos autores e também apresenta explicação para o surgimento e a especificidade dessa teoria, localizando tal explicação no quadro das reflexões sobre o tema nas Américas. Dessas teorias e prescrições, pinçaremos, a partir do exposto por Marquese (2004), aquilo que diz respeito à vida das crianças.

No manual de Miguel Calmon Du Pin e Almeida, cuja preocupação maior foi o problema da reprodução da mão-de-obra escrava, um capítulo inteiro era dedicado à política de “Bom tratamento dos escravos”. Das formas de promoção da conservação da vida dos adultos às formas de promoção da reprodução dos mesmos, estavam entre as recomendações aos senhores, as prescrições para o cuidado com as crianças pequenas e suas mães:

Como corolário do estímulo à formação de pares conjugais estáveis, também deveria o senhor “velar na criação dos filhos dos seus escravos”, desobrigando as mães de trabalharem, ainda que em perfeita saúde, dois meses antes e dois meses depois do parto, confiando o cuidado das “crias” a “uma pessoa vigilante” quando passasse o período de resguardo das mães, e não obrigando as crianças escravas “a trabalhos pesados” tão logo pudessem “dar algum serviço” (MARQUESE, 2004 p. 269).

Sobre o prazo em que as crianças eram consideradas em condições de “dar algum serviço” falaremos mais adiante. Embora não haja consenso, alguns autores apontaram que por volta dos cinco anos já se começava alguma atividade e outros encontraram evidências de trabalhos realizados apenas a partir de sete ou oito anos. Mattoso (1988), por exemplo, encontrou dados que confirmaram a idade de sete para oito anos como o momento em que a criança inicia no trabalho, mas afirma que antes poderiam desempenhar pequenos trabalhos sem valor econômico. Já Mott (1979) apontou que a idade de cinco para seis anos encerrava uma fase na vida da criança escrava, pois nessa idade começavam a realizar tarefas.

Decerto as idades são próximas, de forma a concluirmos que entre cinco e oito anos deveria ser a idade que poderiam “dar algum serviço”.

Voltando aos manuais, o de Carlos Augusto Taunay, ex-major napoleônico e ex-integrante do exército brasileiro, apresentou, na visão de Marquese (2004), a reflexão mais sistemática sobre a gestão escravista da primeira metade do século XIX. Seu grande objetivo era escrever sobre a conduta e disciplina dos escravos, fixando “princípios racionais para a administração dos cativos, passíveis de serem obedecidos em qualquer propriedade rural escravista no Brasil” (MARQUESE, 2004 p. 271).

Acreditando na suposta inferioridade da raça negra africana, e que a escravidão era um fardo mais pesado para os senhores que para os escravizados, Taunay apostava numa espécie de “pedagogia do medo” para a imposição de uma férrea disciplina, à base de coação, para obrigar “os pretos a dar conta da sua tarefa”. Taunay também refletiu sobre a família e a gravidez, bem como sobre a educação das crianças pequenas.

Por um lado, de forma um pouco diferente de Miguel Calmon, propunha que as grávidas e parturientes fossem tratadas com cuidado e deslocadas para trabalhos mais leves. Por outro lado, igualmente se preocupava com o fruto desses ventres cativos, posto que cativos os filhos seriam também. Pregava que as crianças crioulas nascidas nas propriedades fossem criadas em comum e por classes conforme a idade e sexo. Tinha a preocupação de educar uma geração crioula dócil e disciplinada, moldada conforme os interesses de seus senhores:

À proporção que se forem criando, se lhes ensinará a trabalhar, a rezar, a amar seus senhores, suportar o frio, o calor, a fadiga e a seguir à risca a disciplina da casa. O mesmo se observará com as crioulas, que serão criadas à parte. Desta forma, uma nova geração, mais instruída, jeitosa, disciplinada e virtuosa do que a que veio da costa, suprirá as faltas desta, e pouco a pouco a substituirá inteiramente. (TAUNAY, citado por MARQUESE, 2004 p. 279)

O terceiro autor, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, também reiterou a importância da família escrava como elemento disciplinador e não diferiu das proposições dos dois anteriores relativas ao cuidado com a saúde e nutrição, em especial das grávidas, que garantiriam a manutenção e aumento dos plantéis de escravos, fazendo com que os senhores pudessem sonhar com a vida longa da escravidão no Brasil, mesmo cessado o tráfico, “embora não nos envie mais a África, a população de outrora, seria possível fazer

crescer a existente. Bastaria para isso mais solicitude pela gravidez, mais zelo e cuidado para com os recém-nascidos e as crianças” (WERNECK, citado por MARQUESE, 2004 p. 288).

O último autor, o Padre Antonio Caetano da Fonseca, proprietário rural no vale do Paraíba fluminense, segundo Marquese (2004), guardou algumas especificidades relevantes em relação aos manuais dos fazendeiros que o precederam, mas estas se limitaram às questões relativas às técnicas agrícolas empregadas ou ao manejo do solo, por exemplo. Em relação à gestão da escravaria, não diferiu muito de seus antecessores.

Entretanto, em se tratando de um religioso, até o capítulo dedicado a isso recebe um título diferenciado “Educação e tratamento da família”. Seguindo o caminho traçado por Taunay, o padre Fonseca, recuperando um discurso jesuítico, pregava o cuidado especial com as mulheres escravas, em especial no tempo da menstruação e da gravidez. No tempo do parto pregava que a escrava deveria “merecer a mesma atenção que merece a sua senhora, e o recém-nascido os mesmos cuidados que seus jovens senhores. Praticar o contrário seria faltar à humanidade e ao nosso interesse” (FONSECA, citado por MARQUESE, 2004 p. 291). Mais uma vez o objetivo é resguardar o ventre e o que dele sai, garantindo a continuidade e reprodução da força de trabalho escrava.

Desdobrava-se a preocupação com o ventre e o recém-nascido na atenção com as crianças até por volta de dez anos de idade. Para Marquese (2004), Fonseca apresentou um projeto articulado sobre essa questão, tratando da criação de escravos nascidos nas propriedades de acordo com os anseios dos seus senhores.

Assim, “no tempo da dentição”, por se tratar do “tempo crítico da infância”, toda a atenção era necessária com a criança escrava: os maiores inimigos dos bebês, nessa etapa, as “lombrigas e diarréias”, precisavam ser controlados com óleo de rícino e com uma alimentação baseada em arroz, caldo de carne e mingau. Estando as crianças mais crescidas, as refeições passariam a ser feitas em comum, com supervisão constante do senhor; aliás, nesse momento era fundamental que o senhor começasse a demonstrar grande afabilidade pelas crianças escravas, para que as mesmas adquirissem um certo amor pelo seu proprietário (MARQUESE, 2004 p. 291).

É importante ressaltar que para Fonseca o fato de as crianças adquirirem “um certo amor pelo seu proprietário” tinha dupla função: a primeira dizia respeito às próprias crianças e se relacionava com o exposto por Taunay – a criação de uma geração mais dócil

e adaptável, menos revoltosa e mais obediente; a segunda dizia respeito a seus pais, que vendo seus filhos “bem tratados” e gozando da “simpatia” de seus senhores, lhes criava “amor, por uma simpática retribuição” e, portanto, seriam mais fiéis e obedientes (MARQUESE, 2004 p. 292).

A educação para o trabalho conforme abordada por Fonseca, teria início por volta dos cinco anos de idade, fase em que a criança deveria começar a ser gradativamente doutrinação pelo seu senhor. Aos poucos ela deveria aprender a trabalhar, rezar e a obedecer:

Quando os meninos passarem de cinco anos devem ir aprendendo alguma doutrina cristã, e principiar a trabalhar em serviços que forem compatíveis com as suas forças, porém por pouco tempo; pois é isso tão-somente pra moralizá-los, e para desenvolver e fortificar os seus músculos, e não para tirar fruto do seu trabalho; pois só de dez anos por diante podem dar algum serviço a seus senhores (FONSECA, citado por MARQUESE, 2004 p. 291)

A necessidade da instrução católica no cuidado com as crianças, juntamente com o restante das prescrições, denotavam o esforço para “crioulizar” o mais rapidamente possível os pequenos escravos, e assim diminuir seu potencial de rebeldia futura. Era corrente a crença de que os nascidos no Brasil, se corretamente “educados”, seriam mais disciplinados que os africanos. Alguns dos viajantes trarão passagens em seus relatos que demonstrariam a tal docilidade das crianças:

(...) Algumas das meninas tinham um ar muito doce e cativante. Apesar de sua pele escura, havia tanto recato, delicadeza e cordura nos seus modos que era impossível deixar de reconhecer que eram dotadas dos mesmos sentimentos e da mesma natureza das nossas filhas.

(...) Uma das coisas que me chamou atenção ali foi um grupo de meninos que pareciam ter formado uma espécie de sociedade. Tive a oportunidade de observar várias vezes, ao passar pelo local, que esse grupinho se reunia sempre junto a uma janela gradeada. Pareciam muito ligados uns aos outros e sua bela amizade nunca era perturbada por brigas; na verdade, o temperamento de uma criança negra é geralmente tão equilibrado que ela não é afetada por essas ligeiras e mórbidas sensações que freqüentemente causam irritação e mau humor nas nossas crianças (WALSH, citado por LEITE 2003, p.28).

Há que se salientar aqui uma controvérsia. Alguns autores defendem a crença de que durante a existência do tráfico transatlântico existiria uma preferência por jovens e crianças justamente pela facilidade de adaptação e pelo menor potencial de rebeldia que os adultos ou que as crianças e jovens nascidos no Brasil. Mott (1979, p.59) destaca, entre outros

motivos, que a preferência por jovens e crianças era devida à “crença, geralmente difundida entre os senhores de escravos que os crioulos (...) eram menos dóceis e menos ativos”. Mattoso (1988, p. 43) coloca essa observação de Mott em nota de rodapé. Contudo, Mott (1979, p. 79) observa que a condição da criança africana não sofria muita distinção, ela era tratada pela condição de escrava, assim como a criança crioula, e que nos relatos de viajantes, quando alguma distinção era feita, seguia uma tendência em ressaltar “o aspecto ‘repugnante’ e ‘selvagem’ do africano recém-chegado em contraposição à ‘civilização’ dos escravizados há mais tempo e principalmente dos mulatos”.

O tráfico interno continuou a cumprir o papel de reposição, havendo, ao longo do século XIX, como aponta Lovejoy (2002), uma intensificação da captura e do tráfico de crianças e mulheres, possivelmente condicionada pela contínua diminuição do contingente masculino adulto.

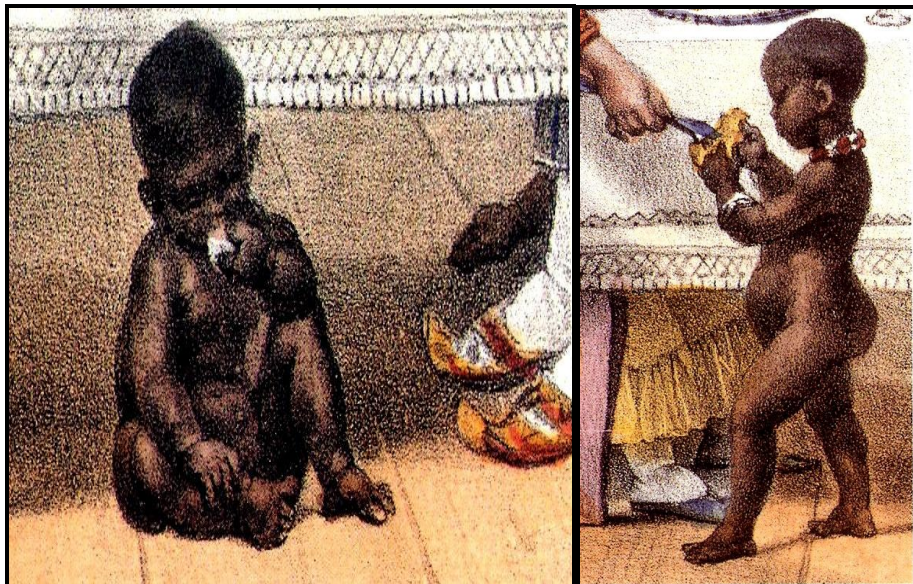
Dias (1995) comenta que o índice de natalidade, baixo em geral, mesmo entre a população livre da cidade de São Paulo em meados do século XIX, era particularmente “baixo entre escravas, apesar de os viajantes registrarem, por vezes, certa boa vontade das proprietárias com as crias de suas escravas. Nos fogos de mulheres sós, havia uma tendência global de poucos filhos: cerca de 1,7 filho por escrava; 1,10 filho por agregada; 1,65 por mulher livre dependente” (DIAS, 1995 p. 142). Mattoso (1988, p. 43) também observou baixo padrão de reprodução no seu trabalho, menos de um terço das mulheres em idade de procriar chegavam a condição de mãe.

Sobre a “certa boa vontade das proprietárias com as crias de suas escravas”, podemos citar um trecho dos comentários de Debret sobre a gravura *O jantar brasileiro*:

No Rio, como em todas as outras cidades do Brasil, é costume, durante o tête-a-tête de um jantar conjugal, que o marido se ocupe silenciosamente com seus negócios e a mulher se distraia com os negrinhos, que substituem os doguezinhos, hoje quase completamente desaparecidos na Europa. Esses mulecotes, mimados até a idade de cinco ou seis anos, são em seguida, entregues à tirania dos outros escravos, que os domam a chicotadas e os habituam, assim, a compartilhar com eles das fadigas e dissabores do trabalho. Essas pobres crianças, revoltadas por não mais receberem das mãos carinhosas de suas donas manjares suculentos e doces, procuram compensar a falta roubando as frutas do jardim ou disputando aos animais domésticos os restos de comida que sua gulodice, repentinamente contrariada, leva a saborear com verdadeira sofreguidão (DEBRET, 1989 p. 60).



17. Jantar brasileiro, Debret, reprodução



18. Detalhes de Jantar Brasileiro, Debret, reprodução

Ariès (1981) observa já no século XVII que a presença de crianças junto aos adultos, especialmente a mesa, não era bem vista, pois se acreditava que essa mistura tornasse as crianças mimadas e mal educadas. O olhar de Debret, mesmo dois séculos depois, talvez ainda guarde resquícios deste “sentimento da infância” descrito por Ariès.

Entretanto, o mimo e a má educação não seriam representados da mesma maneira para sinhozinhos e pequenos escravos. Estes, como apontou Debret, acostumavam-se aos restos do jantar e chegado o tempo da iniciação no trabalho, tinham que buscar formas de compensar o “carinho” não mais dispensado a eles; enquanto que para aqueles talvez fosse representado naquilo que chamamos popularmente hoje de “fazer birra”¹⁶.

Walsh (1985) registra essa oposição. O viajante fica embevecido com a “solidariedade”, a “maneira generosa e desprendida” com que crianças negras dividiam bolos e frutas distribuídos por ele, e pelo fato de “jamais ter visto uma criança negra nervosa ou irritada, e muito menos acometida desses fúteis acessos de raiva em que se comprazem as crianças da superior raça branca”, e ainda conclui:

A criança que por acaso recebia de mim os presentes, pegava-os tão delicadamente, olhava para mim com tanta gratidão e os distribuía de maneira tão generosa que eu não podia deixar de achar que Deus tinha dado a eles, como uma compensação por sua pele escura, uma dose acima do comum de amáveis qualidades humanas (WALSH, 1985 p.263).

No outro extremo do exposto por Dias (1995), em relação à baixa natalidade das escravizadas em São Paulo, encontramos exemplo de Benedita que recebeu uma carta de alforria, para ser gozada após a morte de sua senhora, dada em gratidão por seus serviços prestados. Dentre eles estava o de ter aumentado, com sua prole, os ganhos dos senhores:

Escriptura de Liberdade que dá Gertrudes Maria Leite, a Benedicta, Quantos este público Instrumento de Escriptura de liberdade vivem que no ano de nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e oito, aos dezesseis de setembro nesta freguesia de Itapecerica termo da imperial cidade de São Paulo (...) ela é legítima senhora e possuidora de uma escrava crioula de nome Benedicta de idade de quarenta e quatro anos mais ou menos que lhe coube por nomeação por falecimento do seu marido Ignácio Vieira Branco cuja escrava sempre serviu merecendo assim uma recompensa justa não só por isso como também por ter com sua descendência augmentado a fortuna do seu casal por isso e em sinal de gratidão resolve de sua livre e espontânea vontade conceder gratuitamente como por

¹⁶ Fazer birra, na linguagem informal quer dizer “comportar-se de maneira obstinada, recusando-se a obedecer e, às vezes, chorando, berrando, esperando” (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2001 p.460).

esta e faz liberdade a dita escrava Benedicta, que com a condição única a ela acompanha a outhorgante durante sua vida depois da de que gozará de plena liberdade como se de ventre livre nascesse (...) Itapecerica da Serra 16 de setembro de 1868. (Museu Histórico e de Memória de Itapecerica da Serra, São Paulo. Carta de alforria. Livro nº 9 de 31 de Agosto de 1867, folha 22).

Não podemos saber ao certo as formas com as quais a descendência de Benedita aumentou a fortuna de seus senhores. Mas parece certo que antes e depois da Lei de 1869, que proibia a venda separada de mães e filhos, crianças poderiam ser vendidas independentemente da venda de suas mães e dependendo da idade e das tarefas que pudessem desempenhar alcançavam preços equivalentes aos de um adulto. Na primeira metade do século XIX, observa Mott (1979) que o cuidado (ou falta dele) na sobrevivência das crianças pequenas estaria relacionado principalmente à questão econômica:

Para aqueles que possuíam poucos escravos e viviam do que eles ganhavam diariamente, a prole das escravas era vista como uma “benção dos céus”. A impossibilidade, por falta de capital, de adquirir um escravo, parece ter levado a um maior cuidado com as crianças nascidas na casa (MOTT, 1979 p. 66).

Para Mattoso (1988, p.52) os pequenos entre zero e três anos gozavam do privilégio de acompanhar suas mães ou outras escravizadas. O período seguinte, até os sete ou oito anos seria o de “iniciação aos comportamentos sociais no seu relacionamento com a sociedade dos senhores, mas também da comunidade escrava”. Depois dessa idade começará a prestar serviços regulares como carregar instrumentos e materiais de trabalho das lavadeiras, ganhadeiras¹⁷, e outras. Também será utilizado pelos senhores para carregadores de todo tipo de objetos, como mensageiros, como pajens etc. Até os doze anos serão transformados em aprendizes de alfaiate, sapateiro, ferreiro, serviços domésticos, costureiras.

A preparação da criança negra para o trabalho no universo da escravidão começava muito cedo. Desde muito pequenas elas eram encarregadas de realizar pequenas tarefas domésticas e no caso dos meninos, alguns serviços de rua também. Além disso, as imagens de Debret, bem como algumas fotografias, nos deixam ver os pequenos sempre próximos

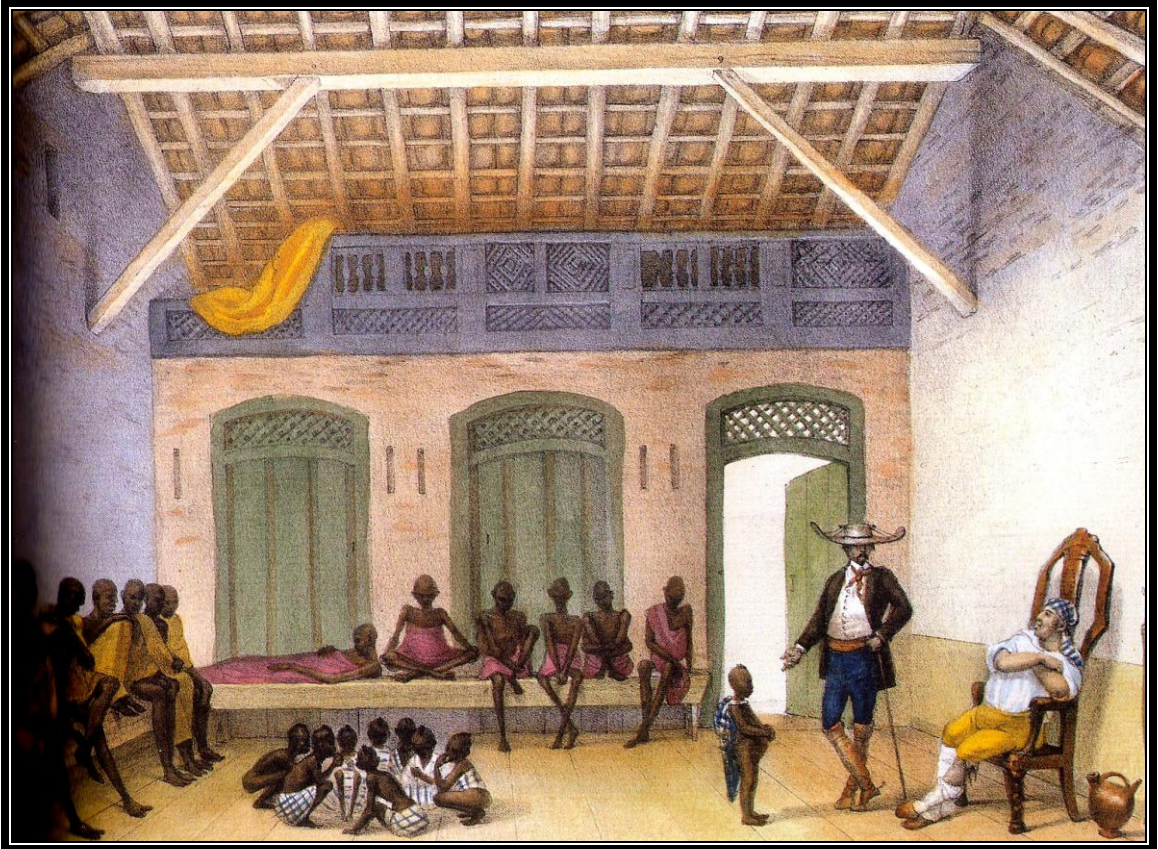
¹⁷ Podiam ser tanto mulheres negras livres ou forras que se utilizavam dos espaços urbanos para vender produtos e serviços para seu sustento e de seus filhos ou parentes, quanto escravizadas obrigadas a dar a seus senhores uma quantia previamente combinada de seus ganhos, ficando o excedente para elas. Ver, dentre outros, SOARES, Cecília Moreira. **As ganhadeiras: mulheres e resistência negra em Salvador no século XIX**. Afroasia. Salvador: UFBA. nº 17, 1996. P. 57 a 71.

dos adultos negros no trabalho, o que indica que a educação para o trabalho apontada por Fonseca (2002), se daria também pela observação e pela convivência com os mais velhos durante seus afazeres.

Florentino e Góes (2005) apresentam um dos poucos trabalhos, posteriores aos de Mott (1979), Mattoso (1988), Lima e Venâncio (1991) em que criança e infância escravizadas ou não, crianças negras e suas modalidades de existência fazem parte do objetivo central das análises.

Os autores observam que somente 4% dos africanos desembarcados no Valongo (mercado de escravos no Rio de Janeiro) possuíam menos de 10 anos de idade, pois o mercado do tráfico dava preferência aos adultos do sexo masculino. Salientam que desde muito cedo as crianças aprendiam que “o ingresso no mundo dos adultos se dava por outras passagens: em vez de rituais que exaltavam a fertilidade e a procriação, o paulatino adestramento no mundo do trabalho e da obediência ao senhor”, logo, aprenderiam a ser uma criança escrava (FLORENTINO E GÓES, 2005 p. 209).

O texto se refere, privilegiadamente, “às crianças que viveram e morreram nas áreas rurais do Rio de Janeiro” entre 1790 e 1830. Neste período, a população escrava representava metade dos habitantes rurais, sendo a parte dos com idade maior que 15 anos formada por africanos falantes de línguas bantós.



9. Debret, Mercado da rua do Valongo

Observe-se um trecho da descrição de Debret (1989, p.106) para a cena: “Reproduzi aqui uma cena de venda. (...) Os negros que aí se encontram pertencem a proprietários diferentes. A diferença de cor de seus lençóis os distingue. (...) Os moleques, sempre amontoados no centro do quarto, nunca se mostram muito tristes”.

As crianças representariam, na média, dois em cada três cativos. Mas nos plantéis que não eram renovados constantemente, podiam chegar a um terço e até quase metade do total. Os autores mostram que não existia propriamente um mercado de crianças cativas. Mesmo que algumas fossem compradas e vendidas, ou ainda doadas ao nascer, observam que estas operações não assumiam qualquer função estrutural para o sistema escravista. Os principais traços demográficos do universo infantil estariam relacionados à fecundidade das cativas e à mortalidade infantil (FLORENTINO e GÓES, 2005 p.211).

Os dados apresentados pelos autores sobre a quantidade de crianças crioulas e africanas, com idades entre um e onze anos, distribuídas por sexo, entre 1790 e 1830 não

mostram a preferência senhorial pelo sexo masculino, como era fato em relação aos adultos. Indicam também a alta taxa de mortalidade das crianças.

Com efeito, os inventários do agrofluminense mostram que, no intervalo entre o falecimento dos proprietários e a conclusão da partilha entre os herdeiros, os escravos com menos de dez anos de idade correspondiam a 1/3 dos cativos falecidos; e dentre estes, 2/3 morriam antes de completar um ano de idade, 80% até os cinco anos (FLORENTINO E GÓES, 2005 p.212).

Ressaltam os autores que as crianças ao escaparem “da morte prematura iam, aparentemente, perdendo os pais”. Antes de um ano de idade, uma em cada dez crianças não mais possuía pai e mãe anotados nos inventários. Aos cinco anos, metade parecia ser completamente órfã e aos 11 anos o número aumentava para oito em cada dez. Mas não somente a perda dos pais caracterizaria este quadro. A doação de crianças a filhos e parentes, quando do batismo, embora não significassem necessariamente o definitivo rompimento da convivência entre pais e filhos, também figurava entre os motivos para que as crianças ficassem sem os pais, mas esta face da história não se pôde apreender pelos inventários. Outro motivo poderia ser a alforria de cativos, sem que implicasse na alforria dos filhos.

No lado contrário dessa face da infância escrava, encontram-se dados sobre pequenas propriedades nas quais a escravaria era formada apenas, ou em sua maior parte por crianças. Citam como exemplo o caso de Tomás Gonçalves da Silva que possuía um plantel de 24 escravos, dos quais dois terços, ou seja, dezesseis eram crianças (Florentino e Góes, 2005 p.214).

A garantia de gerações subseqüentes é a única maneira de assegurar o desenvolvimento humano de uma dada sociedade. Nesse caso, conforme já dito anteriormente, podemos supor que escravidão e parentesco sejam instituições paradoxais, como propõe Meillassoux (1995). Porém Florentino e Góes (2005) ressaltam que as crianças sobreviventes não ficavam sozinhas. O batismo era uma das formas de criação de rede de relações sociais escravas, em especial do tipo parental, que protegeriam estas crianças. Segundo os autores, os laços de compadrio uniam sobretudo escravizados e era um costume entre eles no Rio de Janeiro, tanto das áreas rurais quanto urbanas. Inclusive, como se pôde observar em Inhaúma, unia escravos e plantéis diferentes.

(...) em propriedade longe do mercado escravo há pelo menos vinte anos, onde não raro mais de 90% da escravaria possuíam parentes, ele com certeza seria irmão, primo, sobrinho ou neto de alguém. Em qualquer circunstância, porém, teria a criança já uma “tia” ou um “tio”, mesmo que não consangüíneos. Um padrinho (e, muito freqüentemente, uma madrinha), com certeza, os pais já lhe haviam providenciado logo pelo nascimento (FLORENTINO e GÓES, 2005 p. 215).



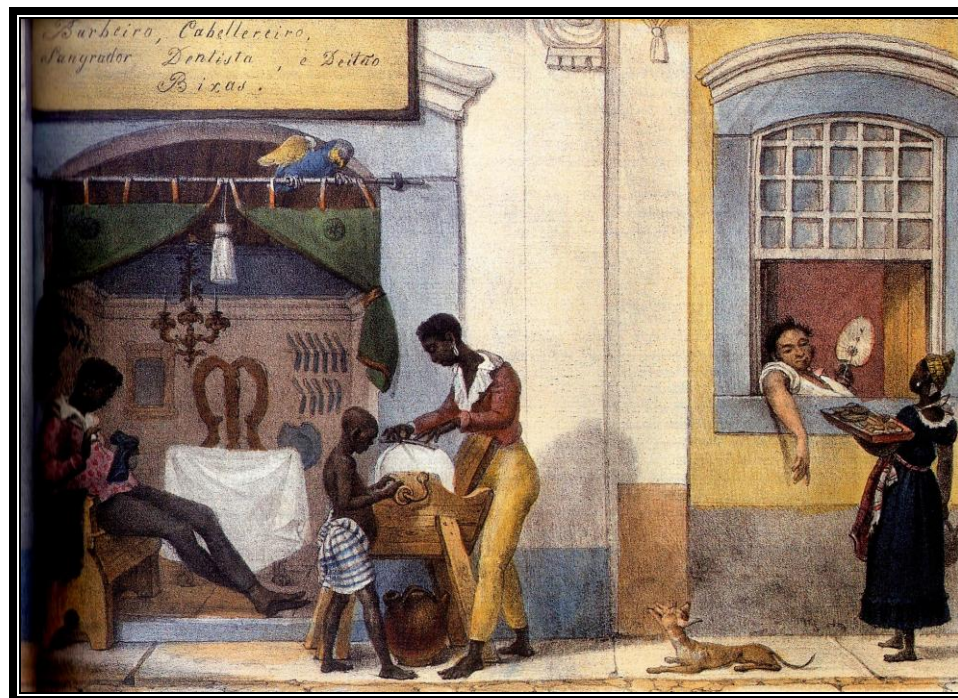
20. Negras a caminho do batismo, Debret, reprodução

Mattoso encontrou testamentos em que madrinhas e padrinhos libertam seus afilhados e afilhadas, ou deixam-lhes herança em dinheiro, jóias e também escravos. Sobre o apadrinhamento, observa:

Nascido, o escravo nenê é batizado sem muita demora. A escolha do padrinho e da madrinha é o resultado de estratégias de promoção social bastante parecidas àquelas encontradas entre os livres e libertos, porque a responsabilidade dos padrinhos perante a criança alarga-se também à mãe desta, que se tornará comadre. O compadrio consolida e estende os indispensáveis laços de solidariedades que permitem aos escravos sobreviver no meio de uma sociedade hostil e, às vezes, se libertar (MATTOSO, 1988 p.51-52).

Florentino e Góes asseguram que, mesmo não sendo fácil que a criança escrava ficasse “insuportavelmente só”, pois os escravos adultos “inventavam meios de, com o material disponível, fincar vigas de uma vida comunitária e cooperativa”, não é possível avaliar em que medida “esse empenho cativo protegia as crianças, especialmente considerando que a aceleração do tráfico de africanos tornava mais efêmeras as normas e mais instável a vida da comunidade” (FLORENTINO E GÓES, 2005 p. 217). Perguntam-se os autores, além dos limites de alcance das redes sociais e parentais, sobre os limites do suportável para a criança escrava. Considerando as indagações insolúveis, alegam que: “Talvez nos movimentados cruzamentos das grandes metrópoles brasileiras de hoje se encontrem algumas resposta – eles estão apinhados de crianças, quase sempre negras”.

Lima e Venâncio (1991) apontam que o abandono de crianças pretas triplicou e o de pardas dobrou entre os anos de 1864 a 1881. Tal prática é relacionada diretamente à promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871 e ao fato de que seria mais interessante e lucrativo para os senhores alugarem as mulheres escravizadas como amas-de-leite que esperar oito anos para receber a indenização pela entrega dos ingênuos, contando-se, inclusive, com o risco de poder aproveitar apenas metade das crianças para o trabalho, devido às altas taxas de mortalidade da época.



21. Debret, Loja de Barbeiros

O caminho para a transformação da criança escrava num adulto escravo não era fácil, embora relativamente curto. Florentino e Góes (2005, p.217) falam desse processo comparando-o ao “tormento da cana de açúcar – batida, torcida, cortada em pedaços, arrastada, moída, espremida e fervida”, era assim, asseveram os autores, que se criava uma criança escrava: “havia de ser batidos, torcidos, arrastados, espremidos e fervidos”. Por volta dos doze anos de idade este processo estava se concluindo. Nos inventários, os autores puderam perceber que nesta idade os meninos e meninas começavam a trazer a profissão no sobrenome: Chico roça, João pastor, Ana mucama.

Alguns haviam começado muito cedo. O pequeno Gastão, por exemplo, aos quatro anos já desempenhava tarefas domésticas leves na fazenda de José de Araújo Rangel. Gastão nem bem se pusera de pé e já tinha um senhor. Manoel, aos oito anos, já pastoreava o gado da fazenda de Guaxindiba, pertencente à baronesa de Macaé. E de Rosa, escrava de Josefa Maria Viana, aos 11 anos de idade dizia-se ser costureira. Aos 14 anos, era-se um adulto completo (FLORENTINO E GÓES, 2005 p. 217).

O aprendizado dos ofícios e tarefas se refletia no preço do escravo-criança. Por volta dos quatro anos, com alto índice de mortalidade, não era muito lucrativo vender crianças. Porém, “ao iniciar-se no servir, lavar, passar, engomar, remendar roupas, reparar sapatos, trabalhar em madeira, pastorear e mesmo em tarefas próprias do eito, o preço crescia” (FLORENTINO E GÓES, 2005 p. 218). O valor de uma criança de quatro anos poderia dobrar aos onze anos. Tal fato também foi comentado por Debret em *Uma senhora brasileira em seu lar*:

Avança do mesmo lado um moleque, com um enorme copo de água. (...) Os dois negrinhos, apenas em idade de engatinhar e que gozam, no quarto da dona da casa, dos privilégios do pequeno macaco, experimentam suas forças na esteira da criada. Esta pequena população nascente, fruto da escravidão, torna-se ao nascer, um objeto de especulação lucrativa para o proprietário e é considerado no inventário um imóvel¹⁸ (DEBRET, 1989, p.53).

¹⁸ Na realidade, escravo era um bem semovente, a quem a lei se referia como “coisa animada”.



22. Debret, Uma senhora brasileira em seu lar, reprodução

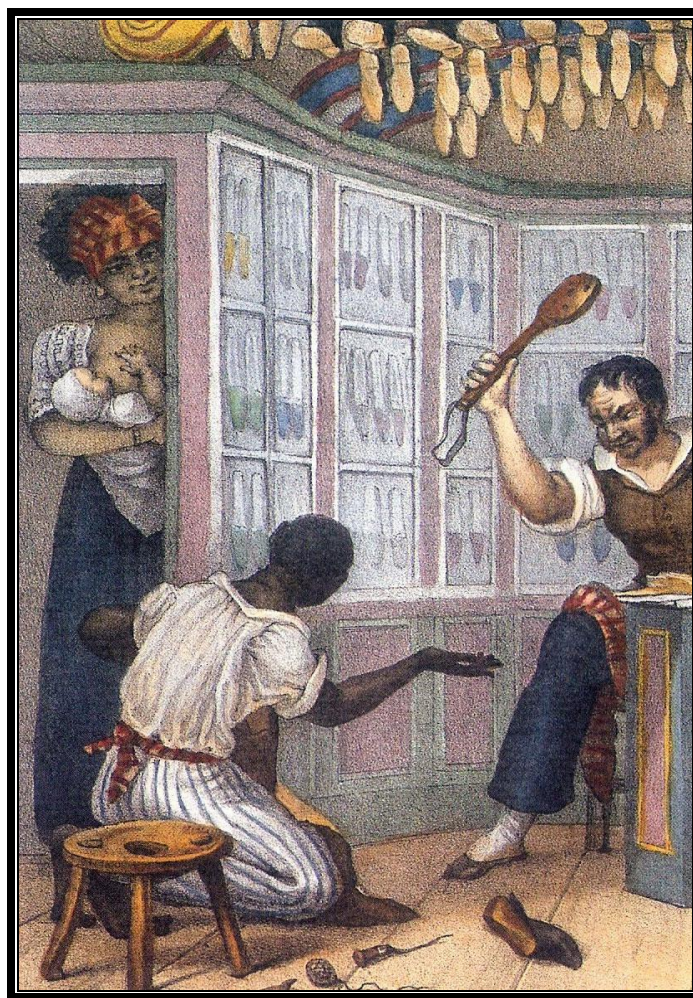
Os autores afirmam ainda que o “adestramento” também se fazia pelo suplício. Mas este não era o do espetáculo (reservado aos adultos), mas “o suplício do dia-a-dia, feito de pequenas humilhações e grandes agravos”. Lembrando que o suplício se dava inclusive pelas brincadeiras, apontam que “o quadro não pintado por Debret, mas descrito por Machado de Assis na literatura, não é difícil de ser imaginado”: “a criança negra arqueada pelo peso de um pequeno escravocrata”. Afirmam, ainda, que a vida das crianças escravas muito próximas à família do senhor era muito difícil: “O nhonhô, afinal, matriculado na mesma escola da escravidão, estava a aprender sobre a utilidade de bofetadas e humilhações” (FLORENTINO E GÓES, 2005 p. 219).

A literatura ficcional do século XIX nos oferece alguns exemplos do exposto acima sobre os suplícios da vida cotidiana enfrentados pelas crianças negras próximas dos senhores: “(...) o encargo da mucama era ainda mais pesado: ela tinha como dever, comer o mais depressa possível os confeitos e amêndoas, para esvaziar as caixinhas, que Adélia destinava às roupas das bonecas” (ALENCAR, 1871 p. 32)¹⁹

¹⁹ *O tronco do ipê*, obra publicada em 1871 faz parte da série de romances regionalistas de José de Alencar publicadas no Brasil durante o período literário denominado Romantismo.

Porém, as que estavam mais afastadas do contato senhorial, não encontrariam destino muito diferente, ainda que as fontes sobre elas sejam mais lacônicas, não parece difícil imaginar o quanto aprendiam pelo tratamento dispensado a seus pais, se ainda os tivessem, ou a seus parentes. Também desta forma de suplício encontramos exemplo na literatura ficcional da época:

Estendida por terra, com os pés no tronco, cabeça raspada e mãos amarradas para trás, permanecia Domingas, completamente nua e com as partes genitais queimadas a ferro em brasa. Ao lado o filhinho de três anos, gritava como um possesso, tentando abraçá-la, e, de cada vez que ele se aproximava da mãe, dois negros, à ordem de Quitéria, desviavam o relho das costas da escrava para dardejá-lo contra a criança. (AZEVEDO, 1994. p.43)²⁰.



23. Debret, detalhe de Sapatarias, reprodução

²⁰ *O Mulato*, obra de Aluísio Azevedo, publicada em 1881 marca o início do período literário denominado Naturalismo no Brasil.

Por fim, os autores salientam dois aspectos; o primeiro diz respeito ao fato de a infância escravizada ser marca crucial do escravo crioulo; o segundo que a criança escrava era cria da escravidão, mas também era filha dos escravos.

Sobre o primeiro, observam que o fato de ser nascido no Brasil oferecia aos crioulos adultos um “lugar privilegiado na hierarquia que organizava a vida da escravaria” e ao mesmo tempo os tornava mais “impacientes” em relação à condição de escravos, segundo os autores, estes eram os efeitos mais visíveis de uma infância escrava.

Sobre o segundo aspecto, enfatizando que seja mais difícil de conhecer, ressaltam que os escravos fizeram do catolicismo o mesmo que faziam com a cana e foram nisto eficientes, ou seja, em “bater, torcer, cortar em pedaços, arrastar, moer, espremer e ferver o catolicismo, de modo a reinventar o mundo da maneira possível”.

Dito de outra maneira, uma das formas de reinventar a própria vida dentro do sistema escravista e também uma das maneiras de poder criar laços parentais seria por meio do catolicismo e as crianças seriam desde muito cedo iniciadas nessas práticas religiosas católicas, reinventadas do ponto de vista dos negros e negras. Debret registrou na prancha *Coleta para a manutenção da igreja do Rosário por uma irmandade negra* a presença de crianças. Debret também anotou a respeito da prancha *Negras novas a caminho da igreja para o batismo*, que o “freio de uma religião tão tolerante torna-se também uma garantia para a segurança do senhor obrigado a comandar uma centena de escravos juntos” (DEBRET, 2001 p. 24). No mesmo texto, Debret ainda ressalta a importância de velhos negros livres, falantes de diversas línguas africanas para “acelerar os progressos dos novos catecúmenos” (DEBRET, 2001 p. 24).

Em todas as irmandades religiosas, a necessidade dessas coletas criou o costume de, durante a festa do padroeiro, da igreja, instalar (...) uma mesa, presidida pelo irmão mais graduado, assistido por vários confrades e um secretário, espécie de tesoureiro encarregado de registrar as cotizações voluntárias de todos os confrades ou de suas famílias (DEBRET, 2001 p.22)



24. Debret, Coleta para a manutenção da igreja do Rosário por uma irmandade negra, reprodução

Por vezes estas práticas religiosas podem ter servido como modo de promover apoio, em termos de educação e sustento, às crianças dos congregados. Um exemplo pode ser visto em Cunha (2005) sobre o projeto de escola da irmandade do Rosário e de São Benedito no Rio de Janeiro, cuja análise é feita por meio do estatuto deixado pela referida irmandade. O estatuto que instituía a escola foi votado no âmbito da irmandade em janeiro de 1883.

Formada por escravizados e forros, sendo que somente os forros e alfabetizados exerciam cargos administrativos, o que não impedia a participação de cativos entre os devotos, a irmandade teria criado, regulado, mantido e fiscalizado ela própria sua escola. Uma das preocupações era com os excluídos da lei de 1854 que previa o acesso dos livres e sadios às escolas, excluindo os escravizados.

A escola idealizada por negros e para negros valorizava o domínio da leitura e escrita, nos moldes das escolas elementares e não a educação para o trabalho como era mais comum na época a exemplo de asilos agrícolas e escolas de marinhagem, embora para as meninas constasse no programa de ensino o trabalho com agulha.

Nela não se fazia presente a preocupação em profissionalizar, preparar mão de obra, mas buscava dar a essas crianças o domínio daquilo que em vários momentos foi

negado aos escravos: o acesso à escola e à condição de quem não apenas sabe ler e escrever mas exerce práticas sociais e faz uso destas, ou seja, garante sua inserção no mundo civilizado através do domínio de determinados padrões de conduta e de uma formação cultural que, se por um lado se aproxima da cultura dos brancos, por outro, garante uma resistência, ainda que velada, a essa mesma cultura (CUNHA, 2005 p.4).

A aprovação da criação da escola pelos membros da Irmandade aconteceu em 1883, aos 21 de janeiro, conforme ata de reunião da Mesa analisada pela autora. Porém, observa que a proposta existia desde 1839.

A escola da irmandade foi idealizada tendo como objetivo principal promover a educação dos órfãos filhos de irmãos indigentes. O seu funcionamento seria em qualquer edifício da Irmandade. Uma comissão nomeada pela Mesa da qual era relator o irmão procurador da caridade tinha como finalidade organizar e fiscalizar o bom funcionamento da escola.

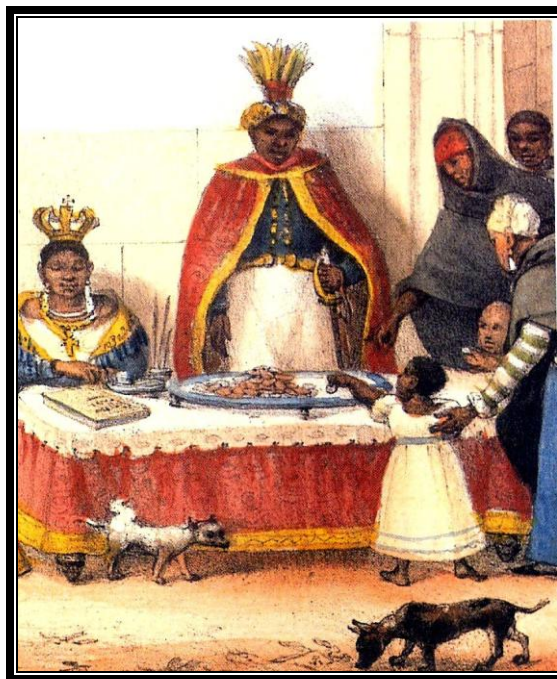
A forma de admissão dos alunos seria feita a partir da avaliação do irmão da Caridade que, assim que ocorria o falecimento de um irmão pobre, verificava se este havia deixado filhos menores e, neste caso, trataria de promover a educação destes. No entanto, se as salas de aula tivessem capacidade de admitir mais alunos ou alunas, além dos filhos dos irmãos, então seriam matriculados órfãos e meninos e meninas pobres.

Aos professores competiam à higiene e vigilância das aulas e dos alunos, aos quais, durante o trabalho letivo, não era consentido estudarem em voz alta. Havia um livro de matrícula onde os professores lançavam o nome, a idade, a nacionalidade e a filiação de cada aluno, anotando também o grau de conhecimento que tivesse ao ser admitido à aula, e o seu desenvolvimento em relação aos estudos, o comportamento, as faltas que cometiam e os castigos a sofrer. Como estímulo ao aprendizado não havia castigos corporais, mas os professores aplicavam os castigos morais que fossem justos e compatíveis com a idade e o desenvolvimento físico dos alunos (CUNHA, 2005 p. 2-3).

A análise ou o que nos foi dado a conhecer da escola da irmandade no texto, só nos permite saber do projeto da escola, sem ser possível perceber sua existência real, muito menos saber das crianças que a teriam frequentado. Isto porque, a partir da descrição do projeto da escola, a autora centra sua atenção nas práticas de leitura e escrita dos integrantes da Irmandade. Assevera que as mesmas eram necessárias e indispensáveis para o funcionamento da irmandade, sendo isto evidenciado pelos registros diversos:

contabilidade, receita, gastos, empréstimos, inventários devidamente anotados pelos escrivães e partilhados em leituras feitas nas reuniões da mesa. O escrivão além dos registros diversos ministraria aulas das primeiras letras.

Conclui a autora que o projeto de escola da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos se diferencia por ser formado por homens negros letrados, para crianças negras e por privilegiar dentro de suas práticas religiosas e sociais os eventos de letramento.



25.Detalhe de Coleta..., Debret, reprodução

Ao investigar os processos de inclusão educacional de crianças pobres, negras e mestiças em Minas Gerais no século XIX, Veiga (2010) verifica que o longo processo de produção da inferioridade dos negros na sociedade brasileira se fez por meio de práticas várias, entre elas o registro escrito.

Para a autora, é importante observar nos registros escritos o uso recorrente da sinonímia negros e escravos, pois tal uso teria produzido uma série de equívocos na historiografia da educação brasileira, posto que muitos documentos foram incorporados sem se dar conta da diferença entre a cor e a condição jurídica para se discutir o processo de produção da inclusão de crianças na recém-fundada nação.

A partir dos dados da população mineira, os quais indicam a predominância de negros e mestiços livres sobre a população branca, a autora discute a distinção entre cor e condição jurídica, para contestar a afirmação tão recorrente de que os negros eram proibidos de freqüentar a escola, quando a proibição legal quanto à instrução pública se fazia aos escravizados.

Minha pesquisa demonstrou outra dinâmica no processo de produção da escolarização, ou seja, a difusão da instrução pública elementar se fez em direção a um público muito específico, exatamente direcionado aos filhos de uma sociedade mestiça e selvagem que, por ser portadora dessas características, precisaria ser escolarizada. A partir das evidências documentais foi possível problematizar outros espaços de socialização das crianças negras e mestiças que não aqueles constituídos no reduto da escravidão (VEIGA, 2010 p.270).

Entre as conclusões de VEIGA (2010, p.281) figura a de que o “processo de institucionalização da instrução pública elementar se fez fundado em princípios universais e igualitários, como fator de integridade e coesão nacional”. Entretanto, as práticas político-culturais da inclusão se tornaram elas mesmas fatores de exclusão, na medida em que torna os próprios alvos das políticas em responsáveis pela permanência de sua “ignorância”, por exemplo, ao penalizar os pais que não conseguiam mandar os filhos à escola, ou por seus filhos não conseguirem aprender. Na mesma lógica, elaborou-se a representação das crianças, neste contexto os documentos passaram a clamar por uma clientela escolhida, tendo vista fatores como idade e procedência familiar.

Veiga (2010) finaliza o artigo ponderando que mesmo “em que pese a não-existência do impedimento legal de inclusão das crianças negras e mestiças nas escolas, os mecanismos internos de exclusão há muito estiveram presentes na história brasileira” (VEIGA, 2010 p. 282).

Os dados que Veiga (2010) analisa são visto à luz das legislações que pregavam a obrigatoriedade do ensino público em Minas Gerais no século XIX. Fonseca (2009) também analisa a mesma legislação e aborda o tema de maneira um pouco diferenciada.

Para o autor, no contexto dos anos de 1830, “o estabelecimento da obrigatoriedade da instrução elementar não passou de uma intenção”. Isso ficaria evidente quando se considera o nível de atendimento à população em idade escolar e o baixo crescimento das matrículas nas escolas mineiras das décadas de 1830 e 1840.

Fonseca (2009) também vê a definição da obrigatoriedade escolar concebida como a representação de um ideário civilizatório que entendia o papel da educação como fundamental no processo de controle da população. Mas afirma que nessa perspectiva, a “ideia de civilizar o povo pode ser tomada como algo que comporta um nível de articulação entre educação e raça” (FONSECA, 2009 p.67). O autor conclui que:

Talvez isso possa explicar as dificuldades que, na atualidade, a área educação vem enfrentando para redimensionar suas formas de tratamento em relação à população negra. Ou seja, o que está em questão no debate contemporâneo não é apenas um conjunto de práticas pedagógicas difusas que tendem a desqualificar a população negra, mas um projeto civilizatório que procurou se estabelecer por meio da educação e que remonta ao próprio processo de constituição do Brasil como nação (FONSECA, 2009 p. 67).

Voltando à questão do catolicismo e das ressignificações culturais, se os negros puderam aproveitar o catolicismo imposto e se fizeram uso dessa prática a seu favor, o que não haveriam de fazer então com as tradições culturais peculiares de que cada um era herdeiro?

No estudo sobre a vida dos escravos no Rio de Janeiro oitocentista, Karasch (2000, p.193) aponta a existência de uma cultura afro-carioca “forjada a partir das muitas tradições culturais da primeira metade do século XIX” que continua, conforme a autora, “a dar forma ao Rio contemporâneo”.

Dentre os aspectos culturais que procura ressaltar está a questão dos usos da língua. A conservação da língua de origem era um dos aspectos mais importantes da vida dos escravizados longe de seus donos, e segundo a autora a cidade do Rio, antes de 1850, era um rico “museu” de línguas faladas em toda a África. Dos vários aspectos do uso da língua abordados, podemos destacar: como seria de interesse dos africanos aprender português porque isto lhes facilitaria a fuga, dos modos como misturavam o português com suas próprias línguas criando falares outros e também que havia um número surpreendente de escravos e libertos alfabetizados.

Porém, havia um esforço muito grande dos donos de novos escravos africanos para que os mesmos falassem rapidamente (e somente) o português.

Mediante ameaças e violência física, transformavam os escravos boçais em criados falantes de português – pelo menos superficialmente. Porém, um motivo para a aparente “facilidade” com que muitos africanos aprendiam o português era porque ainda eram crianças e adolescentes quando chegavam à cidade. Os menores, de

cinco ou seis anos, dominavam a língua com maior facilidade; os anúncios de jornais que fornecem a idade e informação de língua revelam quão fluentes os jovens africanos ficavam depois de um breve período de tempo. Por exemplo, o fugitivo Simão Ganguela, com cerca de dez anos de idade, era capaz de falar português muito bem depois de apenas sete ou oito meses vivendo com seu senhor. (KARASCH 2000 p. 293 e 294).

Destacamos aqui os usos da língua porque a autora salienta que as crianças entre seis e dez anos tinham papel fundamental na socialização dos adultos. Os escravizados recém chegados seriam ensinados pelas crianças que sabiam português e outras línguas africanas.

Outra questão sobre as crianças apontada por Karasch (2000) é sobre a escolarização. A autora mostra um censo do Rio de Janeiro em 1884 que registra a presença de 152 menores pardos livres e oito negros livres nas escolas, embora não identifique o nível educacional, mas traz ainda algumas curiosidades:

Em 1810, o capitão de um navio negreiro relatou que um de seus passageiros não era escravo, mas o filho pequeno (cerca de sete anos de idade) de um dignitário de Cabinda que confiara o menino ao capitão para que o levasse para o Rio de Janeiro a fim de ser educado. Na mesma época, d. João VI ordenou que cada uma das colônias africanas mandasse dois meninos ao Rio para serem treinados em prática cirúrgica, de tal forma que pudessem retornar à África e cuidar de seu povo. Em consequência, Gonçalves dos Santos relatou que quatro deles tinham chegado ao Rio - dois de Angola, um de São Tome e um da ilha do Príncipe. Deveriam receber seu treinamento no Hospital Militar Real, à custa da Coroa. Pelo menos uma menina, Maria Constantina, de Angola, estava sendo educada no Rio em 1844 (KARASCH, 2000 p. 296-297).

A presença de crianças na escola era muito pequena, e não é provável que o maior meio de alfabetização dos negros fosse a escola formal. Karasch apresenta algumas hipóteses, dentre elas, a de que os escravizados negros (crianças e adultos) podiam aprender por acompanharem seus donos nas aulas, fossem elas na escola ou particulares. Em outros casos, os senhores, conforme seus interesses econômicos poderiam providenciar esse aprendizado. Conforme a função que os escravos devessem exercer, era interessante que pudessem ler e escrever. O comércio urbano necessitava das habilidades de leitura e escrita e também de conhecimentos de matemática.

Wissenbach (2002) busca considerar a existência de escravos alfabetizados e averiguar os usos e sentidos da escrita entre eles. Apoiada em Demartini (2001) faz alusão aos processos voluntários de aprendizado da leitura entre crianças de diferentes estratos

sociais, observando que muitas delas haviam sido introduzidas ao mundo da leitura por suas babás, geralmente ex-escravas, ou ainda por filhos de escravos, companheiros das crianças brancas em seus jogos infantis.

A escravidão produzia uma ruptura radical, mas nem por isso absoluta, nas culturas dos escravizados de primeira geração. Pelo registro de alguns viajantes, pode-se conhecer o fato de que as crianças eram “educadas”, ou ao menos apreendiam as regras básicas de uma existência limitada pela origem, num ambiente bilíngue, conforme se pode ver em Karasch (2000). Elas eram normalmente detentoras ou inseridas nas práticas da língua imposta pelo mundo hegemônico dos senhores enquanto acessavam o linguajar falado nas sanjalas⁴, nos becos, nos mercados, nas bicas, nos lavadouros e nas zonas portuárias. Essa linguagem do cotidiano não era outra senão as expressas em línguas Quimbundo, Jeje, Iorubá ou qualquer outra do tronco lingüístico Níger-Congo e, mais especificamente, do subgrupo designado Banto.

Alguns trabalhos, como os de Robert Slenes, por exemplo, vem demonstrando o compartilhamento de um mesmo quadro lingüístico, o que certamente possibilitava aos mesmos o estabelecimento de novos laços culturais entre si na situação de cativo; certamente esses laços facultavam aos escravos intensas comunicações nas senzalas, que escapavam ao controle senhorial, abrindo caminho e criando canais extremamente propícios à elaboração de estratégias de resistência contra a instituição, conforme observou Marquese (2004, 294-295).

As afirmações acima reverberam uma das funções importantes para aqueles que estudam a criança e a infância: a função mediadora que a criança desempenha nas relações sociais, fazendo-a protagonista nesse espaço uma vez que ocupa a função de colmatar relações. Ao transitar entre a senzala e a casa grande, entre a casa e a rua, e entre as línguas, preenchia espaços não só lingüísticos, mas também sócio-culturais entre eles. Demartini (2001 p.138) chega a considerar a possibilidade de que as crianças brancas fossem introduzidas nas práticas de leitura pelos negros e seus filhos, no final do século XIX, e mais, que [...] “a vontade de aprender a ler da criança branca estivesse ligada às relações de amizade com crianças negras e o papel de alfabetizadores que muitos negros desempenharam em várias famílias, sem que lhes tivessem sido reconhecida esta função”.

Outro dado peculiar sobre a infância no século XIX foi a arregimentação de meninos. Sob o manto pálido da categoria de aprendizes de ofício, os meninos negros (e também os pobres brancos) eram utilizados em curtumes, padarias, alfaiatarias, sapatarias, igrejas, carpintarias, etc, bem como na Marinha. Como carregadores de todo tipo de objeto, produtos de pesos variados, os meninos acompanhavam os senhores e as iaiás nas compras ou nas vendas de produtos e em outras atividades. Quando não circulavam por espaços que por vezes eram interditados aos negros adultos, eram, entre outras coisas, acompanhantes de cegos, deficientes e idosos. Tais imagens aparecem em menor escala no trabalho de alguns gravuristas da primeira metade do século XIX.



26. Primeira saída de um convalescente, Debret, reprodução

Marques e Pandini (2001) discutindo a arregimentação de meninos para a Companhia de Aprendizes de Marinheiros no Paraná partem da análise das condições de saúde e sobrevivência dos meninos, no interior do quartel, e falam também do processo de aprendizagem das artes do mar. O recrutamento de meninos aconteceria a partir de seis ou sete anos de idade, muitas vezes feito à força, mas nenhuma referência é feita à cor ou raça

dos meninos aprendizes de marinheiros. Entretanto o texto possibilitou o contraponto com outro que cita a mesma instituição na Bahia e que traz estes dados.

Fraga Filho (1996) ao falar da mesma instituição em Salvador, na década de 1840, recurso utilizado para o recrutamento de moleques (que compunham a maioria dos que vagavam pelas ruas da cidade), órfãos e vadios que desafiavam as autoridades locais em suas perambulações e arruaças pelos espaços públicos da cidade, afirma que era composta de dura disciplina e castigos corporais e observa:

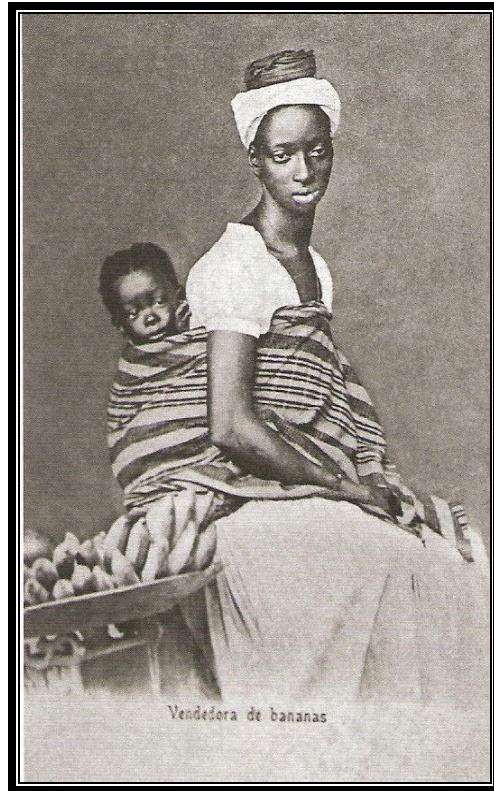
A Companhia de Aprendizes de Marinheiro (...) acolhia meninos expostos, órfãos indigentes e menores abandonados, com idade entre oito e doze anos, para serem iniciados na marinhagem. Segundo o regulamento de 1841, os aprendizes não podiam sair do Arsenal sem licença do diretor da Companhia. Em caso de faltas cometidas, eles podiam receber ‘castigos moderados’, da mesma forma que pais, mestres de ofício e professores agiam com seus filhos e discípulos. Na companhia os menores eram submetidos a uma dura disciplina e dedicavam todo o dia ao aprendizado das primeiras letras e trabalhos nas oficinas do Arsenal. Mas muitas crianças remetidas pelas autoridades policiais não chegam a ser aceitas por debilitação física gerada pela própria miséria. Em setembro de 1860, um menor abandonado pelo pai, chamado Juvêncio, não foi admitido na Companhia por seu ‘estado cadavérico’. E nos anos seguintes parece que aumentaram as restrições e os preconceitos em relação aos menores recolhidos nas ruas. Em 1863, o inspetor do Arsenal de Marinha, Lourenço da Silva Araújo recusou a admitir ‘moleques’ (rapazes pretos) presos nas ruas pela polícia (FRAGA FILHO, 1996 p. 130).

Os moleques eram presença importante e perturbadora nas ruas das cidades de São Paulo, Campinas, Santos, Salvador e Rio de Janeiro, entre tantas outras, depois de meados do século XIX. Com alguma contundência, os jornais dessas cidades registraram hordas de meninos que ingressavam nos sítios e nas residências para roubar frutos nos pomares, utensílios e ferramentas; anunciavam a venda daqueles que resistiam servir aos donos ou ainda bradavam contra arruaças e desordens promovidas por eles nas ruas.

Os trabalhos dos meninos poderiam se dirigir tanto para dentro como para fora da casa, enquanto o das meninas se voltava mais frequentemente para dentro, como cuidar das crianças menores. Em uma das pranchas de Debret é possível ver um moleque realizando tarefa doméstica, no caso, servindo água para a sinhá na sala de costura. Em outra, nota-se uma menina comprando milho na rua enquanto carrega no colo, encaixada na cintura, uma criança pequena.



27. Augusto Stahl. C. 1865, reprodução



28. Rodolpho Lindemann, reprodução

As crianças também ocupavam as ruas porque acompanhavam no trabalho as lavadeiras, as engomadeiras, as aguadeiras (ou carregadoras de água), as amas-de-leite e toda uma gama de vendedoras e vendedores ambulantes que marcavam presença nas ruas das cidades.

Visões de infância: relatos de viajantes e narrativas de ficção como fonte e inspiração

Que idéia faria de si essa criança que nunca ouvira uma palavra de carinho? Pestinha, diabo, coruja, barata descascada, bruxa, pata-choca, pinto gorado, mosca-morta, sujeira, bisca, trapo, cachorrinha, coisa-ruim, lixo — não tinha conta o número de apelidos com que a mimoseavam. Tempo houve em que foi a bubônica. A epidemia andava na berra, como a grande novidade, e Negrinha viu-se logo apelidada assim — por sinal que achou linda a palavra. Perceberam-no e suprimiram-na da lista. Estava escrito que não teria um gostinho só na vida — nem esse de personalizar a peste...

(Monteiro Lobato, **Negrinha**)

Para Gouvêa (2006), a questão que assume maior radicalidade na escrita da história da infância é que, para a construção do campo, a prática historiográfica não só recolhe, mas também produz as fontes, ou seja, busca fontes que antes não seriam consideradas como tal, lançando mão de diversos registros. Dentre eles estão, além da iconografia, a literatura de viagem e a de ficção. Nelas podemos encontrar indicações de expectativas sociais em relação à infância num determinado período histórico e dentro de um certo grupo social, assim como indicações do cotidiano da infância, das instituições de inserção, das práticas dirigidas às crianças em determinado período e contexto histórico.

A literatura de ficção pode também trazer a infância como personagem e como tema de reflexão e também tomar a infância como objeto de análise. Textos memorialísticos podem trazer a infância como fonte para a construção biográfica do adulto, buscando as vivências da infância, embora devam ser analisados conforme as convenções de auto-representação, Gouvêa (2006) afirma que este tipo de fonte também pode ser utilizada. Para a autora, o importante é garantir o entrecruzamento das fontes documentais de modo a assegurar sua historicidade, garantindo, ao mesmo tempo, uma leitura que não destrua a condição literária desse tipo de fonte.

A escravidão, ou as leis e práticas que a regiam trouxeram peculiaridades para a vida de algumas crianças mestiças. Usando como pano de fundo o enredo da peça teatral de

José de Alencar, *Mãe*²¹, na qual a mãe escrava do próprio filho comete suicídio por medo de sua rejeição ao descobrir o fato, Slenes (1997) conta histórias reais de crianças que herdaram as mães escravas em Campinas.

Em uma delas, o proprietário Lucio Gurgel de Mascarenhas teve filhos com suas escravas Ana e Maria. Os filhos destas foram transformados em herdeiros de Lucio, após sua morte, e elas em parte da herança. As especificações do testamento de que os herdeiros não poderiam alienar parte alguma de sua herança até entrarem no “uso da razão” foi levada ao pé da letra pelos tutores das crianças. As mães foram alugadas, pois rezava a lei que a administração dos bens seus tutelados deveria gerar lucros (SLENES, 1997 p. 259).

Ao cabo de muitas fugas de Ana, e muitas reclamações do tutor ao juiz, ela e Maria não foram mais alugadas. O tutor alegou ao juiz que a má saúde delas (e possivelmente o comportamento resistente de Ana) não permitia mais que o fizesse. O autor ressalta que é difícil perceber os interesses das crianças refletidos nos processos judiciais que utilizou para recuperar suas histórias, pois seus tutores não deixam transparecer por suas representações junto aos juízes quais os desejos das crianças. Os pedidos e prestações de contas eram sempre feitos com base no que rezava o testamento.

Quando um dos locatários de Ana e Maria foi à falência em 1863, privando as crianças dos aluguéis devidos, o inventariante declarou que “os interesses dos [...] [menores] foram prejudicados”. Conforme Slenes (1997, p.260), em nenhum momento se sugeriu que a própria “locação” dessas mulheres podia ferir os interesses dos filhos.

Cortês e Gomes (2006) afirmam que a escravidão, definidora da vida social, suas ideologias e dimensões, e também seus personagens estavam nos jornais, na literatura, nos diários particulares e nos discursos médicos que se faziam hegemônicos. Criavam-se também imagens da mulher e do feminino, sendo diferenciadas para mulheres brancas e negras, pobres e ricas. Reforçavam-se estigmas sobre as mulheres escravas, africanas e negras como representantes das “classes perigosas”.

Esta visão é perceptível também na literatura de viagem oitocentista, mesmo aquela produzida já quase ao final oficial da escravidão. Agassiz e Agassiz (2000) mostram relatos que corroboram esse fato. Jean Louis Rodolphe Agassiz, nascido na Suíça, mantinha

²¹ Escrita em 1859, ambientada na corte no início de fevereiro de 1855. Conta a história de um senhor moço que herda e vende a mãe, sem saber, vindo a descobrir apenas no último ato quando a mãe se mata.

curiosidades a respeito do Brasil desde que recebera de Martius²², por ocasião da morte de Spix, a tarefa de descrever os peixes colecionados pelos dois viajantes no Brasil. Acompanhado de vários auxiliares de expedição, entre eles sua segunda esposa Elizabeth Cabot Cary Agassiz, que ficou encarregada de registrar as “observações científicas por meio de uma narrativa”, registrando o dia-a-dia as aventuras dos viajantes, chegam ao Brasil em 1865 permanecendo até o ano seguinte. Voltam ao Brasil no ano de 1872, passando por Pernambuco e Rio de Janeiro, sendo novamente o diário de viagem registrado por Elisabeth.

A senhora Agassiz registra, entre outras coisas, suas impressões acerca dos “vícios e métodos de ensino” e também de “uma ausência de educação doméstica profundamente entristecedora”:

É a conseqüência do contato incessante com os criados pretos e mais ainda com os negrinhos que existem sempre em quantidade nas casas. Que a baixeza habitual e os vícios dos pretos sejam ou não efeito da escravidão, o certo é que existem; e é estranhável se verem pessoas, aliás, cuidadosas e escrupulosas em tudo que se refere aos filhos deixá-los constantemente na companhia de seus escravos, vigiados pelos mais velhos e brincando com os mais moços. Isso prova quanto o hábito nos torna cegos mesmo para os mais evidentes perigos; um estrangeiro vê logo os perniciosos resultados desse contato com a grosseria o vício; os pais, no entanto, não se apercebem disso. Na capital, tais perigos já são menores, pois todos os que conheceram o Rio de Janeiro de há quarenta anos atrás, são acordes em proclamar as notáveis melhoras que deram nos costumes sociais (AGASSIZ E AGASSIZ, 2000 p.438-439).

Outros relatos davam conta de que as mulheres negras nasceram para procriar e eram eficientes no cuidado e criação dos filhos. Leite (2003), ao tratar da infância no século XIX pelas memórias e livros de viagens no qual traz aspectos da vida de diferentes crianças no Brasil da época, ressalta como um dos temas a fecundidade das mulheres brasileiras e o papel das mulheres negras na amamentação das crianças brancas. Os relatos apresentados lembram também que é o ventre materno que faz das crianças seres livres ou escravizados.

²² No período de 1.817 a 1.820 Joahann Baptist von Spix (Zoólogo) e Carl Friedrich Philipp von Martius (Médico e Botânico) excursionaram pelo Brasil. Com o material recolhido, escreveram o livro "Reise in Brasilien", editado em 1.823 na cidade de München (Alemanha). Spix e Martius foram nomeados pelo rei bávaro para acompanhar no séquito científico a imperatriz, a arquiduquesa austríaca D. Leopoldina que vinha ao Brasil se casar com D. Pedro I.

Walsh (1985) traz um outro aspecto da questão da maternidade em relação às escravas - o filicídio:

As mulheres têm a fama de ser excelentes mães e tive a oportunidade de ver sempre confirmada essa fama em todas as ocasiões, não obstante, essa mesma afeição que tem pelos filhos leva-a a cometer infanticídio. Muitas delas, principalmente as negras minas, repelem violentamente a idéia de ter filhos, empregando vários meios para matar a criança ainda no ventre, evitando assim – conforme declaram – a desgraça de por mais escravos no mundo. (...) A ânsia de liberdade é o sentimento predominante na mente do negro (Walsh, 1985 p.262).

Os olhares estrangeiros, por vezes, tinham dificuldades em entender a relação entre o ventre materno e a condição de quem dele nascia. O mesmo Walsh, que considerou as crianças negras quase perdoadas por Deus pelo pecado de Can, compensando-as em sua desumanidade com “amoráveis qualidades humanas”, espanta-se ao encontrar entre moleques, um menino de pele clara:

Certo dia, em companhia de um amigo, parei numa venda na estrada da Tijuca, para comer alguma coisa. Vi alguns negrinhos brincando no quintal da casa e entre eles um bonito menino da raça branca, tinha o rosto delicado, cabelos claros encaracolados, olhos azuis e uma pele tão clara como a de um europeu. Atraído pelo belo garotinho afaguei-o por um momento e perguntei ao dono da venda se era seu filho. O homem disse que não, informando que ele era seu escravo, mas filho de um inglês, cujo nome mencionou para mim. Chocado e cheio de incredulidade, aventei a hipótese de seu pai ignorar que a criança vivesse como escrava; fui então informado de que o pai não só sabia do fato, como tinha o costume, conhecido de todos, de vender seus filhos juntamente com a mãe escrava! Oh, meu amigo é isso a escravidão! Aí temos a história de Thomas Inkle revivida por um europeu no século XIX, que vende a mulher que fazia as vezes de sua esposa aumentando o seu valor ao vender junto com ela o seu próprio filho (Walsh, 1985 p.164, vol I).



28.Casal inter-racial e família, Foto Zaramella, c.1900, reprodução

Também os Agassiz observaram esta “conseqüência” da escravidão:

Visita a fazenda do Comendador Breves. 14 de julho – (...) Enquanto durou o baile, portas e janelas se achavam obstruídas por um enxame de gente preta, no meio da qual se destacavam aqui e ali uns rostos quase brancos, pois que aqui, como em toda parte, a escravidão traz consigo suas fatais e deploráveis conseqüências, e escravos claros não constituem raridade muito extraordinária. (AGASSIZ E AGASSIZ, 2000 p.137).

Para Cortês e Gomes (2006, p.28), nos espaços urbanos, as mulheres negras são congeladas em posições e trabalhos do espaço público das ruas ou no interior das casas. Conforme os autores, são mucamas, criadas pessoais de famílias abastadas ou morigeradas, geralmente utilizadas como amas-de-leite. São costureiras, recrutadas para a fiação de algodão e a feitura de rendas, trabalhando em lojas de modistas francesas. São lavadeiras e engomadeiras, distribuídas em pelo menos três pontos da cidade do Rio de Janeiro: o Largo da Carioca, a fonte do Campo de Santana e o Vale das Laranjeiras.

Essas mulheres circulavam com crianças pequenas presas às costas, como fartamente registrado pelos gravuristas e também por fotógrafos. Também eram acompanhadas, conforme já assinalado, por moleques que serviam como carregadores de instrumentos e apetrechos, bem como também atuavam como pequenos vendedores.

Em São Paulo, Dias (1995) afirma que no vaivém das ruas predominava o movimento dos carregadores, o ir e vir de escravas com o lixo das casas ou o passar peculiar das mucamas, com potes de barro à cabeça, em direção às poucas fontes da cidade.

A autora observa que não é fácil reconstruir as mediações sociais da escravidão urbana pelas observações dos viajantes na rua:

Pois o colorido de suas narrativas oferece todos os matizes: o pitoresco dos trajés de vendedoras de turbante de casimira e manto que vão dos balangandãs aos andrajos e escravos seminus, percorrendo simultaneamente situações de vida mais prósperas, remediadas e de ínfima miséria, escravas seminuas, indigentes, a ponto de se legislar contra senhores que permitiam seus escravos andarem mendigando pelas ruas (DIAS, 1995 p.140).



29. Debret, *Cena de carnaval*

No espaço das ruas algumas crianças poderiam experimentar sensações, produzir e fruir na interação com os pares e mesmo com adultos. Distanciadas um pouco de limitações, proibições ou obrigações, sozinhas ou como acompanhantes de diversas mulheres no trabalho urbano do dia-a-dia, ou ainda em datas especiais, os folguedos infantis poderiam ter algum espaço na vida das crianças negras, inclusive as escravizadas. A prancha *Cena de carnaval* é uma das poucas que trazem algum modo e momento de brincar de crianças negras. Convém observar que tal prática revela um importante sinal de infância. Note-se na descrição da cena feita por Debret que, ao mesmo tempo, um menino pode gozar dos prazeres da festa e outro, pequeno vendedor, participa da cena realizando um trabalho:

A negra sacrifica tudo ao equilíbrio de seu cesto, já repleto de provisões que traz para seus senhores, enquanto o moleque, de seringa de lata na mão, joga um jacto de água que a inunda e provoca um último acidente nessa catástrofe carnavalesca. Sentada a porta da venda, uma negra mais velha ainda, vendedora de limões e de polvilho (...) segura dinheiro dos limões pagos adiantado, que um negrinho, tatuado voluntariamente, com barro amarelo, escolhe como campeão entusiasta das lutas em perspectiva. Perto deste e da porta pequena da venda, outro negro, orgulhoso da linha vermelha traçada na testa, adquire um pacote de polvilho a um pequeno vendedor de nove a dez anos (DEBRET, 1989 p.136).

O interessante é que a cena de carnaval descrita por Debret, a despeito de certo desdém evidente em seu comentário, traz um momento em que não só a criança pode usufruir da brincadeira. Também os adultos podem se apropriar e reinventar o cotidiano na festividade do carnaval, posto que o autor nos apresenta um negro “orgulhoso da linha vermelha traçada na testa”, comprando polvilho junto a um “pequeno vendedor de nove a dez anos”.



30. Meninos brincando de soldados, Debret, reprodução

Na aquarela acima, também chamada de *O primeiro ímpeto da virtude guerreira*, Debret nos apresenta uma cena de brincar infantil. Representando uma tropa, cerca de dez meninos são conduzidos por um menino branco, mais bem vestido e único calçado, com o cavalo de pau e chapéu mais enfeitados e com a espada empunhada. Nota-se a presença de mais dois meninos brancos, ambos descalços. Os que estão no fundo parecem mais maltrapilhos que os da frente e no canto à direita se pode notar um menino bem pequeno.

Dos dois exemplos acima, pode-se salientar que apresentam aspectos da cultura da infância. Neles podemos ver, brevemente, modos de as crianças interagirem com o mundo e produzir cultura a partir de sua singularidade. Em especial o segundo quadro, que traz a brincadeira de soldados, ou “o primeiro ímpeto da virtude guerreira”, que mostra o modo

como simbolicamente representam uma instituição e suas funções, inclusive as hierarquias, posto que há um comando, de um menino branco, mais bem vestido e calçado e com o melhor “cavalo de pau”.

Lembranças da infância

Pouco sabemos das crianças negras do século XIX vendidas por seus donos, às vezes o próprio pai. Fragmentos de lembranças da infância de uma dessas crianças podem ser recuperados em meio aos trabalhos sobre Luiz Gonzaga Pinto da Gama²³. Nascido em Salvador no dia 21 de junho do ano de 1830, era filho de uma africana livre da Costa da Mina da África, nagô de nação, quitandeira e o pai seria um fidalgo português. O “Orfeu de Carapinha”, conforme se auto-intitulou, lembra-se da mãe como “bonita, magra, de estatura não muito alta e de um preto retinto e sem lustro”, conhecida por Luiza Mahin.

Azevedo (1999) relata que Luiza Mahin foi perseguida por supostos envolvimento em planos de insurreições de escravos, iria mais tarde para a corte, enquanto o fidalgo, dois anos depois venderia o filho, com 10 anos de idade, em novembro de 1840. O garoto, Luiz Gama, teria aportado, então, primeiramente no Rio de Janeiro (cidade estratégica para a comercialização de escravos, por ficar entre as províncias do sul e norte do Império), e deixado com outros escravos a serem vendidos na rua da Candelária. Foi vendido a um alferes paulistano.

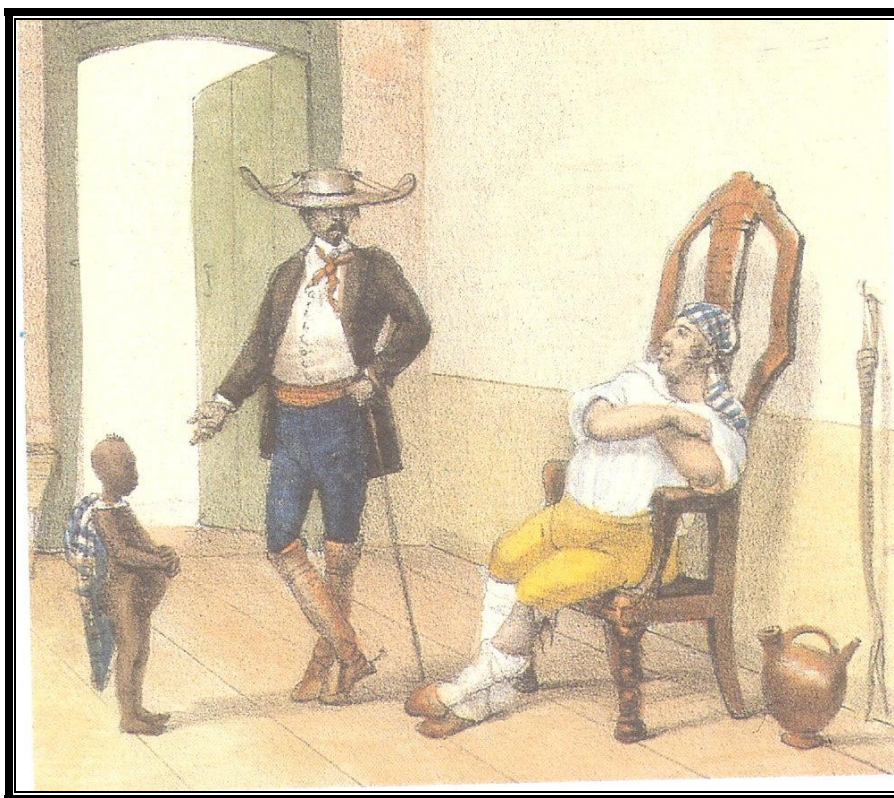
Navegaram ele e os outros com o negociador até a cidade de Santos e seguiram a pé até a cidade de Campinas, passando por Jundiaí e, finalmente, chegando a São Paulo, depois de ter sido, juntamente com outros escravos, recusado por compradores. Sobre esta passagem conta Luiz Gama em carta a Lucio de Mendonça:

O último recusante foi o venerando e simpático ancião Francisco Egidio de Souza Aranha, pai do Exmo. Conde de Três Rios, meu respeitável amigo. Este, depois de haver-me escolhido, afagando-me disse:

- Hás de ser um bom pajem para os meninos; dizei-me: onde nasceste?
- Na Bahia, respondi eu.
- Baiano? – exclamou admirado o excelente velho. Nem de graça o quero. Já não foi por bom que o venderam tão pequeno (GAMA, citado por AZEVEDO, 1999 p. 37).

²³ Foi funcionário público, cabo de esquadra, copista, amanuense, jornalista e poeta, tendo publicado ainda em vida “As primeiras trovas burlescas de Getulino” no ano de 1861. Mas sua maior atuação se deu no campo do Direito. Ele retomou uma lei (sobre a proibição do tráfico internacional de escravos) havia 40 anos esquecida e fez dela uma recurso jurídico que, levado às últimas conseqüências poderia acabar com a escravidão (Azevedo, 2006 p. 33-34).

Por aqueles tempos, final da década de 1830 e início de 40, escravos vindos da Bahia eram vistos com temor por alguns senhores das províncias do sul e sudeste do Império. Acostumados a ouvir histórias sobre insurreições por aquelas bandas, tinham os escravos dessa região como ameaçadores da paz das senzalas, e conseqüentemente da tranqüilidade da casa grande (AZEVEDO, 1999 p.38).



31. Debret, reprodução

De filho de africana livre e um fidalgo português, assim o garoto Luiz Gama chega a São Paulo: um moleque, um menino negro escravizado. No sobrado dos Cardoso – localizado perto da Igreja da Misericórdia, na rua do Comércio – além de lavar, engomar e costurar aprendeu o ofício de sapateiro com seu conterrâneo José, que também havia sido recusado pelos compradores.

A vivência da escravidão doméstica, entretanto, não significou para a história de Luiz Gama apenas o aprendizado da servidão e de algumas tarefas, foi também o aprendizado das primeiras letras. Aos dezessete anos, a convivência com um hóspede de seu senhor, que viera de Campinas para estudar, resultou no seu primeiro contato com a escrita.

Sabendo “ler e contar alguma coisa”, no ano seguinte, fugiu, “tendo obtido ardilosa e secretamente provas inconcussas” de sua liberdade, segundo sua própria afirmação. A obtenção destas provas deve ter sido realmente muito secreta, pois, além do misterioso trecho de sua autobiografia, nada mais se sabe sobre o assunto. O fato é que em 1848 já não era mais cativo, e estava ganhando a vida como praça da Força Pública de São Paulo (AZEVEDO, 1999 p. 38).

Nas lembranças da infância, na visão da autora, é onde Luiz Gama busca, por meio “do resgate e construção da memória de Luiza Mahin”, promover o próprio resgate e construção que intencionalmente estava efetuando de sua própria “memória africana” (Azevedo, 1999 p. 69), que pode ser também lida como sua memória da infância. Dos trechos de cartas que a autora seleciona para corroborar essa hipótese, interessa ressaltar aqui as sensações e lembranças de sua vida de menino em torno e no meio da escravidão.

Eu ainda hoje, ao cabo de 30 anos, vejo algumas ruas da Bahia, as casas demolidas pelo incêndio de 37, e os lugares em que brinquei com crianças da minha idade. (Luiz Gama, carta a José Carlos Ribeiro, 1870, citado por AZEVEDO, 1999 p. 69).

Sou filho natural de uma negra, africana livre, da costa Mina (Nagô de Nação) de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa. Dava-se ao comércio – era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito (LUIZ GAMA, Carta a Lucio de Mendonça, citado por AZEVEDO, 1999 p.70).

Os anos que se seguiram aos que o menino Luiz Gama viveu em Salvador conheceram outras revoltas como as que sua mãe teria se envolvido, e Fraga Filho (1996) aponta a participação de moleques e vadios nelas. O autor busca localizar os viventes das ruas, no cenário urbano em Salvador, no século XIX. Fala basicamente da intensificação da repressão sobre uma camada da população composta por homens e mulheres pobres, mas também por escravos fugidos, libertos e um grande contingente infanto-juvenil.

A questão da vadiagem infanto-juvenil no século XIX estava muito estreitamente relacionada à existência de centenas de meninos e meninas que, mesmo ligados a famílias, mestres de ofício ou senhores (no caso de escravizados), faziam das ruas o espaço de trabalho, de divertimento, de peraltices, de jogos e brincadeiras. Vida documentada pelos

que vigiavam e controlavam e pelos que observavam e registravam aspectos da vida cotidiana na Bahia oitocentista (FRAGA FILHO, 1996 p. 111).

A análise de documentos mostrou que as autoridades baianas sempre se queixaram da grande quantidade de rapazes “peraltas” e “moleques” que tomavam conta das vias públicas com atitudes irreverentes e irrequietas. O termo moleque apareceria insistentemente, o que pode denotar, segundo o autor, que a maior parte dos meninos que ocupavam as ruas de Salvador irrequieta e irreverentemente fosse negra.

A sociedade escravista não oferecia grandes alternativas de ascensão para gerações mais novas de livres e libertos. Especialmente para os meninos negros, a escravidão continuava a impor-lhes papéis subservientes e serviçais. Nas tendas dos mestres de ofício, por exemplo, eram submetidos à rigorosa disciplina, a castigos corporais e a tarefas estafantes. Diante disso, as vadiações e peraltices de rua apareciam com um misto de desdém, indiferença, protesto e resistência a um mundo adulto de horizontes limitados. Muitos desses menores estavam ligados a algum ofício, mas com frequência conseguiam impor o próprio ritmo de trabalho alternando as obrigações com as aventuras que a rua oferecia a cada momento (FRAGA FILHO, 1996 p. 112).

Em 29 de janeiro de 1868, o jornal *O Alabama* chamava a atenção do chefe de polícia para um pequeno muro na igreja da baixa dos Sapateiros, atrás do qual se reunia uma “malta” de meninos de família e moleques “que sahem com vendas de seus senhores para jogarem a dinheiro o jogo da bola, o qual consiste em cinco pauzinhos enfincados n’um monte de areia os quais servem de alvo para atirarem a bola e o que arranca os paus ganha”. Dizia ainda que dessa reunião resultavam grandes algazarras e desordens com prejuízo para os pais e senhores (FRAGA FILHO 1996, p.112).



32. Debret, Ritual de Judas²⁴

Este fragmento do jornal nos deixa conhecer um aspecto da cultura da infância existente nas ruas de Salvador, presente não só na forma de utilização da rua pelos moleques, mas também na própria organização do brincar que burlava o sistema escravista, posto que usavam o dinheiro dos produtos que saíam a vender para apostar na brincadeira, que também era um jogo de apostas. Conforme já apontamos, essa imagem do brincar e do brinquedo das crianças será pouco vista bem como o discurso escrito sobre ela pouco registrado.

O trecho chama ainda atenção para um aspecto: especialmente na segunda metade do século XIX, o que se compreendia como vadiagem de menores estava também relacionado aos meninos e meninas ocupados em ofícios considerados pouco dignos. “Eram vendedores de bilhetes de loterias e os condutores de cegos cuja ligação com o jogo e mendicância os aproximava da condição de vadios” (Fraga Filho, 1996 p.112).

²⁴ “Embora os escravos queimassem fogos, participassem do leilão e se misturassem com a multidão, não há provas de que fosse uma festa exclusiva deles, ao contrário da cerimônia do sábado de Aleluia de enforcar o Judas, da qual participavam com fervor. Os viajantes não sabiam explicar por que os escravos esperavam ansiosos o momento de malhar a imagem do cadáver de Judas, jogá-la no chão, dar-lhe socos e destruí-la” (KARASCH, 2000 p. 366).

A rua poderia representar para os moleques a experimentação de posições sociais impensadas fora dela. Fraga Filho (1996) encontrou dados de 1864 sobre a prisão de mais de 20 meninos vadios entre os quais havia alguns escravizados. Para o autor, estes meninos podiam ser “chefes” dos bandos, posição relevante dentro do grupo, mas com a qual não poderiam contar fora dele.

Além de ocuparem posições privilegiadas dentro dos bandos, os moleques na rua também se fizeram presentes nos movimentos sociais urbanos. Segundo o autor, talvez empreendessem as ações mais audazes dos levantes que ocorreram nas décadas de 1820 e 1830.

Por certo, eram os mais barulhentos nos motins antilusitanos, vociferando contra ou apedrejando comerciantes portugueses que cobravam preços abusivos. No levante de 1836, conhecido como Cemiterada, os moleques, junto de outros populares, puseram por terra o cemitério do Campo Santo. Em estudo recente, João Reis demonstra que, durante o movimento paredista de 1857, realizado pelos ganhadores escravos e libertos de Salvador contra o controle de suas atividades, os moleques hostilizaram e ridicularizaram os negros “fura-greves” (FRAGA FILHO, 1996 p.116).

À medida que o século XIX avançava, as autoridades punham em vigor medidas repressivas com “o fim de disciplinar a presença dos menores no espaço público. Essas providências buscavam dispersar os ajuntamentos noturnos, acabar com a participação barulhenta nas festas e extinguir os divertimentos de rua” (FRAGA FILHO, 1996 p.116).

Das punições severas, inclusive castigos corporais – recebimento de palmatórias corretivas quando recolhidos ao quartel da polícia ou uso de chibatadas para dispersar – aos recolhimentos às oficinas, escolas, orfanatos e serviço militar, não tardou que se chegasse à criminalização da infância.

Entre 1880 e 1890 – auge da discussão repressão à vadiagem – a sociedade apresentava insistentemente a reclusão “especialmente quando a total extinção do trabalho escravo se mostrou inevitável, a infância se apresentou como a fase da vida estratégica na formação de homens e mulheres laboriosos e morigerados” (FRAGA FILHO, 1996 p. 132).

Em 1895 uma carta publicada no *Jornal de Notícias*, marca, juntamente com outros fatores, o trato da infância abandonada como questão médico-jurídica: “tratemos antes de tudo de moralizar a infância, pois é exatamente essa infância ignorante, miserável e abandonada que, cedo ou tarde, constitui a classe dos criminosos (...). Os menores vagabundos são os criminosos em embrião” (FRAGA FILHO, 1996 p.132-133).

Mas os moleques e vadios encontravam formas de resistência às medidas repressivas e disciplinadoras do espaço público. Em 3 de junho de 1860, um grupo que se reunia no Largo da Saúde enfrentou uma patrulha policial com pedras e insultos depois da prisão de um jovem crioulo, tendo o mesmo acontecido em setembro do mesmo ano na tentativa de resgate de um jovem preso.

Também havia queixas de quebra de lampiões das praças e becos, recurso utilizado para inibir a trânsito na rua e dificultar as buscas da polícia à noite. Negros, mestiços escravizados ou tutelados e brancos pobres empreendiam fugas de maus-tratos de senhores e mestres de oficinas, bem como de ambientes familiares hostis. Fugiam também da escola de marinhagem e agrícola (FRAGA FILHO 1996, p. 130).

No *Jornal do Comércio* em 12 de fevereiro de 1883, no Rio de Janeiro, vemos um moleque que possivelmente utilizava o recurso da fuga, como em Salvador: “Vende-se na prisão do Calabouço hum moleque de 14 anos, oficial de alfaiate, bonita figura, não tem moléstias, nem vícios, e só vende-se por não querer servir ao seu senhor” (apud CORTÊS E GOMES, 2006, p. 27).

Para Fraga Filho (1996) ao mesmo tempo em que encarnava possibilidades, a infância mostrava-se também perigosa e ameaçadora. Vício, ociosidade, mendicância, vadiagem e crime, esses foram os elementos com que os reformadores, nos dois últimos decênios do século XIX, construíram a imagem da infância de rua na Bahia.

Pouco se conhece da infância escrava e da infância negra do século XIX que nos tenham sido contadas pelos próprios negros. Felizmente, do menino Luiz Gama, mestiço que perseguiu sempre a construção de sua memória africana, conhecemos um pouco pelas letras do famigerado advogado, jornalista e literato, que, aliás, conforme Azevedo (2006), autogerenciou com propriedade sua própria fama.

Das imagens de crianças e modalidades de vida na infância escrava que vimos até aqui, a que mais nos chamou atenção foi a que veio nas entrelinhas das ilustrações e comentários de Debret e dos relatos dos viajantes. Esta imagem, que nos volta insistentemente à vista é em que momento a criança teria a percepção de que era escrava, ou seja, quando as práticas que rodeavam a criança a faziam saber que ela era e o que significava ser uma escrava. Mattoso (1988) aponta que o tempo de infância do filho da escrava era estritamente mínimo.

Encontramos em *Incidentes da vida de uma escrava contados por ela mesma* a história de Harriet A. Jacobs. Ela nasceu escrava em 1823, na Carolina do Norte, Estados Unidos, e dali fugiu no final da década de 1830. Descreveu sua luta por liberdade em uma autobiografia publicada sob pseudônimo em 1861. O pequeno capítulo em que fala de sua infância começa assim:

Nasci escrava, mas só tive consciência disso depois de transcorridos seis anos de infância feliz. (...) Na cor, meus pais eram de um tom claro de amarelo-amarronzado, sendo considerados mulatos. Viviam juntos numa casa confortável, e embora fôssemos todos escravos, eu era tão carinhosamente protegida que nunca imaginei ser uma peça de mercadoria, cuja guarda lhes estava numa casa confortável, e que podia lhes ser retirada a qualquer momento (JACOBS, 1998 p. 25).

Um incidente traz a Jacobs, então com seis anos, para o mundo da escravidão: “(...) Minha mãe morreu quando eu tinha seis anos. Foi então que pela primeira vez e devido às conversas à minha volta, tive consciência de que era escrava” (JACOBS, 1998 p.26). Tendo sua criação ficado a cargo da senhora de sua mãe, que havia a ela prometido cuidar de seus filhos e não deixar que nada lhes faltasse, Jacobs continua a ter, embora já consciente de que era escrava, uma vida que descreve como tranqüila, pois permitia a ela que gozasse de algumas experiências da infância como poder brincar.

Mas logo Jacobs viveria um outro incidente que a colocaria de vez em meio às práticas escravistas: “(...) A criança escrava não pensa no amanhã, mas aconteceu por fim a desgraça que muito certamente espera todo ser humano nascido para ser tratado como um objeto. Quando eu tinha quase 12 anos, minha bondosa senhora adoeceu e morreu” (JACOBS, 1998 p. 26). A partir desse acontecimento Jacobs, já consciente de que era escrava, portanto objeto semovente, passa a saber como objetos de uma família são tratados na morte de seus donos: inventariados e distribuídos entre os herdeiros e aqueles a quem se quer proteger e munir por meio de bens móveis, imóveis e semoventes: “(...) Depois de um breve período de expectativa, o testamento foi lido, e ficamos sabendo que ela me legara à filha da irmã, uma menina de cinco anos de idade” (Jacobs, 1998p. 27).

O final da história de Jacobs é bem parecido com de Luiz Gama. Tendo aprendido a ler e escrever com uma de suas senhoras, ela faz uso disso como principal arma para conseguir sua liberdade e ainda ajuda na liberdade de parentes e de outros escravizados.

Porém, não encontramos indícios de como reagiriam outras crianças que, resistindo ao alto índice de mortalidade infantil do período, não resistiram, não suportariam o peso de saber o que era ser escravo. Talvez Florentino e Góes, ao comentarem ilustrações e relatos, nos dêem uma pista:

Debret (...) disse que as crianças cativas, até os seis anos, viviam na tal igualdade familiar. E, como Graham, achava que a maneira como na casa senhorial se tratavam as crianças cativas, à semelhança de membros da família, de iguais, findava por estragá-las para a escravidão. Eram deixadas livres nos primeiros anos, “a comer, beber e correr”. É fácil perceber como os dois europeus tinham dificuldade em compreender realmente o que se passava na vida das crianças escravas. Afinal, pode-se comer e beber de muitos modos, assim como se pode correr de muitas coisas. De todo modo, eles chamaram a atenção para o papel cumprido pela infância no escravo adulto que conheceram. Todo crioulo havia sido uma criança escrava, e uma infância escravizada produzia um adulto peculiar (FLORENTINO E GÓES, 2005 p.220).

Esse aspecto já foi comentado anteriormente, é o que para os autores, resulta na “impaciência” do escravo crioulo. Mas o que interessa aqui é pensar como as práticas do cotidiano ensinavam as crianças que elas eram escravas. E o que faziam? Como reagiram os que não se tornaram outros Luiz Gama ou Harriet Jacobs? Ou os que não fugiam e ocupavam as ruas como os moleques de Salvador?

Estas perguntas ficarão sem respostas por enquanto. Mas na literatura infanto-juvenil brasileira conhecemos um outro exemplo que se coloca no extremo das histórias de Luiz Gama e H. Jacobs. Em *A história do Galo Marquês*, Oliveira (1982) fala de um menino escravo de oito anos, chamado Cendino, que só se percebe escravo ao presenciar sua vontade, seus sentimentos sendo colocados em jogo. A resposta que o menino dá quando se percebe escravo, cria uma imagem difícil de esquecer.

Compreender a escravidão para o menino escravo Cendino significaria aprender que nada possuía, não era dono de si e nem sequer dos sentimentos por outras pessoas, nem mesmo por um animal. Vivendo na fazenda juntamente com seus pais – o pai na lavoura e a mãe na cozinha – o mundo do menino resumia-se ao deslocamento entre estes dois espaços: a plantação e a casa grande.

Auxiliar de pequenos serviços domésticos, dono da tarefa de entreter os netos da Sinhá, Cendino não conseguia alcançar as dimensões da escravidão. Não tinha noção das formas de controle de suas vidas impostas por este regime. Mattoso (1988) aponta que “nas grandes propriedades de engenhos de açúcar, as crianças escravas passeiam com toda

liberdade, participando das brincadeiras das crianças brancas e das carícias das mulheres da casa.

Certa vez, o menino ao ajudar a Sinhá a recolher ovos, deparou-se com um ovo choco o qual foi incumbido de jogar fora. Tendo sido surpreendido por um barulho, percebeu que havia vida dentro do ovo e o guardou. Nascido o pintinho, o mesmo foi criado como animal doméstico de estimação pelo menino, recebendo o nome de Marquês.

Um dia, uma visita ilustre, o “Comendador (...) muito amigo do imperador D. Pedro II” que poderia sugerir a Sua Majestade que outorgasse títulos de nobreza a amigos mais chegados, foi cear na fazenda. O Coronel, dono da fazenda, então decidiu que o Comendador seria recebido “com todas as pompas que merece”. Entre a pompa e a circunstância que a ocasião pedia, descobriu-se que o prato predileto do Comendador era galo assado.

A mãe de Cendino foi incumbida de encontrar o galo. Procurou no galinheiro, porém não encontrou um galo sadio. Foi então encarregada de matar o galo Marquês, animal de estimação do próprio filho. Este momento é descrito assim pelo narrador:

Houve um momento de silêncio. Na cabeça de Mãe das Dores passava toda sua experiência de vida, enquanto para Cendino a revolta e o desespero falavam mais alto. O que podia um escravo fazer contra as ordens de seu senhor, que se dizia dono até de suas próprias vidas? Quanto mais da vida de um galo! Não, não adiantava pensar no sofrimento daquela criança! Mais importante era o título de barão para a família Ribeiro (OLIVEIRA, 1982 p. 52).

E Cendino reage imediatamente, chorando, por saber que naquele momento, mais que o possível título de nobreza, o que estava posto em jogo eram as cores das vontades: uma era branca, a outra negra. E as vontades, os desejos e sentimentos negros não se sobreporiam aos brancos. Assim Cendino aprende que é escravo.

Estava tudo acabado!

Meio tonto, Cendino fez força para pôr-se de pé. Não conseguia andar direito, parecia estar pisando em nuvens. Sem direção, caminhou para o jasmineiro. (...) Ali debaixo, Cendino começou a soluçar alto. Chorou sozinho, abandonado, meio morto por dentro, pela primeira vez na vida odiando o homem branco. Chorou tanto que as lágrimas deixaram marcas no chão. Afinal, cansado de sofrer, adormeceu abraçado ao tronco do jasmineiro (OLIVEIRA, 1982 p. 53).

Mattoso (1988, p. 43) observa que “o escravo permanece criança até os oito anos”, que é a idade do personagem Cendino, e nesse período ela se dá conta de sua condição de

inferioridade, inclusive em relação às crianças brancas. Cendino entende, mas não aceita.

Poucos dias depois temos o final da história:

O silêncio foi cortando a madrugada. Pouco antes das duas, um galo cantou distante. O som atravessou a noite como um raio e sacudiu o coração da boa escrava. De repente, Cendino abriu os olhos esgazeados. Olhou para o vazio do quarto como se estivesse vendo algo muito querido e ergueu os braços. - Marquês, você voltou!... Não houve resposta. Depois, ele respirou forte, a cabeça tombou para um lado e o corpo caiu sobre o colchão duro do catre. Debaixo do travesseiro dormia a esfiapada pena do rabo do Marquês (OLIVEIRA, 1982 p. 58-59).

Talvez o conto “Negrinha” de Monteiro Lobato, publicado em 1920, ano em que o projeto eugênico estava em voga no Brasil, seja um dos exemplos emblemáticos da textualidade que constroi imaginários sociais e os projeta no tempo e espaço por meio do texto literário. Tal fato não foi incomum aos outros autores que viveram na virada do século XIX e primeira metade do século XX. Estes autores reelaboram e veicularam em diversos gêneros literários, mas principalmente em contos e romances, perfis assombrosos de negros na sociedade escravagista brasileira e também no período posterior.

Mas Lobato foi primoroso nas tintas ao construir o perfil físico e psíquico de uma criança negra do sexo feminino. O contraste entre as ações da senhora e patroa, Dona Inácia, e figura da menina, quase inanimada, chamada apenas de Negrinha, nos leva a crer, por um instante, que o tema maior é a perversidade da criatura humana para com os desprotegidos.

Porém, com o recurso estilístico da ironia, o desprezo e racismo anti-negro escorrem das entrelinhas das dez páginas em que o conto transcorre e possibilita entrever um dos mais eugênicos escritores que se tem notícias na história da literatura brasileira. Caso não houvesse outros textos de Lobato, como por exemplo, “O presidente negro”, e se não soubéssemos de suas cartas trocadas com o médico e teórico eugenista Renato Kehl, pensaríamos que seu exagero revelaria um apreço. Mesmo decorridos quase cem anos desde o tempo em que o texto foi produzindo, o tom da tinta é tão forte, que ainda parece ter intenção inversa.

Negrinha era pobre órfã de sete anos. Preta? Não; fusca, mulatinha escura, de cabelos ruços e olhos assustados.

Nascera na senzala, de mãe escrava, e seus primeiros anos vivera-os pelos cantos escuros da cozinha, sobre velha esteira e trapos imundos. Sempre escondida, que a patroa não gostava de crianças (Lobato, 2008 p.19).

Assim cresceu negrinha- magra, atrofiada, com olhos eternamente assustados. Órfã aos quatro anos, por ali ficou feito gato sem dono, levada a pontapés.

Quê? Pois não era crime brincar? Estaria tudo mudado — e findo o seu inferno — e aberto o céu? No enlevo da doce ilusão Negrinha levantou-se e veio para festa infantil fascinada pela alegria dos anjos. (Lobato, 2008 p.23).

Mas a dura lição da desigualdade humana lhe chicoteou a alma. Beliscão no umbigo, e nos ouvidos o som cruel de todos os dias: “Já para o seu lugar , pestinha! Não se enxerga?” (Lobato, 2008 p.20).

Negrinha, coisa humana, percebeu nesse dia da boneca que tinha uma alma. Divina eclosão! Surpresa maravilhosa do mundo que trazia em si e que desabrochava, afinal, como fulgurante flor de luz. Sentiu-se elevada a altura de ente humano. Cessara de ser coisa- e doravante ser-lhe-ia impossível viver a vida de coisa. Se não era coisa! Sentia! Se vibrava!

Assim foi — e essa consciência a matou (Lobato, 2008 p.25).

Mas, imóvel, sem rufar as asas.

Foi-se apagando. O vermelho da goela desmaiou...

E tudo se esvaiu em trevas.

Depois, vala comum. A terra papou com indiferença aquela carnezinha de terceira — uma miséria, trinta quilos mal pesados...

E de Negrinha ficaram no mundo apenas duas impressões. Uma cômica, na memória das meninas ricas.

— “Lembras-te daquela bobinha da titia, que nunca vira boneca?”

Outra de saudade, no nó dos dedos de dona Inácia.

— “Como era boa para um cocre!”... (Lobato, 2008 p.26).

Evidente que sem ter informações sobre recepção do texto face as suas publicações, não podemos levantar hipóteses sobre a ressonância dele nos leitores e a implicação disso sobre as atitudes raciais em relação as crianças negras na sociedade brasileira do período, mas o texto chama a atenção pela centralidade do papel atribuído a uma criança negra, como protagonista de uma crônica trágica, densa e curta e porque não cruel.

O tratamento dado a Negrinha contrasta com os visto nas imagens, em que de alguma forma as crianças estão sempre sob o olhar de algum adulto, cuja responsabilidade do cuidado lhes é incumbida. Estão também em companhia de outras crianças. Ainda mais nesta idade, em que já se realizava pequenos serviços.

Enquanto a literatura do início do século XX mostra uma criança negra, que ao sentir-se “elevada a altura de ente humano”, morre; relatos sobre o continente africano nos dão indícios de outro modo de tratar as crianças pequenas. Manuel Gomes Amaral, um

antropólogo português que trabalhou em Moçambique no período colonial em fins dos anos 1960, nos dá uma imagem de infância entre o povo Wayao²⁵:

A vida das crianças wayao decorre na povoação da mãe, em completa liberdade, e sob os olhares compassivos dos mais velhos. Nunca um adulto castiga corporalmente uma criança se tem de a repreender, fá-lo em voz pausada, paternamente, encontrando sempre desculpas para as infantis diabruras. (...) Até que sejam submetidas às cerimônias de iniciação, as crianças wayao brincam, brincam e brincam (AMARAL, 1990, p. 65).

E por falar em outras imagens de crianças negras, vejamos então os retratos produzidos em São Paulo na segunda metade do século XIX.

²⁵ Os Wyao encontram-se em os demais grupos genericamente designados maraves pelos portugueses, nos contatos do século XVI. Atualmente encontram-se dispersos não somente por Moçambique como também em vastas áreas do Malawi e da Tanzânia. A língua wayao pertence ao subgrupo banto suahili.

CAPÍTULO III

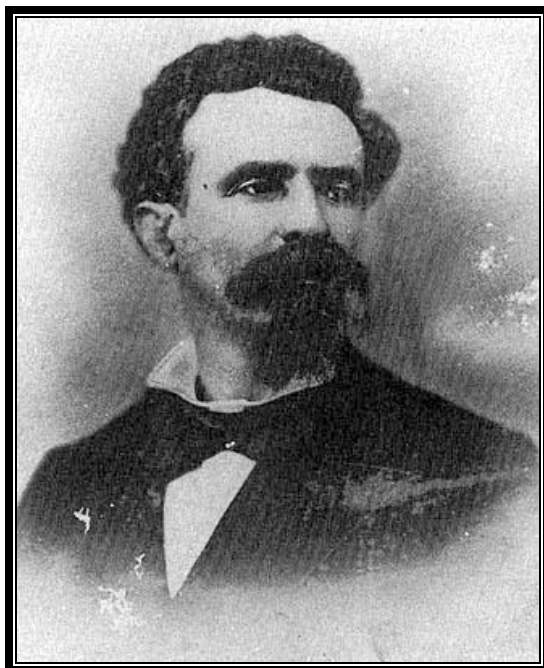
Galeria dos “infames” – retratos de crianças negras em São Paulo

Dentre os significados que a palavra “infame” pode ter, está: *que ou aquele que é marcado por infâmia, que está desonrado, desacreditado* (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2001 p. 1611). Neste sentido, e de certa forma, “infame” pode vir a ser um antônimo de “famigerado” que, excetuando-se o uso pejorativo²⁶, tem sentido de *que tem muita fama, célebre, notável* (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2001 p. 1304). Então, como uma dessas “licenças poéticas” que a língua permite aos seus falantes, a expressão “infames” é usada aqui como antônimo de “famigerados”. Pensando que as crianças retratadas chegaram até nós não por sua fama, mas justamente pelo silêncio sobre elas, o que de certa forma as coloca na situação de “desacreditadas”, sem fama, não notadas, infames.

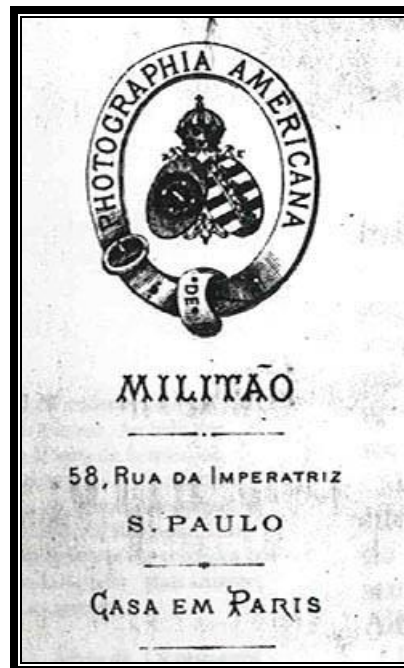
O fotógrafo

Militão Augusto de Azevedo (Rio de Janeiro/RJ 1837 - São Paulo/SP 1905). Fotógrafo e ator. Tenta a sorte como ator e cantor lírico no Rio de Janeiro, entre 1858 e 1862, ano em que se muda para São Paulo e começa a fazer retratos e uma série de vistas da capital paulista para a Photographia Academica de Carneiro & Gaspar. É um dos retratistas da fotografia brasileira oitocentista mais produtivos, tendo realizado comprovadamente mais de 12.500 retratos ao longo de seus 25 anos de carreira.

²⁶ No sentido pejorativo, o termo famigerado é usado como “tristemente afamado”, conforme expresso no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, (2001 p. 1304).



33. Retrato de Militão, reprodução



34. Cartão de visita de Militão, reprodução

É como paisagista, no entanto, que se notabiliza, em virtude do *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo: 1862-1887*, no qual contrapôs vistas dos mesmos logradouros realizadas nessas duas datas, criando assim um modelo de fotografia paisagística urbana de enfoque comparativo. Efetua ainda importante documentação sobre a cidade portuária de Santos SP na década de 1870.

Em 25 de novembro de 1875, Militão Augusto de Azevedo compra a Photographia Acadêmica de Joaquim Feliciano Alves Carneiro, que passa a se chamar Photographia Americana. O estúdio, considerado o estabelecimento fotográfico mais importante da cidade, tem por atividade básica o retrato e está estruturado de forma a atender ao gosto do cliente. Instalado em um sobrado, tem vários ambientes e um bom salão para poses, com diversos equipamentos fotográficos, mobílias finas e raras, bibelôs e adornos. Passam por seu estúdio figuras tradicionais da sociedade paulistana, tipos populares, crianças, coristas, estudantes da Faculdade de Direito e até o imperador dom Pedro II.

No ano de 1885, por dificuldades financeiras, Militão fecha a Photographia Americana, mas não deixa de fotografar. Passados 25 anos de suas primeiras tomadas da cidade, realiza o *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo (1862-1887)*, em que registra vários locais fotografados anteriormente, tomados do mesmo ângulo, o que possibilita

acompanhar as transformações urbanas, arquitetônicas e sociais ocorridas. O trabalho é composto de 60 fotos das quais 18 são pares comparativos. Em 1996, o Museu Paulista adquire os álbuns de registro de clientes da Photographia Americana, em poder dos descendentes de Militão.

Alguns fotógrafos deixaram sua marca registrada na arrumação do estúdio, exemplo pelo uso constante de um mesmo fundo, ou nas poses, em virtude da repetição.

Koutsoukos (2006, p. 63) observa:

Em numerosos cartões-de-visita produzidos no estúdio de Militão Augusto de Azevedo aparece o mesmo fundo pintado, a mesma poltrona estofada (tipo chaise-longue) e até clientes diferentes colocados na mesma posição; outras vezes, sobre uma meia coluna foi colocada uma pequena escultura e, no fundo, um painel com paisagem tropical– e todos os rapazes, quando posando sozinhos, apoiaram o cotovelo esquerdo na meia coluna. Militão ainda “retratou” muito uma balaustrada característica, uma enorme pedra (que também servia de apoio de cotovelo), uma falsa lareira e um fundo pintado com *janela avarandada desenhada e paisagem ao longe* (Grifo da autora).

Para a autora esses recursos facilitavam e agilizavam o trabalho do fotógrafo, além de ajudar a dar confiança aos clientes mais inseguros que poderiam se comparar a outros já retratados no mesmo cenário e/ou pose. Sem contar os valores simbólicos transmitidos pelos objetos colocados em cena: “os detalhes e objetos usados em uma cena participam de um sistema de códigos, constituem uma linguagem simbólica que torna inteligível a idéia que se queria passar” (KOUTSOUKOS 2006, p. 66). O retratado, com a ajuda do diretor-fotógrafo, poderia se transformar em personagem real ou imaginado, conforme as escolhas feitas para a representação de si.

Os retratos

Apresentamos aqui retratos de crianças negras em São Paulo, da Coleção de fotos de Militão Augusto Azevedo, pertencentes ao Museu Paulista da Universidade de São Paulo. A “enciclopédia visual de personagens sociais” de Militão conta com seis volumes, “perfazendo um total de aproximadamente 12.500 retratos colados e numerados consecutivamente com a finalidade de estabelecer o correspondente número do negativo e a respectiva identificação” (Kossov, 2002 p.68). Os retratos de Militão foram produzidos entre os anos de 1862 e 1885, período em que o fotógrafo manteve estabelecimento comercial na cidade de São Paulo.

Dos 12.500 retratos há aproximadamente cinquenta fotografias com pessoas negras e trinta e cinco com crianças e jovens negros. Em vinte e dois retratos as crianças estão sozinhas e em sete estão com adultos. Os adultos que acompanham as crianças são quatro mulheres e três homens. Seis retratos não foram utilizados na análise pela dificuldade de identificação de faixa etária ou cor/raça.

Sobre o trabalho com retratos é importante atentar para o que observa Burke (2004, p.35): “Sejam eles pintados ou fotografados, os retratos registram não tanto a realidade social, mas ilusões sociais, não a vida comum, mas *performances* especiais. Porém, exatamente por essa razão, eles fornecem evidência inestimável a qualquer um que se interessa pela história de esperanças, valores e mentalidades sempre em mutação”. Sobre isso Kossoy (2004, p. 455) comenta que sempre poderemos ver na fotografia uma relação ambígua e indissociável de “representação do real” e “documento do real”.

Koutsoukos (2006) afirma que no estúdio as pessoas poderiam explorar suas identidades e isso se daria por meio da pose. Já foi comentado aqui que a pose era o símbolo da fotografia no século XIX. A autora descreve o momento da chegada dos clientes ao estúdio:

Antes de entrar no salão da pose, o cliente aguardava no salão de espera, onde havia expostos mais trabalhos do ateliê. O cliente observava as fotos emolduradas e dispostas pelas paredes, folheava os álbuns demonstrativos e conversava com o profissional para, enfim, procurar captar a melhor pose, expressão, cenário e os melhores acessórios que caberiam à sua idéia de auto-representação. Aquele era um momento importante, uma parada necessária entre a agitação da rua e a entrada no salão de pose, quando ele, folheando os álbuns e olhando as fotos, começava mais concretamente a pensar na sua própria pose e a se preparar para o processo que viria logo a seguir (KOUTSOUKOS 2006, p. 66).

Para Burke (2004), sobre a análise de imagens é preciso salientar que “céticos quanto ao uso de imagens como evidência histórica”, frequentemente afirmam que imagens são ambíguas e que podem ser “lidas” de muitas maneiras. Uma boa resposta a este argumento seria apontar para as ambiguidades dos textos, especialmente quando são traduzidos de uma língua para outra (Burke, 2004 p. i). Mas ainda que apresentem ambiguidades, assim como os textos, juntando-se com outros vestígios, podemos apresentar leituras possíveis.

Buscando interrogar as fontes, conforme indica Burke (2004), procuramos estabelecer relações entre as fotografias de Militão e as outras imagens já apresentadas, buscando semelhanças e diferenças. Dividimos os retratos em três grupos: meninos, meninas e grupos familiares. As legendas, salvo raríssimas exceções, não traziam identificação dos retratados, especialmente no caso das crianças. São quase todos infames. Viveram na cidade de São Paulo e foram fotografadas antes do final da escravidão.

Entre as diferenças com outras imagens do início do século XIX, ou algumas produzidas por fotógrafos com Christiano Jr ou Marc Ferrez, está a ênfase nas pessoas e não nas funções que realizam. O que as imagens salientam não é o exotismo do mundo do trabalho escravo conforme já foi tratado, mas as próprias pessoas retratadas.

Conforme afirmamos há pouco, raras são as fotos de Militão que têm a identificação do nome, da profissão ou da atividade dos indivíduos retratados. Das exceções, podemos citar dois casos: o primeiro se encontra entre as fotos de crianças, na qual a legenda diz: “Benedicto Gama (filho)²⁷”; o segundo, a foto de uma mulher negra cuja legenda traz seu nome e profissão: “Catharina Pavão, engomadeira”. Nesse caso, especificar uma mulher negra com nome e sobrenome pode indicar que ela seja livre. Pelo apontamento do fotógrafo, podemos saber que Catharina é detentora de um ofício típico de negras livres e escravas de ganho.



35. Catharina Pavão, Engomadeira, Militão MP

²⁷ Consta dos álbuns, também com identificação, fotos de Luiz Gama, o que leva a crer que a criança fotografada seja seu filho.

Assim como as amas-de-leite e as quitandeiras, essas mulheres negras cumpriam um importantíssimo papel social por terem acesso ao pagamento, como deve ser o caso de Catharina Pavão, e figuram entre alguns negros que poderiam pagar uma soma qualquer de dinheiro para ter sua imagem perpetuada no tempo. Conforme Koutsoukos (2006, p. 51): “o ato de *ir* ao estúdio do fotógrafo se tornou rapidamente uma demanda de status. Mas havia uma demanda maior – a possibilidade de perpetuação de sua própria imagem”.

Por meio dos objetos, acessórios e vestimentas escolhidas para a cena, podemos ter indícios da mobilidade social dessas pessoas. Ao fixar uma memória de si, uma negra livre ou forra como Catharina Pavão, por exemplo, poderia eliminar qualquer dúvida quanto a sua condição e mesmo ostentar suas posses. Conforme Koutsoukos (2006) aquela era uma forma de representação importante no seu meio, uma moda e um símbolo de status; e o estúdio de Militão estava entre os mais procurados pela gente abastada. Poderia também ser uma forma de construir a sua memória familiar (por meio do possível condicionamento do retrato no álbum), além de uma mercadoria de troca, um cartão-de-visitas.

Se por um lado, essas imagens mostram que alguns negros e negras disponibilizaram alguns recursos e recorreram a um suporte técnico da modernidade, a fotografia, para fixar uma memória de si; por outro, mostram relação com a construção de uma imagem do Brasil como um país civilizado e mais, de uma São Paulo civilizada, posto que foram produzidas entre os anos de 1862 e 1886, portanto, antes da abolição oficial da escravatura. Schwarcz (1993, p. 32) aponta que o tema “modernidade” estava presente na interpretação da sociedade da época: não mais a “mata e a selvageria”, mas sim uma imagem mais moderna, industriosa, civilizada e científica. A construção da imagem de uma São Paulo moderna durou muitos anos. Essa questão é asseverada por Kossoy (2004) quando questiona as imagens que ainda hoje não se mostram ao apresentar a história de um século de fotografia em São Paulo (1850-1950):

E as imagens que não se mostram? Os cortiços insalubres, a doença, os criminosos e degenerados, as prostitutas e os presos políticos. Essas imagens continuam ocultas da fruição social, posto que registram o submundo, a escória da sociedade. Esses anti-heróis da história: ‘maus bandeirantes’; interessam apenas às revistas médicas e aos relatórios policiais (KOSSOY, 2004 P. 455).

Mesmo que algumas pessoas tenham ficado fora do foco por suas atuações sociais, ainda assim é possível recuperar um pouco de suas histórias, nos seus contatos com as instituições de poder, via depoimentos nos processos, páginas policiais de jornais e revistas. Entretanto, no caso das crianças, ainda que não escravas para serem duplamente mudas, conforme afirmou Mattoso (1988), é difícil lentificar suas histórias, uma vez que os registros deixados por elas próprias praticamente inexistem. Mas se suas histórias continuarão ocultas, algumas das feições das crianças negras que viveram em São Paulo no século XIX poderão estar visíveis.

Os retratos foram divididos em três grupos: meninas, meninos e grupos. Ao todo são vinte e seis retratos, sendo o maior número de retratos de meninas, que somam doze. Os retratos de meninos são sete e este também é o número de fotos de grupos, das quais duas aparecem somente crianças e em cinco elas estão com adultos.

As meninas

Nas fotos individuais temos 12 meninas pretas e pardas. Todas estão bem vestidas e penteadas, exceto uma menina preta que apresenta vestimenta mais simples que as outras. O cabelo penteado chama a atenção já que é uma foto posada, desde o século XIX já podemos notar o cabelo como marca cultural negra que tem sempre que estar escondida, acomodada, comportada, adequada. Alguns estudos sobre fotografia alertam para o fato de que se a roupa pode até permitir que nos enganemos quanto à época em que o retrato foi tirado, pois pode ser uma roupa comprada há muito tempo e guardada apenas para ocasiões especiais, todavia o penteado dificilmente mentiria, porque feito no dia ou pelo menos perto do dia de tirar o retrato.

Uma menina tem uma vestimenta mais simples. O tecido de sua roupa, ou pelo menos parecido, foi encontrado também em uma foto apresentada em Ermakoff (2004 p.101), com uma legenda na qual se lê “negra com criança” e está colocada na seção sobre babás e amas-de-leite. Ela também não tem jóias ou outros acessórios.

Pelo menos sete meninas trazem como adorno junto ao pescoço uma pequena corrente com uma cruz ou uma espécie de medalhão que pode conter imagens de santos. A forte ligação dos negros com o catolicismo foi sublinhada por Florentino e Góes (2005) e

também por Karasch (2000). Vestígios dessa ligação podem ser encontrados no uso da cruz e do medalhão pelas meninas. Apenas uma menina porta um colar que poderia estar em uma das mulheres adultas sem que isto a fizesse parecer infantil.

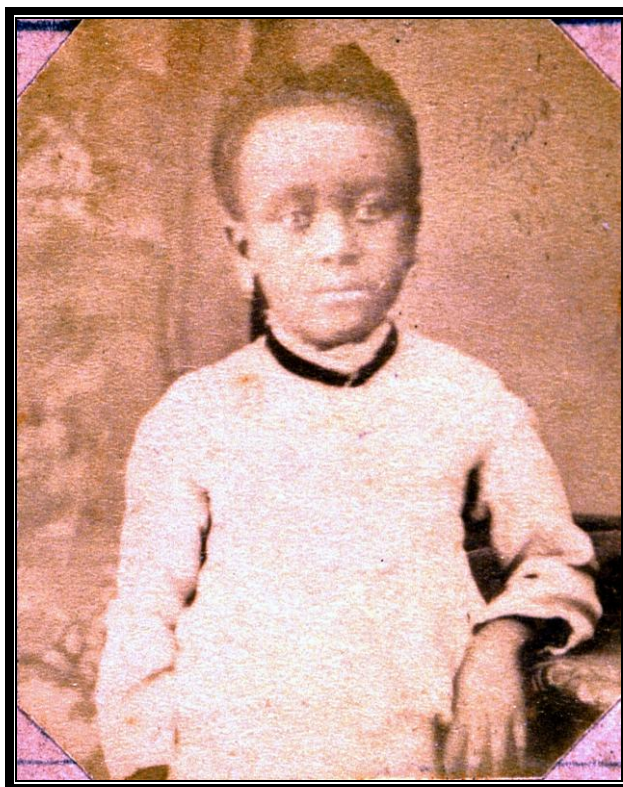
As vestimentas das meninas e das mulheres adultas, sempre esmeradas, praticamente não apresentam diferenças. É preciso levar em consideração que as roupas usadas possivelmente não representam as vestes do dia-a-dia. Conforme Burke (2004), as pessoas costumavam usar seus melhores trajes ao posarem para retratos. Se isto era verdade para a nobreza, também o haveria de ser para os menos abastados.

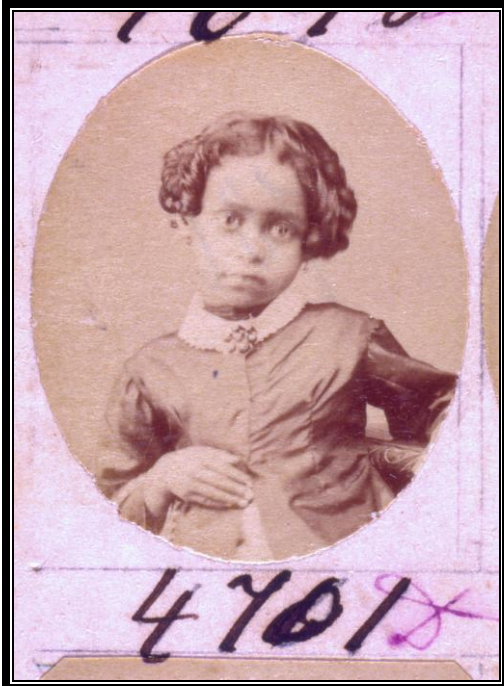
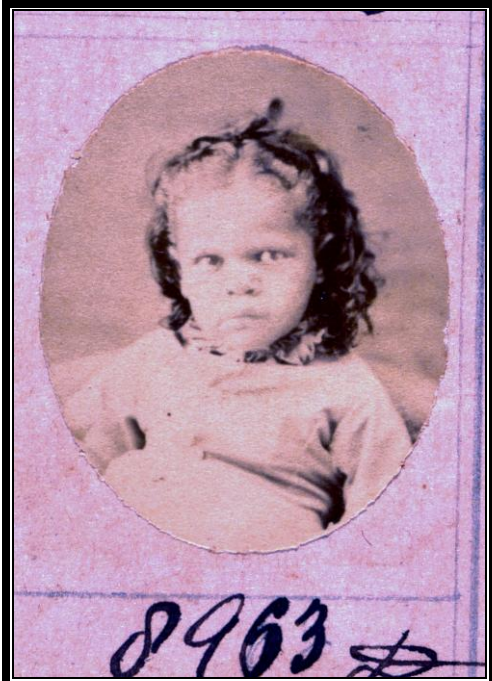
Apenas uma menina tem foto de corpo inteiro e mantém uma pose padrão para mulheres adultas na época. Foi possível encontrar nos livros sobre fotografias consultados, fotos de mulheres anônimas ou nobres, como a princesa Isabel, na mesma pose. O retrato de corpo inteiro permitia a representação de uma cena, com móveis, objetos decorativos e fundo pintado.

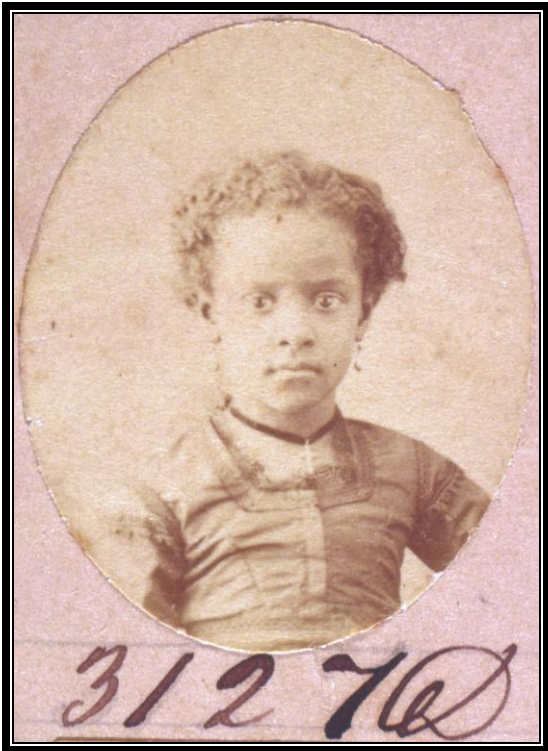
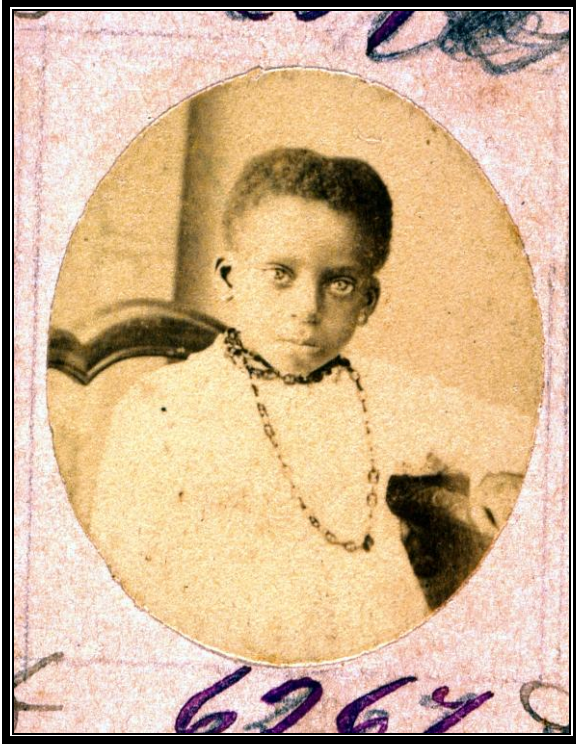
A cena aqui é composta com o fundo característico de Militão, conforme observado anteriormente, embora não se possa vê-lo inteiro, é possível perceber que se trata do fundo descrito por Koutsoukos (2006) e observado em outras fotos dele. O móvel que ajuda a compor a cena, uma mesa, também é notado em algumas das fotos de busto. Ao que tudo indica todas as meninas maiores tiraram foto de pé, com o cotovelo apoiado nessa mesa. O restante da cena é composto pela própria retratada, com suas jóias, vestimenta e penteado. Ao se exibir todos os detalhes, a foto poderia ser uma marca da condição social da menina retratada, observando-se que a escolha certamente atendia ao gosto dos pais ou parentes que a mandaram retratar.

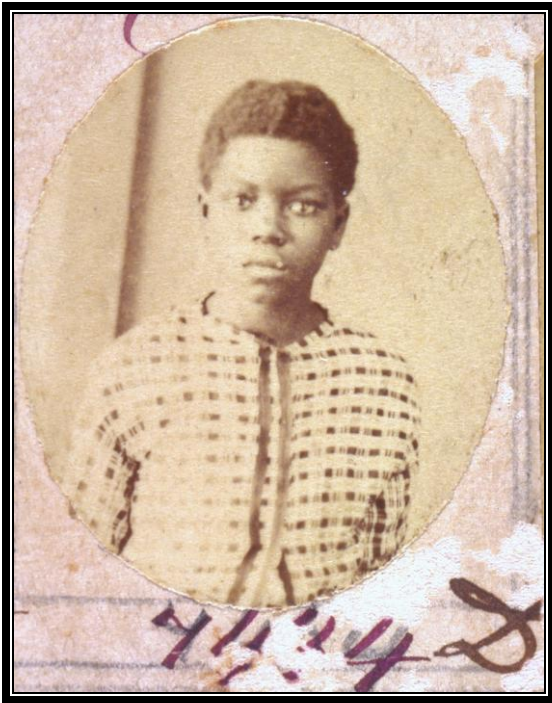
Todas as outras fotos são de busto. Algumas delas mostram meninas um pouco menores que estão sentadas na poltrona estofada, da qual se pode ver um detalhe com franjas e onde elas apóiam um dos braços. A câmera mais aproximada dos rostos, na altura de seus olhos, evidencia melhor os detalhes de suas fisionomias. Não há cenário ou composição de cena e não é possível notar, exceto em uma delas, o uso do fundo pintado. Para Koutsoukos (2006, p. 95), ao optar por se “retratar dessa forma havia menor possibilidade de expor um vestido mais rebuscado, mas, por outro lado, a foto de busto exibiu melhor as suas jóias, os detalhes de seu penteado, assim como de seu rosto”.

Uma foto se diferencia das demais porque a menina usa um traje especial. Há uma faixa com uma espécie de flor no ombro direito e um enfeite no cabelo nos mesmos moldes. Parece um uniforme, quem sabe de um coral ou de qualquer outra atividade religiosa ou escolar, ou ainda uma faixa entregue em uma cerimônia de premiação. Para Koutsoukos (2006, p. 66) “o uso de uniformes e medalhas” nas fotografias representaria simbolicamente “o orgulho, o cumprimento do dever (a conquista de uma posição admirada, que daria orgulho aos familiares)”.









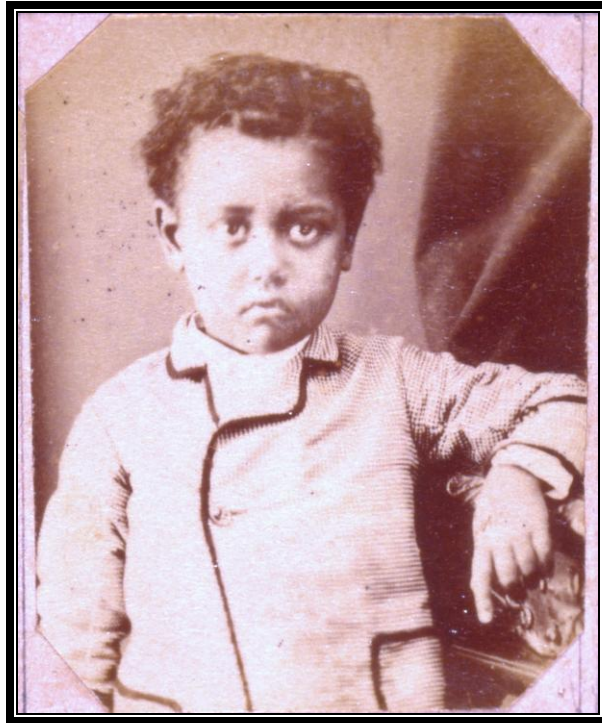
36. Retratos de meninas, Militão, MP

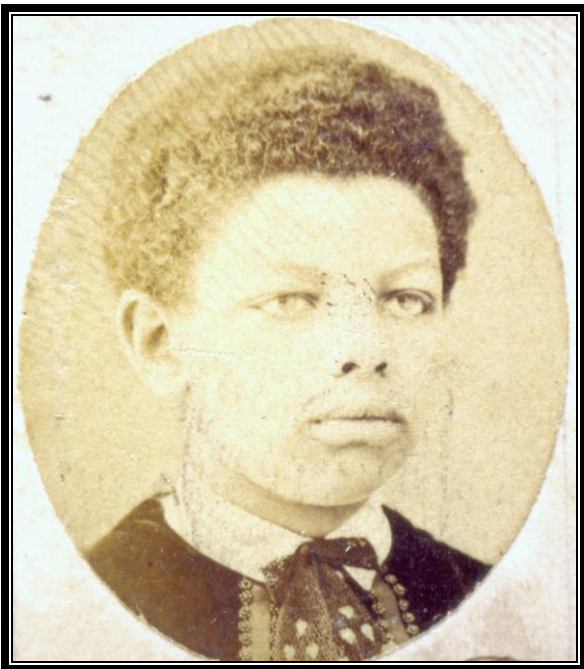
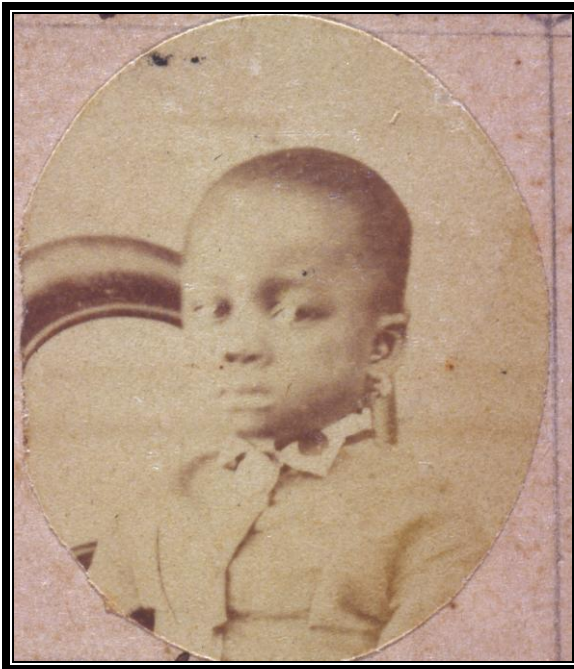
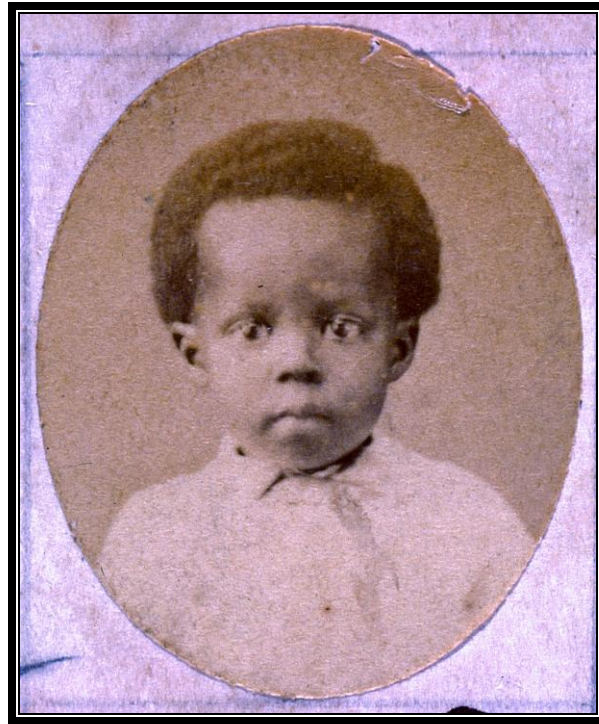
Os meninos

As fotos individuais apresentam sete meninos pretos e pardos. Há ainda uma criança pequena em uma cesta, uma espécie de “moisés”. A maior parte dos meninos, como as meninas, está trajada como adultos, ou seja, pela vestimenta há uma indiferenciação etária entre adultos e crianças. Muitos deles usam paletós e gravatas. Também têm cabelos cortados ou bem penteados como os das meninas. Apenas um menino pequeno não está de paletó, mas com uma espécie de casaco. Este, fotografado aparentemente em pé, nota-se com o ombro apoiado na mesa, como algumas meninas.

Há apenas um menino em foto de corpo inteiro e coincidentemente, como nas fotos das meninas, é um garoto preto. Sua expressão é intrigante, pode demonstrar algum temor ou desconforto. Encostado na falsa pedra do cenário, não parece tão à vontade quanto a menina que posou em pé. Diferentemente, ao posar de corpo inteiro, sua simplicidade e desconforto é que são ressaltados e não a cena e o requinte das vestimentas e acessórios, como no caso da menina. Sua roupa parece não formar um conjunto muito coerente: o paletó aparentemente não combina com a calça. Esta parece larga e o primeiro curto nas mangas. Talvez não seja uma roupa sua, neste caso, talvez emprestada do estúdio ou de alguém.

A foto em que a criança está na cesta, ou no “moisés”, apresenta também algo perturbador. Segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (p.1945), moisés significa “cesta para transportar recém-nascidos”. A criança ocupa o moisés que está em cima de um móvel (talvez a mesa em outras crianças foram fotografadas apoiadas nela), provavelmente no estúdio. Ele tem uma idade indefinida, mas chama a atenção o fato do menino parecer grande para aquele cesto. Sua pose, talvez muito certinha para um bebê, que possivelmente não pararia quieto por tempo suficiente para a foto, bem como o tamanho de suas mãos e de sua cabeça, estes detalhes poderiam indicar que se trata de uma criança fora do lugar, fotografada de modo a representar uma faixa etária à qual não pertenceria.





Benedicto Gama (Filho)



37. Retratos de meninos, Militão, MP

As fotos de grupos

Koutsoukos (2006) comenta que não encontrou álbuns de famílias negras referentes ao século XIX, embora se tenha uma quantidade considerável de fotografias avulsas. Observa também que mesmo que estes álbuns tenham existido, ao deixar de ser objeto de família e passar a ser objeto de coleção, o colecionador os reorganiza de outra forma, segundo critérios de sua coleção, ao seu prazer, visão e gosto. Ela exemplifica que uma foto de grupo familiar era muito rara, como na imagem abaixo:



38. Autor desconhecido, 1880

Veja-se a análise que a autora faz da imagem acima:

Nesse cartão-de-visitas de 1880, como em numerosos retratos de famílias brancas, temos as personagens vestidas e penteadas à moda européia. Aquela era uma família que começava e que, possivelmente, continuaria a aumentar de tamanho. Para o fotógrafo, conforme costumava acontecer em retratos desse tipo (com vários sujeitos), o desafio inicial teria sido o de combinar com harmonia as diferentes idades, sexos, alturas e fisionomias. O segundo desafio teria sido o de fazer rapidamente o registro, antes que alguma das crianças se cansasse e se movesse. (...) Retratados com um fundo neutro, bem penteados e vestidos com suas (suas?) melhores roupas, o casal adotou o arranjo comum a numerosas fotos de famílias brancas parecidas com esta: o homem sentado na rebuscada cadeira (com o filho menor no colo e o mais velho de pé ao seu lado) e a mulher de pé, com a mão no ombro do marido – arranjo que lhe permitia exhibir os babados da vestimenta (amarrotada?) que usava. (...) Imobilizadas pela pose, por imposição do meio fotográfico (e do tempo que o processo completo demandava), a espontaneidade das crianças também era suprimida. As duas posaram sérias, quase tristes. De qualquer forma, como qualquer outra família da época, conseguiu essa família fazer uso do direito de se eternizar em papel e construir parte de sua memória familiar nesse raro registro sobrevivente (KOUTSOUKOS, 2006, p. 93-93).

Em nossa pesquisa encontramos também outra foto:



39. Militão, MP

Vimos aqui anteriormente uma foto de Militão, de um pai com filha e também de uma filha com a mãe, de Cristiano Jr. Porém Koutsoukos (2006, p. 92-93) observa a peculiaridade de um pai se dar a ver na fotografia com sua família inteira. Neste caso, o homem tinha a oportunidade de mostrar-se como um “homem de família” e demonstrar seu status nessa fotografia, sugerindo que “ele é uma pessoa que obedece aos chamados do sangue, da continuidade, da tradição”, ao mesmo tempo que pode “mostrar que ele é estável, responsável, altruísta, um candidato ideal para qualquer posição que exija compaixão, senso de responsabilidade, e a habilidade para controlar outros”.

Aqui colocamos também fotos em que os pais ou parentes não aparecem, somente a continuidade é que foi fotografada, ou talvez os adultos tenham posado em fotos separadas. Nas fotos em que as crianças aparecem com adultos apenas em duas posam junto com homens. Na primeira delas um homem branco, sentado ocupando o centro da foto, sentado na cadeira e apoiado na mesa, tem ao lado uma menina parda, bem vestida e penteada como

as outras, que encostada nele apóia uma das mãos em sua perna. A proximidade entre os dois sugere uma relação de intimidade, como de pai e filha.

Na segunda foto, um jovem negro tem nos braços uma criança pequena. Também há uma proximidade física entre os dois, sugerindo uma relação entre pai e filho, ou quem sabe entre irmãos. A fotografia não nos permite identificar os trajes da criança, mas o homem segue o padrão observado até aqui, ou seja, terno e gravata. Essa mesma pose, a criança colocada próxima do rosto do adulto será observada em algumas fotos com algumas mulheres. A questão do toque e do contato físico é relevante porque “podia demonstrar que aquelas pessoas possuíam um certo grau de intimidade. Aquele gesto podia representar que aquela se tratava, sim, de uma família, se não consangüínea, pelo menos por afinidade” (KOUTSOUKOS, 2006 P. 93).

Nos retratos em que estão com mulheres também se mantém a proximidade física com a criança. No primeiro, uma menina parda está ao lado de uma mulher negra sentada. A roupa da mulher parece mais sofisticada que a da menina. Como na foto com o homem, a mulher ocupa uma cadeira e apóia o braço na mesa enquanto a menina encosta-se nela e escora o braço em seu ombro. A menina não tem adornos e adereços ao passo que a mulher tem uma gargantilha com um pingente de cruz e brincos.

Na segunda foto, a mulher negra segura uma criança pequena. Na terceira foto, uma mulher parda bem vestida, posa com dois meninos, cujas vestimentas somente podemos ver parte, principalmente de um deles, sendo que a mesma segue o padrão de modos masculinos adultos de vestir. Estas duas fotos aparecem no trabalho de Koutsoukos (2006) como sendo de babás ou amas-de-leite. Mas gostaríamos de chamar atenção aqui para a colocação das mulheres e das crianças nas fotos, na intimidade que a pose da primeira supõe, na centralidade em torno da figura da mulher na segunda imagem e, principalmente, nas semelhanças físicas entre as mulheres e as crianças, a despeito das diferenças no tom de pele.

Em duas fotos temos grupos de crianças. Na segunda foto a proximidade não é tão grande entre as crianças como na primeira, mas em ambas é possível que se trate de irmãos. Os meninos, pequenos homens como nas fotos anteriores, ocupam o centro das duas fotos, sentados, pernas cruzadas e olhar compenetrado, sendo rodeados pelas supostas irmãs. As meninas, como as que posaram sozinhas, estão bem vestidas e penteadas, certamente em

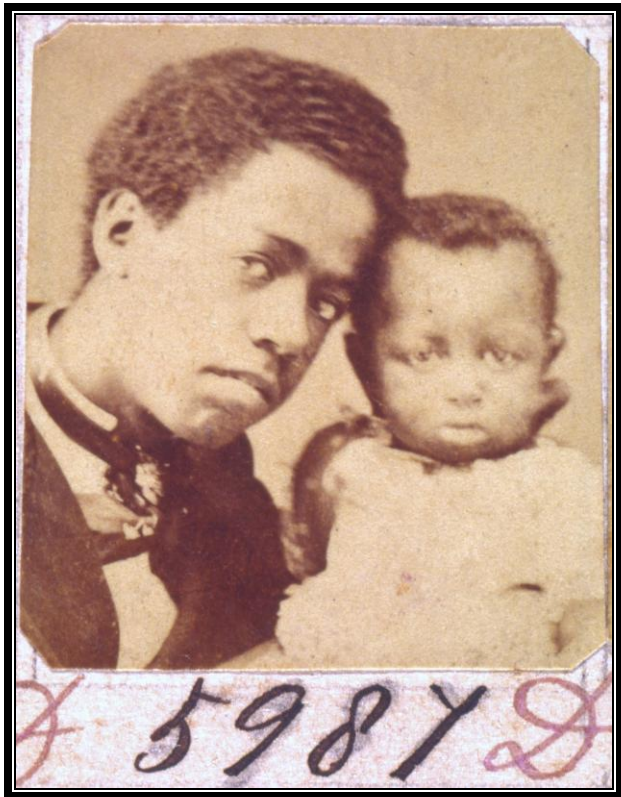
suas melhores roupas, como era o costume. Na segunda foto a menina segue a pose padrão, de pé com o cotovelo apoiado na mesinha.

A última foto traz duas peculiaridades. A primeira é o fato de não ser uma foto tirada em estúdio, como as outras. Na janela de uma casa, de longe, vemos uma mulher e uma menina negras. Embora pouco se possa ver do modo como estão vestidas, não parecem tão bem trajadas como as das fotos anteriores. A segunda é o fato de ser também uma das poucas a possuir uma legenda, na qual se lê: “Raphaela e Maria Cozinheira”. Talvez isto indique que Raphaela seja a menina e Maria Cozinheira a mulher. Mais uma vez, a única pista que temos para isto é a diferença de estatura entre elas. Muito embora, esta hipótese possa ser questionada, pois Florentino e Góes (2005) afirmam que entre doze e quatorze anos meninas e meninos (que no mundo escravista não eram mais crianças) passavam a trazer as funções que realizavam como sobrenome, em alguns casos, crianças entre quatro e oito anos também eram nomeadas nos inventários por suas funções.

Outra leitura possível é a de que Maria Cozinheira, quem sabe mãe ou parente de Raphaela, detentora de um ofício e, portanto, em condições de se deixar fotografar e pagar por isso, também recorreu, como Catharina Pavão, a engomadeira, à fotografia para fixar uma memória de si e de sua filha ou sobrinha, afilhada ou ajudante.

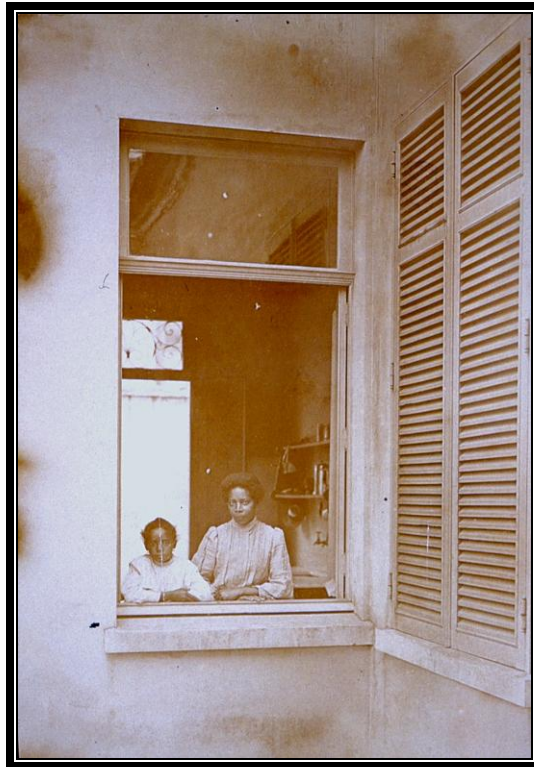
Ao fotografá-las em conjunto, seja com adultos homens ou mulheres, temos um indicativo de vínculo, não necessariamente, mas possivelmente de parentesco. No caso do vínculo de parentesco direto, o registro fotográfico pode fixar a historicidade de uma linhagem, um clã. O artefato tem valor simbólico no âmbito daquele grupo familiar, transmitindo às gerações posteriores as feições, os traços físicos e os costumes de entes do passado com alguns dos quais não houve sequer uma convivência direta.

À maneira das fotos individuais, aqui também se mantém certa indiferenciação entre adultos e crianças em relação ao modo como estão vestidos. Ariès (1981), bem como Heywood (2004), observam que a diferenciação entre as crianças e os adultos por meio do vestuário aconteceu primeiro para os meninos e apenas nas famílias burguesas e nobres. Ariès (1981, p.41) aponta que as crianças do “povo” continuaram a usar os mesmos trajes dos adultos, conservando o “antigo modo de vida que não separava as crianças dos adultos, nem através do traje, nem através do trabalho, nem através de jogos e brincadeiras”.









40. Retratos de grupos, Militão, MP

SENTIMENTO DA INFÂNCIA NEGRA

*Meu sonho é uma negra criança
Que luta*

*Ergue Quilombos, aqui, ali
Em cada mente, em cada face
Impávidos como Palmares, impávidos Ilês
Em todos os lugares*

*Meu sonho não faz silêncio
Porque feito de lida
Teimoso como esta cor
Para sempre será desperto e certo
Mais que vivo, é a própria vida.*

(José Carlos Limeira, Meu sonho não silêncio)

A questão da imagem, quase sempre associada às temáticas de identidade e memória, foi trazida à tona pela Antropologia, Sociologia, História, Semiótica e tantas outras disciplinas, como uma problemática contemporânea fundamental. A popularização dos equipamentos fotográficos permitiu a profusão de imagens ao nível pessoal, familiar, comunitário, privado, público e institucional.

Na sociedade das imagens, a fotografia passou a ser um dos principais veículos da memória social e coletiva. Os registros imagéticos fotográficos nasceram e seguiram gozando do status de verossimilhança, narrando fatos e acontecimentos históricos e propagando exotismos não apenas na Europa, como em outros cantos do mundo atormentado e enredado pela expansão ocidental.

Usos, técnicas e sentidos e da difusão das imagens fotográficas e fílmicas perturbaram irreversivelmente a imaginação das sociedades contemporâneas, independente do seu grau de inserção do mercado de produção e consumo de bens imagéticos. Os usuários de máquinas fotográficas instantâneas passaram a colher amostradas de realidades difusas em meio as memórias familiares, misturando-as fragmentos visuais dos seus laços

de pertencimento, dos seus sinais de identificação. No nível pessoal tem sido imprescindível o uso das imagens na representação e atribuição de significados a si e ao mundo.

Pensando na multiplicidade de usos das imagens contemporaneamente, pensando nelas como instrumentos de legitimação de uma memória negada, na manutenção de registros, um exemplo vem à tona. Oliveira Silveira, poeta, ativista, uma das grandes figuras dos movimentos sociais negros brasileiros, busca a historicidade do dia 20 de novembro, como dia nacional da consciência negra, invoca as atividades do grupo Palmares realizadas em Porto Alegre entre 1971 e 1977, em recortes de jornais, materiais de divulgação: cartazes, folders, filipetas e, sobretudo, fotografias. Constrói um texto conciso, curto e contundente sobre a mobilização, organização e construção de uma prática política não convencional e recuperou memórias postas às margens na construção da história nacional.

Por meio da história do grupo Palmares, foi possível ter mantido a história visual da luta negra no Rio Grande do Sul, legitimando um pioneirismo na organização do movimento negro e na construção dos significados do 20 de novembro. Embora este não seja um caso em que a prioridade tenha sido a análise das imagens, este não foi um uso utilitário, pelo contrário, é sofisticado. Revela uma coletividade, um modo de fazer política anti-hegemônica, mostra a capacidade de mulheres e homens negros de auto-organização.

Em outro caso, outras circunstâncias, outra abordagem, Müller (2008) mostra a partir de fotografias, como a população negra se fez presente no contexto das escolas, seja pela presença de professoras e professores negros, seja pela presença de alunas e alunos negros na Primeira República (1889-1930). Ao mesmo tempo em que investiga a presença, Müller (2008) também se questiona quanto ao apagamento simbólico de negras e negros, profissionais da educação, entre os anos de 1889 e 1930.

Nesse contexto as imagens trazem recortes de microrealidades cujos protagonistas retiveram como parte dos acontecimentos vividos e de experiências condensadas. Imagem é suporte material que utiliza múltiplas dimensões, uma delas é linguagem visual. Dependendo do tipo, podem ser tentativas de criações de realidade ou recriação de uma dada realidade. Dependendo do contexto de produção e circulação é também uma estética, por isso é um material de difícil apreensão para a pesquisa e esse foi meu desafio.

As múltiplas dimensões são um desafio, a imagem é fugidia, ela escapa. Sua historicidade mudou de forma tão rápida, as dinâmicas de produção, de circulação e veiculação se alteraram muito ao longo dos anos. As imagens fotográficas saíram do suporte translúcido, o vidro, para o papel, ambos suportes horizontais. Desses para outros suportes verticais como película e a televisão. Com os irmãos Lumière, vinte e quatro fotografias resultaram em um segundo de imagem em movimento, a imagem cinematográfica. As imagens saíram da fixidez unidimensional para outra multidimensional, e todos esses suportes continuaram convivendo simultaneamente. Em um século as imagens experimentaram pelo menos cinco tipos de tecnologias até chegar às imagens digitais com as quais trabalhei.

Os conjuntos de imagens fotográficas produzidas e veiculadas na modernidade brasileira pelas quais fiz uma pequena incursão constituem-se como um campo de múltiplas determinações: econômicas, sociais, políticas e simbólicas. Tudo isso quer dizer que não há uma única abordagem teórico-metodológica capaz de dar conta da sua compreensão.

Olhar as imagens separadas e em conjunto. Olhar as imagens como texto, como objeto de significação e comunicação, como algo que é dado a ver, como arte. Este foi o exercício que tentei fazer ao lidar com aproximadamente setenta imagens. O trabalho de análise, de entender o que estava dado a ver e não estava, uma espécie de luz e sombra de dessa determinada época. Desse modo dois grandes blocos foram construídos: o primeiro da infância e escravidão e o segundo dos retratos de crianças negras em São Paulo. Este dividido em três categorias: meninas, meninos e grupos.

No primeiro bloco a análise esteve ancorada diretamente na bibliografia, seja sobre escravidão, seja sobre história da criança e da infância. Junte-se a isso o fato de as pranchas de Debret também conterem descrições das cenas representadas. O que de certa forma confere a elas um caráter de verdade. O texto escrito serve como ancoragem para imprimir às imagens um efeito de realidade ou de referente. Talvez, neste caso, discurso-imagem e discurso-escrito sirvam de argumento de autoridade um ao outro, validando-se mutuamente, de forma que o sentido produzido por ambos seja o de cópia do real.

As fotografias não vêm com o texto escrito. Elas pertenceriam a uma categoria acima das outras imagens – a fotografia traria a verdade em si. No entanto, a análise do

segundo bloco não foi mais fácil que do primeiro, pois na realidade a fotografia apenas invoca uma realidade a ser desvelada.

Busquei alguns caminhos de compreensão, indicados pelo campo da história da infância, como a literatura de viagem e de ficção. Diante da quantidade de material, tenho ainda muitas dúvidas, mas algumas ponderações, resultado do exercício de uma educadora que se aventurou na leitura de imagens como narrativas, buscando compreender quais discursos elas construíam. As imagens do século XIX, como as Debret, eram impregnadas de visibilidades que precisavam ser desconstruídas: a criança-macaco, criança-cachorrinho, que se alimenta dos restos embaixo da mesa do jantar e goza do mesmo status dos animais de estimação.

Isso demandou um esforço de ir atrás de outras imagens. Deparei-me, então, como os retratos de Militão. Procurando ver o que essas fotografias mostravam, vislumbrei imagens pouco exploradas. Elas foram então vistas e analisadas invocando seu contexto sócio-histórico de produção. A afirmação de que umas imagens são já vistas e as outras pouco exploradas diz respeito à comparação entre as fotografias de Militão e as gravuras de Debret. Essas tantas vezes vistas, em aberturas de novelas, capas de materiais institucionais e em vários âmbitos da historiografia sobre a escravidão, que vão desde pesquisas sobre a criança escrava na literatura de viagem passa por investigações sobre instrumentos musicais se estendendo até trabalhos sobre as ferramentas e máquinas utilizadas nos engenhos de açúcar.

Como linguagem, as fotografias mostraram as crianças bem vestidas e penteadas. A insistência no modo como estão apresentadas nas fotos de Militão se relaciona com a hipótese de que são filhas ou parentes de clientes do fotógrafo. Considerando que Kossoy (2002) observou que Militão foi um bem sucedido retratista e que teve como contratantes de seus serviços pessoas de todos os extratos sociais, podemos supor que negros livres e libertos e quiçá escravizados figurassem entre eles. Como exemplo disto, podemos citar o fato de que Luiz Gama foi um dos clientes do fotógrafo Militão. Outras questões como a localização do estúdio de Militão, que facilitaria o acesso de negros e pobres também pode ser levantada com base em Koutsoukos (2006, p.28):

Na cidade de São Paulo, nas décadas de 1860 a 1880, Militão Augusto de Azevedo atendia desde os fidalgos aos indivíduos mais pobres da sociedade. (...) Dentre os retratos tirados por Militão é possível encontrar-se representada tanto a nata da

sociedade local, quanto pobres descalços e maltrapilhos, brancos e negros. Militão prestara ainda serviços a repartições de polícia, fotografando presos, quando solicitado. Sobretudo devido à localização central do ateliê de Militão, próximo à Igreja do Rosário, ponto de encontro da população negra e perto do cemitério dos negros, o acesso dos mais pobres teria sido facilitado, além de não ser difícil de intuir que a figura do fotógrafo, e, possivelmente, a sua maneira de lidar com as pessoas daquele meio, transmitia uma certa confiança àquela parcela da população.

Pelo texto não foi possível apreender o que autora quis dizer com o fato de “a figura do fotógrafo” transmitir confiança. Não há nos registros consultados sobre sua vida qualquer menção a sua origem étnicorracial. Mas é certo que ele não era oriundo de classes abastadas, embora também não fosse pobre. Talvez decorra disso e do fato de o fotógrafo ser também um artista teatral a segunda parte do comentário, relativa ao modo de tratar as pessoas.

Conforme já salientamos, nos retratos selecionados a ênfase está nas pessoas e não em suas funções como ocorre em outros conjuntos de fotografias do século XIX. Raros foram os sinais de subalternização de negros e negras encontrados. Um dos símbolos de subalternização que marcavam a escravidão na iconografia do século XIX eram os pés descalços. Porém, nas fotos que analisamos, nas quais pudemos observar este aspecto, os negros estão calçados. Isto demonstra que se trata de pessoas com algum poder aquisitivo, que podiam atender a alguns padrões sociais. Ermakoff (2004) também salientou que a mobilidade social seria perceptível pelas situações e vestimentas de alguns negros retratados. É possível afirmar que a população pobre se vestia de maneira muito diferenciada da elite.

Quanto à moda do vestuário, é preciso notar que a população pobre – largamente majoritária – vivia a quase nudez da miséria, no caso de índios, escravos e forros, ou apresentava-se precariamente vestida, com ponchos, baetas, calções, blusas e saias, confeccionados com tecidos grosseiros. Como acessórios, as mulheres podiam usar lenços e aventais; e os homens, chapéus de palha, além das indefectíveis facas com bainha. Os pés apresentavam-se desnudos ou portavam tamancos, para ambos os sexos (CAMPOS, 2004, p.20).

O modo esmerado, carregado e europeu de se vestir fazia parte dos hábitos da elite paulistana no século XIX, que retirada em seus casarões vivia protegida dos perigos das ruas do centro da cidade, alimentava os preconceitos contra os grupos considerados

subalternos e inferiores, que podiam ser identificados, dentre outras formas, pela maneira de se vestir.

A elite vestia-se de maneira muito mais sofisticada, buscando reproduzir a moda européia. Os homens, na época da Independência, usavam calças de cor, casaca e chapéu alto, a que juntavam, nas grandes solenidades, espadim e cabeleiras de rabicho. Em 1830, entrou na moda o robicão, em complemento das calças compridas, de presilha, e saíram de moda as cabeleiras empoadas. Entre 1850 e 1865, usou-se casaca, seguida de sobrecasaca e fraque, que alcançou os primeiros anos do século XX. Até 1870, as mulheres usavam vestidos redondos, à moda de balões, e casacos cintados. Depois, vieram longas caudas e anquinhas, até 1889. Como complementos, havia botinas de salto vermelho, bordados a lantejoulas e chapéus de longas abas, adornados com enormes flores e pássaros, seguros por grampos de metal e rosto coberto por pequeno véu de renda (RAMOS, 2004, p.20-21).

Diferentemente de algumas análises, acredito que, para além de se deixar representar “conforme o padrão branco”, conforme Kossoy e Carneiro (2002), visão compartilhada por Koutsoukos (2006, p.81) ao afirmar que “aos negros livres e aos forros que, como já mencionado, queriam e precisavam conseguir se fazer aceitos por uma sociedade dominante exigente e racista, o uso do modelo branco/europeu de vestir passaria a ser praticamente uma norma”; estas imagens mostram também uma espécie de enfrentamento dos negros e negras aos padrões hegemônicos vigentes na época, posto que usam os símbolos de poder e status do “outro civilizado” para sua própria representação.

Neste sentido, a partir dessas fotografias poderíamos retomar a noção foucaultiana de acontecimento, porque elas podem demonstrar uma relação de forças que se inverte: um símbolo, uma forma de poder de uma classe ou raça que é tomado e, em alguma medida, se volta contra seus utilizadores, obrigando os “lesados” a buscar outras formas de legitimação de seu *status*. A temporalidade do acontecimento não está encerrada num período limitado, ele é gerúndio, possibilita levantar essas hipóteses no tempo presente. É um acontecimento diaspórico africano, e dentro dele eu observo o papel exercido pela imagem.

Dias (1995) observa que na cidade de São Paulo, desde muito antes do período em que as fotos foram produzidas, a aristocracia sempre buscou formas de marcar sua posição. Para a autora, a presença de escravos africanos na cidade trouxe uma exacerbação de valores aristocráticos e dos rituais de hierarquia social. Em 1812, Marianna Angélica Fortes Sá Leme e Anna Leonisa de Abelho Fortes, movidas não se sabe por qual motivo,

solicitaram da Câmara Municipal um atestado de sua posição social, por meio do qual todos saberiam “(...)que as sobreditas senhoras vivem recolhidas em sua casa e se tratam com muita distinção e lei da nobreza...” (DIAS, 1995 p.99).

Por falar em legitimação de status, essas imagens forneciam aos retratados uma espécie de atestado de condição social, à moda do solicitado pelas nobres damas paulistanas a Câmara Municipal. Não só distinguiam brancos e negros, pobres e ricos, mas também escravizados de forros e livres, possibilitando aos negros e negras retratados fazer alguma distinção entre os pares. Eles, bem como seus descendentes, fotografados conforme a moda europeia adotada pela elite social branca paulistana, não poderiam ser considerados “nobres da terra”, mas também não seriam da “arraia-miúda”, formada “por escravos, forros, trabalhadores comuns, desocupados e mendigos, que em legião, compunham a paisagem urbana sombria da Cidade”(Campos, 2004 p.55). Assim, estes negros e negras estariam numa gradação social diferente e superior a outros negros e negras, tendo como prova disso o modo como se deram a iluminar nas/pelas fotografias.

De modo geral, estas imagens também corroboram alguns estudos europeus sobre iconografia da idade média e séculos XVII a XIX com crianças como Ariès (1981) ou Chalmel (2004). Nestes trabalhos muito se ressaltou das imagens de crianças muito próximas, parecidas com adultos no caso de retratos pintados. Aqui a proximidade se dá especialmente pelo vestuário. Mesmo considerando que adultos e crianças estejam posando em seus melhores trajes, os modos como se vestem acabam por proporcionar uma espécie de indiferenciação etária, marcada apenas pela diferença de tamanho. Isto vale também para as representações da escravidão, nas quais as quitandeiras e pequenos vendedores, igualados pelo trabalho, diferenciam-se pela estatura.

Considerando a existência de um sentimento de infância, conforme exposto anteriormente a partir de Ariès (1981), num primeiro momento, a leitura feita (JOVINO, 2007) apontava para a invisibilidade das crianças negras, dado que os sinais de infância negra mais perceptíveis nas imagens de Debret e em algumas fotos do século XIX foi lida como experiência ligada ao trabalho e, conseqüentemente, à escravidão. Esta análise se ancora na literatura levantada durante a pesquisa e pode ser mantida, embora concorra com outras.

O cuidado com as crianças, em especial as recém-nascidas, bem como com suas mães foi alvo de discursos e práticas do sistema escravista, conforme observado a partir de Marquese (2004) no trabalho com os manuais dos agricultores. Apesar disso é fato que nem todas as mães podiam estar perto dos filhos ou levá-los consigo. Pardal (2005) descreve uma invenção de um fazendeiro do Maranhão, que obrigava as escravizadas a deixarem seus filhos, crianças ainda em fase de amamentação, no tejupado – buraco cavado na terra, onde a criança era colocada até a metade do corpo (Pardal, 2005 p.53).

Do exemplo extremo acima não temos imagens. Mas em muitas imagens as crianças aparecem como parte do cenário do trabalho dos adultos. Estão no chão de terreiros de café, das salas de costura nas quais os olhares dos adultos ou das crianças maiores estão voltados para as atividades do trabalho. Estão ainda das salas de jantar, enquanto os negros e negras adultos cuidam da alimentação dos senhores, portanto trabalham. Estão por ali sendo “mal acostumadas” com os restos do jantar, aprendendo, segundo Debret, a gulodice que os levaria, depois dos cinco ou seis anos, a “roubar as frutas do jardim” ou “disputar com pequenos animais domésticos os restos de comida”. Estão ainda sob o cuidado de outras crianças, um pouco maiores.

Não só na contenda com animais domésticos por restos de comida a criança negra é desumanizada ou animalizada. Também nas figuras disformes ou na proximidade com animais as imagens de Debret trazem essa comparação. Isto quando ele não unifica crianças negras e animais textualmente, como na descrição das pranchas *Jantar brasileiro* na qual apresenta os negrinhos que distraem a senhora em substituição aos “doguezinhos já quase desaparecidos na Europa”, ou em *Uma senhora brasileira em seu lar* na qual escreve sobre “dois negrinhos, apenas em idade de engatinhar e que gozam (...) dos mesmos privilégios do pequeno macaco” (Debret, 1989 p. 53).

Para Burke (2004) as imagens são evidências de um encontro e das reações a esse encontro que levam à criação da imagem do “outro” e os estereótipos mais grosseiros estariam baseados na pressuposição de que quem olha é o ser humano civilizado e que é olhado seria pouco diferente de animais como cães ou porcos. As imagens das crianças-animais revelariam então parte de modo como Debret produzia o “outro”. Para Mattoso (1988) as imagens de crianças escravas variaram entre o “anjinho barroco de cor preta” (de formas disformes e avantajadas) e o peso nu a carregar (boca a ser alimentada).

Caso consideremos a presença de brinquedos ou do brincar como um sinal de infância, esta será uma imagem quase não vista em relação às crianças negras no século XIX. Nos retratos essa ausência é ainda maior.

Embora, continue observando que além do tamanho, crianças e adultos também se difiram (ou se igualem) nos tipos de tarefas que realizam, e que, ainda que não tenham idade para realizar trabalhos, as crianças pequenas, por exemplo, estejam às costas de suas mães para que estas tenham as mãos livres para os afazeres, passamos a aventar outras leituras desses sinais de infância negra.

Ao que consideremos que esta seja uma prática cultural africana (e indígena), mesmo dentro da escravidão, revela uma preocupação específica com a criança pequena sendo, portanto, reveladora de uma especificidade e uma particularidade de um sentimento de infância negra. Quando não estão no colo, muitas crianças fazem parte das cenas reproduzidas, tanto por Debret, quanto por muitos fotógrafos do século XIX. São imagens de crianças com adultos que trabalham. Elas revelam também um modo de estar com as crianças. Um modo específico de cuidar as crianças, ao mesmo tempo em que se cumprem os afazeres.

Essa forma de cuidar não aparta a criança da rotina dos adultos, pelo contrário, trazer a criança para o seu cotidiano cria a possibilidade de interagir com ela e resguardá-la. Cria uma comunidade em torno dela para que não se perca, não se machuque, ao mesmo tempo em que é educada. Perto da mãe ou de outros adultos ela aprende formas de resistir, de falar, de cantar, de calar, de trabalhar, de sobreviver.

Uma foto tirada no distrito de Machakos, Quênia, no século XX, também pode mostrar reverberações dessa prática?



Não perdendo de vista que se trata de um contexto de práticas escravistas, é possível pensar como as mulheres e homens escravizados, mas sobretudo as mulheres, conseguiram imprimir um jeito africano de cuidar de suas crianças, criando comunidades em torno delas. Por exemplo, Somé (2007, p.42), pertencente ao povo Dagara, de Burkina Faso, relata que:

Quando você tem um filho, por exemplo, não é só seu, é filho da comunidade. Do nascimento em diante, a mãe não é a única responsável pela criança. Qualquer outra pessoa pode alimentar e cuidar da criança. Se outra mulher tiver um bebê, ela pode dar de mamar a qualquer criança. Não há o menor problema.

Clavert (2009), ao apresentar a descrição do rito Iromb, celebração de iniciação e passagem da adolescência, presente na cultura wongo, da República Democrática do Congo, nos remete aos sentidos de uma educação tradicional negro-africana, a qual pressupõe a participação da criança nas atividades e celebrações dos adultos.

Durante a sua primeira infância, mesmo quando não participa diretamente dos deveres e direitos dos adultos, é considerada uma pessoa e é tratada como tal. Pouco a pouco vai ampliando sua rede de relacionamentos e sua compreensão do entorno. Sua primeira escola é a casa e a vizinhança e seus primeiros formadores são todos aqueles que com ela convivem. Com eles aprende a andar, falar e a relacionar-se com os outros e com a natureza. É educada por aqueles que a cercam diretamente: por suas palavras, seus gestos, seus olhares, em suma, pelo modo peculiar que essas pessoas têm de ser e de viver (CLAVERT, 2009 P. 16).

Ao descrever as práticas educacionais não formais do contexto africano, Clavert (2009) aponta alguns aspectos importantes para a compreensão das imagens de crianças próximas ou integrando as cenas de trabalho dos adultos. Com base em estudos de alguns africanistas, o autor considera que uma educação tradicional negro-africana seja integradora, coletiva, pragmática, funcional, progressiva, polivalente e atende as dimensões do sagrado.

Os aspectos que ressaltamos com as duas últimas citações acima, mostrando dois povos diferentes, com concepções parecidas, ressaltam que por ser integradora e coletiva, uma visão negro-africana de infância visa a “integração e aceitação da criança no grupo e a leva a participar ativamente da vida e das atividades” (CLAVERT, 2009 p. 71) e coloca a criança sob o cuidado de todas as pessoas pertencentes a comunidade, sendo que a “tarefa de educar concerne a todos, mesmo havendo situações em que essa responsabilidade se

torne exclusiva dos pais, dos mais velhos ou de pessoas qualificadas” (CLAVERT, 2009 p. 71-72).

Sabemos ser arriscado fazer uma relação direta entre as práticas ainda existentes em África e nas diásporas africanas e o que foi visto nas imagens. Todavia, talvez estas imagens, fugindo um pouco das intencionalidades primeiras de seus discursos, tenham perpetuado um sentimento de infância negra, já que se Áries cria um conceito para dar conta do aparecimento de uma nova relação com as crianças, na Europa, destaca-se crianças brancas e nobres, há que se verificar se este conceito pode vir a ser utilizado para descrever a maneira singular, própria pela qual as mães negras cuidam dos seus filhos, a partir de concepções distintas da européia.

A partir de relatos de viajantes, identificamos o hábito de trazer crianças amarradas às costas, tal traço cultural existente na África antes da colonização do Brasil, foi aqui largamente empreendido por mulheres negras e mestiças que circulavam no meio urbano. Como escravas de ganho ou como ambulantes libertas, os viajantes perceberam a importância dessas mulheres na vida social cidadina e elas foram perpetuadas nessas imagens. Além de Debret, Rugendas foi um dos que registrou esse costume em diferentes imagens. Em uma delas, nove mulheres ocupam o centro da cena, três das quais carregando crianças nas costas.

Quando nos deparamos com gravuras realizadas na África no século XIX, somos instigados a estabelecer laços de continuidade em vários aspectos das habilidades africanas transferidas ao mundo diaspórico. Tratando-se de um cuidado muito específico dedicado às crianças pequenas, supomos que tal tratamento despendido à primeira infância seja um traço de unidade no contexto africano, cuja temporalidade é de difícil precisão, mas que, no Brasil, se disseminou trazido por mulheres africanas.

Uma entre tantas imagens do século XX corrobora para tanto, nela se apresenta uma mulher da etnia dogon com um vaso de água na cabeça e uma criança às costas²⁸. Semelhante situação se apresenta em uma gravura portuguesa do fim do século XIX, em que uma mulher da etnia lunda trabalha pilando mandioca, mantendo igualmente uma criança sustentada nas costas por um arranjo de tecido. Tais registros desvelam um universo

²⁸ READER, John. **África: biografia de um continente**. Lisboa: Europa-América, 2002; p. 174.

de práticas africanas, normalmente negligenciadas por abordagens estereotipadas sobre a África e sobre os escravizados e escravizadas. Amaral (1990) relata que:

A criança é aleitada ao peito da mãe, normalmente até aos 2 anos de idade, às costas (*kumbeleka mwanace*: trazer o filho às costas) desde a mais tenra idade. Esse sistema está generalizado na África tropical entre populações nativas, como também em outras partes do mundo (AMARAL, 1990 p.64, grifo do autor).

Portanto, esses procedimentos, apreendidos num conjunto de experiências e vivências sociais sistematizadas e transmitidas como repertório, são parte de um patrimônio coletivo de saberes.

Slenes (1988) aponta para mudanças nas pesquisas sobre famílias escravas surgidas a partir de 1980 e que revelariam, entre outras coisas, que o número de uniões estáveis e duradouras entre escravizados eram mais comum do que se imagina, pelo menos em São Paulo, província com índices de casamento registrados pela igreja mais alto que em outras. E resulta disso o fato de que muitas crianças não só conheciam, mas também conviviam e eram criadas e educadas senão pela mãe e o pai, pelo menos por um deles, ou próximo de um deles²⁹.

Apesar da dureza da escravidão possível pensar numa singularidade da infância negra, marcada pela reverberação dos modos negro-africanos de conceber a infância e sua educação. Pensar em crianças sendo cuidadas e educadas tanto por seus pais, quanto por uma comunidade inteira que se formava em volta dela, inclusive pelos padrinhos e madrinhas, cujos vínculos, conforme Mattoso (1988, p.51-52), consolidam e estendem “indispensáveis laços de solidariedade que permitem aos escravos sobreviver no meio de uma sociedade hostil e, às vezes, se libertar”.

Pensando no aspecto da movimentação que o trabalho de algumas crianças proporcionava como o de mensageiros, acompanhantes, auxiliares no transporte dos tabuleiros, tripés, trouxas de roupas ou utensílios outros, ponderando que esse espaço entre realizar pequenos ou leves trabalhos e o do ser aprendiz, nessa idade entre seis e doze anos, quando sua força de trabalho será explorada ao máximo, é possível entrever uma infância-moleque, que é mediadora, brincante, desafiadora, mesmo que seja “encolhida”, conforme

²⁹ Slenes (1988, p.193) relativiza e assume que as novas pesquisas não visam romantizar a vida no cativeiro. Em plantéis menores, por exemplo, essa possibilidade era bastante diminuída e mesmo em plantéis maiores a separação de famílias acontecia e existia sempre como ameaça.

salientou Mattoso (1988). Teriam então algum “gostinho na vida”, colhido entre as tarefas, satisfação miúda entre alguns brinquedos, brincadeiras, travessuras e transgressões.

A foto regula o controle do visível, o que é dado a ver. A fotografia não é a realidade em si, é um recorte. Eu articulei essas imagens e o que delas foi dado a ver dessa forma. Vi as vestimentas, o tamanho, os cenários, os traços físicos, o contexto, e busquei compreender o que revelavam de distinção racial, social, geracional, hierarquias. Olhei as cenas e vi permanências de práticas africanas na educação das crianças, tais sociabilidades, colhidas em meio aos estereótipos imagéticos negativos sobre negros e negras talhados em meio à escravidão, indicam caminhos que poderão ser percorridos deste ponto em diante, merecedores que são de reflexões futuras.

Referências Bibliográficas

AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elizabeth Cabot Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ALENCAR, José de. **O tronco do Ipê**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1871. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00015910/0001591_COMPLETO.pdf. Consultado em setembro de 2010.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). **História da Vida Privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol 2, 4ª reimpressão, 1999.

AMARAL, Manuel Gomes da Gama. **O povo Yao: subsídios para o estudo de um povo do noroeste de Moçambique**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990.

ANANIAS, Mauricéia. **O ensino em Campinas na segunda metade do século dezenove: a Escola Corrêa de Mello**. In: Reunião anual da ANPED, 24, 2001, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2001. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Consultado em agosto de 2006.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.2ª ed.

AUMONT, Jacques. **A Imagem**. Campinas: Papirus, 2002.

AZEVEDO, Aluisio. **O Mulato**. São Paulo: Ática, 1994. 12ª ed. Texto integral. Cotejado com a 3ª ed., Rio de Janeiro, B.L. Garnier Livreiro-Editor, 1889.

AZEVEDO, Eliciene. **Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo**. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 1999.

_____. **Luiz Gama, a letra e a luta**. Revista História Viva. Temas Brasileiros: Presença Negra. São Paulo: Duetto Editorial, 2006. Edição Especial Temática n. 3, p. 30-37.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

BURKE, Peter. **Como confiar em fotografias**. Folha de São Paulo. Mais! 4/02/2001, p. 13-14.

_____. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **População e sociedade em São Paulo no século XIX.** In: PORTA, Paulo (org). **História da Cidade de São Paulo** (vol. 2): A cidade no Império. São Paulo. Paz e Terra, 2004. p. 15-55

CASTRO, Hebe M. de. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, século XIX.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CIVILETTI, Maria Vitoria Pardal. **O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. N. 76, fevereiro, 1971. p.31-40

CHALMEL, Loic. **Imagens de crianças e crianças nas imagens:** representações da infância na iconografia pedagógica nos séculos XVII e XVIII. Campinas: Educação e Sociedade. Vol. 25, n.86 abril 2004, p.57-74.

CLAVERT, Manisa Salambote. **Da densa floresta onde menino entrei homem saí.** Rito Iromb na formação do indivíduo Wongo. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CORTÊS, Giovana Xavier da Costa; GOMES, Flávio. **Nas ruas do Rio de Janeiro.** Revista História Viva. Temas Brasileiros: Presença Negra. São Paulo: Duetto Editorial, 2006. Edição Especial Temática n.3, p. 26-29.

CUNHA, Perses Maria Canella da. **Reconstruindo a memória de um projeto escolar para negros.** Reunião anual da ANPED, 28; 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Consultado em agosto de 2006.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pictoresca e Histórica ao Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia São Paulo: EDUSP, 1989. Tomo II.

_____ (ilustrações e comentários); STRAUMANN, Patrik (org), **Rio de Janeiro, cidade mestiça.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Rosa Freire d'Aguiar (trad.).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs.** Capitalismo e Esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1995. Vol II.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1995. 2.ed.

ENGEMANN, Carlos. **Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII-XIX.** In: FLORENTINO, Manolo. (org). **Tráfico, Cativo e Liberdade.** Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ERMAKOFF, George. **O negro na fotografia brasileira do século XIX.** Rio de Janeiro: Casa Editorial, 2004.

FABRIS, Annateresa (org). **Fotografia: Usos e funções no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1991.

FARIAS, Mabel. **Infância e educação no Brasil Nascente**. In: VASCONCELOS, V. M. R. de (org). **Educação da infância: história e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam Moreira (orgs). **Desafios da imagem**. Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papyrus, 2001. 2ª edição.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu Matheus que balance**. *Revista Sitientibus*, Feira de Santana, n.18, p.117-126, jan./jun. 1998.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX**. In: FLORENTINO, M. (org). **Tráfico, Cativo e Liberdade**. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

FONSECA, Marcos Vinícios. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista (SP): EDUSF, 2002(a).

_____. **Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica**. Revista Brasileira de História da Educação. Julho/dezembro 2002. n° 4 p.123-144 . Campinas: Autores Associados, 2002(b).

_____. **População negra e civilização: uma análise a partir do estabelecimento da obrigatoriedade escolar em Minas Gerais (1830-1850)**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, ago. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. acesso em junho de 2010.

FREITAS, Marcos Cezar de (org). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003. 5ª ed.

GOUVÊA, Maria Cristina. **A literatura como fonte para a história da infância: possibilidades e limites**. In: FERNANDES, Rogério, FARIA FILHO, Luciano Mendes, e LOPES, Alberto (Orgs.). *Para a compreensão histórica da infância*. PORTO: Campo das Letras, 2006, v. 1, p. 21-43.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004. Trad. Roberto Cataldo Costa.

JACOBIS, Harriet Ann. **Incidentes da vida de uma escrava contados por ela mesma**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. Trad. W. Dutra.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da Imagem**. Campinas: Papyrus, 2005. Trad. Marina Appenzeller. 9ª edição (1ª Ed. 1996).

JOVINO, Ione da Silva. **Imagens de criança e infância negras na iconografia do século XIX**. In: OLIVEIRA, Iolanda et al. **Negro e Educação 4**: linguagens, resistências e políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa, Rio de Janeiro: ANPED, Brasília: INEP, 2007. p. 13-35.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Trad. Pedro Maia Soares.

KOSSOY, Boris. **+3 questões sobre fotografia**. Folha de São Paulo. Mais! 31/12/2000, p.03.

_____. **Fotografia e Historia**. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2001.

_____. **Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

_____. **Luzes e sombras na metrópole: um século de fotografia em São Paulo**. In: PORTA, Paulo (org). **História da Cidade de São Paulo (vol. 2): A cidade no Império**. São Paulo. Paz e Terra, 2004. p. 387-455

KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luisa Tucci. **O olhar europeu**. O negro na fotografia brasileira do século XIX. São Paulo: Edusp, 2002.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **No estúdio do fotógrafo**. Representação e auto-representação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em Multimeios). Programa de Pós-Graduação em Multimeios. Instituto de Artes. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Vol I e II

LEITE, Marcelo Eduardo. **Quatro fotógrafos na “sala de poses” do Brasil Imperial**. Seminário Memória, ciência e arte. Razão e sensibilidade na produção do conhecimento, 5, 2007. Campinas. **Anais...** Campinas/Unicamp: Seminário Memória, Ciência e Arte, 2007. Disponível em: < www.preac.unicamp.br/memoria/textos.html>, consultado em maio de 2010.

LEITE, Miriam L. Moreira. **Texto visual e texto verbal**. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam. L Moreira. (2001).

_____. **A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem**. In: FREITAS, Marcos César de (org). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003. 5ª ed. p. 17-50

LIMA, Lana Lage da Gama; VENANCIO, Renato Pinto. **O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro**. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 61-75.

- LIMA, Valéria Alves Esteves. **Voyage Pittoresque et Historique au Brèsil**. Considerações sobre uma obra. In: _____. **J. B. Debret, historiador e pintor: a viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- LOVEJOY, Paul. E. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LOPES, Jader Janer Moreira. **Grumetes, pajens, órfãos do rei... e outras crianças migrantes**. In: VASCONCELOS, Vera (org) (2005).
- LUZ, Itacir Marques da. **Compassos letrados: profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **A roda de expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950**. In: FREITAS, Marcos Cezar (org) (2003).
- MARQUES, Vera Regina Beltrão e PANDINI, Silvia. **Crianças trabalhadoras: os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista**. Reunião anual da ANPED, 24; 2001, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2001. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Consultado em agosto de 2006.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. **Factores do corpo, missionários da mente: senhores letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MATTOSO, Katia Queirós. **O filho da escrava**. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 76-97
- _____. **O filho da escrava**. Em torno da Lei do Ventre Livre. Revista Brasileira de História. São Paulo. vol 8, n. 16, março-agosto 1988. p. 37-55
- MAUAD, Ana Maria. **Imagem e auto-imagem do segundo reinado**. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org) (1997). p. 181-231.
- M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações: até o século XVIII**. Lisboa: Vulgata, 2003.
- MEILASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- MONARCHA, Carlos (org). **Educação da Infância Brasileira: 1875-1983**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. **A criança escrava na literatura de viagens**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. N. 31, dezembro, 1979. p. 57-98
- MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. **A cor da escola: imagens da Primeira República**. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2008.

OLIVEIRA, Ganymedes Jose de. **A história do galo Marquês**. São Paulo: Editora Moderna, 1982. Coleção Veredas.

PARDAL, Maria Vitoria. **O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista**. In: VASCONCELOS, V. (org) (2005).

PELBART, Peter Pál. **Vida Capital**. Ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PINTO, Manuel. **A infância como construção social**. In: SARMENTO, Manoel. Jacinto; PINTO, Manoel (orgs). **As crianças**. Contextos e Identidades. Minho (Portugal): Universidade do Minho/ Centro de Estudos da Criança, 1997. p. 33-73

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. **Infâncias na História**. Educação em Revista. Belo Horizonte, vol. 28, abril de 2010, p. 187-194. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>, acesso em junho de 2010.

RODRIGUES, Jaime. **Visões nascidas do medo**. Revista História Viva. Temas Brasileiros: Presença Negra. São Paulo: Duetto Editorial, 2006. Edição Especial Temática n. 3 p. 18-21.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Equipamentos da Casa Brasileira**. Usos e Costumes. *Arquivo Ernani Silva Bruno*. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2005. CD-ROM.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”**. Um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Pauo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, Irene (org). **Negro em preto e branco**. História fotográfica da população negra de Porto Alegre. Porto Alegre: Do Autor, 2005.

SARMENTO, Manoel Jacinto; PINTO, Manoel. **As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo**. In: _____ (orgs). **As crianças. Contextos e Identidades**. Minho (Portugal): Universidade do Minho/ Centro de Estudos da Criança, 1997. p. 9-30

SCHWARTZ, Stuart B. **Historiografia recente da escravidão brasileira**. In: _____. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru (SP): EDUSC, 2001. p. 21-82. Trad. Jussara Simões

SHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **O olho do rei.** Construções iconográficas e simbólicas em torno de um monarca tropical: o imperador D. Pedro II. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. E LEITE, Miriam Moreira. (orgs), 2001.

SILVA, Adriana M. P. **Aprender com perfeição e sem coação:** uma escola para meninos pretos e pardos na Corte. Brasília: Editora Plano, 2002.

SILVA, “Saloma” Salomao Jovino da. **Memórias Sonoras da Noite.** Musicalidades Africanas no Brasil Oitocentista. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVEIRA, Oliveira. **Vinte de Novembro:** História e Conteúdo. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs). **Educação e Ações Afirmativas:** entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p.21-42

SLENES, Robert Wayne. **Senhores e subalternos no oeste paulista.** In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org), 1997. p. 234-290.

_____. **Na senzala uma flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. **Lares Negros, Olhares Brancos.** Histórias da Família Escrava no Século XIX. Revista Brasileira de História. São Paulo. vol 8, n. 16, março-agosto 1988. p. 189-203

SOMÉ, Sobonfu. **O espírito da intimidade.** Ensinaamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar. São Paulo: Odysseus Editora, 2007. Trad. Deborah Weinberg

VASCONCELLOS, Maria Cristina de. **Casar ou Não, Eis a Questão.** Os Casais e as Mães Solteiras Escravas no Litoral Sul-Fluminense, 1830-1881. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 2, 2002, p. 291-316.

VASCONCELOS, Vera M. Ramos de (org). **Educação da infância:** história e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

VEIGA. Cynthia Greive. **Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, século XIX.** Educação em Revista. Belo Horizonte, vol. 28, abril de 2010, p. 263-288. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>, acesso em junho de 2010.

VILLALTA, Luiz Carlos. **O que se fala e o que se lê:** língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) e SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). **História da vida privada no Brasil:** cotidiano e vida privada na América portuguesa. Vol.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 331-386.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998. 4ª ed. **Foucault revoluciona a história**, p.237-285.

WALSH, Robert. **Notícias do Brasil (1828-1829)**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1985. Vol. I e II.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira**. Revista Brasileira de História da Educação Campinas: Autores Associados. Julho/dezembro 2002. nº 4 p.103-122 .

_____. **Cultura escrita e escravidão** — reflexões em torno das práticas e usos da escrita entre escravos no Brasil. Reunião anual da ANPED, 25; 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Consultado em agosto de 2006.